

AGNALDO JOSE DA SILVA

PRAÇA VELHO:

Um estudo sobre a socialização policial militar

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____
de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores.

Prof^a Dr^a Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza / UFG
Presidente da Banca

Prof^a Dr^a Nei Clara de Lima / UFG

Prof^o Dr. Roberto Kant de Lima / UFF

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por tudo de bom que nela há.

À professora Dalva, pelas sugestões e críticas, sem as quais esse trabalho jamais atingiria a atual forma e conteúdo. A ela meus sinceros agradecimentos.

Aos professores Francisco Rabelo, Pedro Célio Borges, Fausto Miziara, Jordão Horta Nunes, Nei Clara de Lima, Genilda D'arc Bernardes, entre tantos outros que nos ajudaram no processo de construção do conhecimento sociológico.

Ao professor e amigo Clever Luiz Fernandes pela leitura, críticas e sugestões a este trabalho.

A Elisangela Cristina Reis, pela ternura, compreensão e apoio nos difíceis momentos de elaboração desta dissertação.

A todos colegas de graduação e pós-graduação, em especial a José Eduardo Ribeiro Macedo e Cecília Rodrigues dos Santos, pela amizade e companheirismo.

À Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Goiás, pela autorização para realizarmos a pesquisa de campo na Academia de Polícia Militar.

A todo corpo administrativo da Academia de Polícia Militar, em especial aos professores, civis e militares, que tão bem nos acolheram.

Ao capitão Waldir Pereira Lima, pelo apoio e recepção, fatores decisivos para a consecução de nossos objetivos.

Enfim, à turma J, K e L do Curso de Formação de Praças Policiais Militares, em especial àqueles que prontamente nos concederam entrevistas.

Ao ingressar na Polícia Militar do Estado de Goiás, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida.

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Introdução	09
1 - SOCIALIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO TOTAL	20
1.1 – Polícia Militar Ontem e Hoje	21
1.2 – Instituição Total	30
1.3 – A Mortificação do Self	37
1.4 – Primeiros Contatos	41
1.5 – Tipos	45
2 - HIERARQUIA E DISCIPLINA	53
2.1 – Hierarquia	54
2.1.1 – Dominação Burocrática	57
2.2 – Disciplina	64
2.3 – Complexo Hierárquico e Disciplinar	73
3 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL MILITAR	89
3.1 – Papel Social	90
3.2 – Dupla Estereotipia	95
3.3 – Ideologia Belicista	102
Conclusão	108
Bibliografia	112

RESUMO

Este trabalho busca, a partir dos conceitos de instituição total e mortificação do *self* de Erving Goffman, analisar o processo de socialização do policial militar. Partimos do pressuposto que a socialização policial militar, centrada nos valores e princípios da hierarquia e da disciplina, anula antigos valores da vida civil de seus novos membros, forjando-lhes uma nova identidade, de cunho eminentemente militar.

No processo de construção da identidade policial militar, percebemos a formação de quatro grupos distintos de policiais: o *caxias*, o *moita*, o *rambo* e o *praça velho*. O *praça velho* ganha um destaque especial neste trabalho, devido à esperteza e ao prestígio que desfruta dentro da instituição, sobretudo entre os novatos. No entanto, podemos perceber que todos os grupos, cada qual com seu comportamento característico, sofrem a inflexão dos princípios e valores que norteiam a instituição policial militar.

Assim, ao receber uma socialização centrada na hierarquia e disciplina militares, os novos membros da Polícia Militar constroem uma visão estereotipada dos civis, representando-os como *paisanos folgados*, um termo depreciativo. Nessa perspectiva, o civil passa a ser representado de forma pejorativa, primeiro passo para a violência policial militar. Dessa forma, estabelecemos, analiticamente, um elo de ligação entre o processo de socialização e a truculência policial militar no trato com a comunidade.

ABSTRACT

This paper is aimed at analyzing the socialization process of the militar police according to the concepts of a complete institution and mortification of the self according to Erving Goffman.

We take as an starting point the supposition that the militar police socialization factor, centered in the values and principles of hierarqui and discipline, does not take into consideration ancient values of civilian life and its new members, forcing them to adapt to a new identity, with based military principles.

During the process of construction of this new military identity, we perceive the up surging of four distinct kinds of police: the hardworking one, who dedicates intensively to his duties, the Rambo type, considered to be the most violent, the old fashioned type and the lazy one.

In this study, the old fashioned police officer prevails over the others due to his smartness and prestige gained in the institution, especially among the newcomers. On the one hand, we can perceive that each group has its individual characteristic, whoever, both kinds receive influence of the values and principals imposed by the institution.

Thus, when undergoing socialization centered in hierarqui and military discipline, the new members construct a stereotyped vision of the civilian citizen, considering them as lazy, which is a pejorative term. According to his perspective, the civil citizen begins to be represented in a pejorative way, what constitute the first step for policy violence.

In this way, a link between the socialization process and the stiffness of the militar police towards the community is established.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos compreender o processo de socialização dos policiais militares durante o Curso de Formação de Praças Policiais Militares (CFPPM) ou simplesmente (CFP) ou ainda curso de soldado. Para tal, consideramos a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM – GO), situada na cidade de Goiânia e um dos ambientes onde se processa a formação policial militar, como uma instituição total, termo apropriado de Goffman (1974) para definir as instituições que possuem um alto grau de fechamento e que produzem um modo de vida paralelo ao da sociedade mais ampla.

As instituições totais são marcadas essencialmente pelo fato de seus internos permanecerem longos períodos de tempo dentro de seus limites. Tais internos dormem, trabalham e recreiam num mesmo local. Durante o período de adaptação, ou seja, os primeiros dias do interno numa instituição total, o contato com o mundo externo é mínimo, em alguns casos simplesmente não existe.

A opção de analisar o processo de socialização dos policiais militares na Academia de Polícia Militar sob a perspectiva goffmaniana deve-se, em grande medida, por acreditarmos ser este um instrumento teórico-metodológico condizente e adequado para o fim que nos propomos.

Goffman trabalha com a perspectiva de que a instituição total mortifica o *self* de seus internos. *Self* diz respeito à maneira específica de como, a partir de nossas interações, apropriamo-nos da percepção que os outros têm de nós e construímos a nossa própria identidade. *Self*, nesse sentido, está ligado à parte social de nossa identidade ou personalidade. O propósito de anular ou mortificar o *self* do indivíduo que ingressa, espontaneamente ou não, numa instituição total é fazer com que seus antigos valores e costumes sejam erradicados para que se possa, com maior eficácia, implantar outros.

Este estudo coloca em destaque a hierarquia e a disciplina como valores centrais e norteadores do processo de socialização por que passam os policiais militares durante o período de formação na Academia de Polícia Militar. Acreditamos que estes valores são cruciais para a formação de uma nova

identidade, erigida e edificada ainda sob as ruínas de uma forma específica de agir e pensar, típicas do antigo mundo social de que faziam parte os seus membros.

O processo de socialização policial militar é suficientemente eficaz para destruir e aniquilar formas passadas de pensar e agir, bem como construir e revelar aos seus novos integrantes uma percepção e visão de mundo totalmente diferentes das que eles estavam habituados.

Outra característica central de uma instituição total é que ela é controlada e dirigida por poucos indivíduos, a equipe dirigente. Os internos constituem o outro grupo. Este, bem mais numeroso. Neste trabalho consideramos os oficiais da Polícia Militar, incluindo os cadetes, como a equipe dirigente e os praças, sobretudo os alunos do CFP, como sendo os internos. A maior ênfase será dada na relação entre cadetes e alunos soldados.

A relação entre equipe dirigente e internos é marcada por hostilidades e humilhações que culminam na mortificação do *self*, sobretudo nos primeiros dias do interno na instituição total, isto é, durante o período de adaptação. A equipe dirigente faz uso da hierarquia e da disciplina, de forma legítima ou não, para construir uma nova identidade em seus internos, os praças. Esta nova identidade é marcada pela obediência e pelo culto do subordinado ao superior.

Nesse processo de construção da identidade policial militar a equipe dirigente recorre e até mesmo ultrapassa os regulamentos e normas da Polícia Militar. A posição ocupada na escala hierárquica pode ser um fator decisivo para que uma determinada ordem seja cumprida, mesmo contrariando os estatutos e regimentos internos da corporação.

Para melhor compreendermos essas ambigüidades, decorrentes do que está estatuído e o que acontece de fato, recorreremos a Roberto DaMatta (1983), principalmente no capítulo sobre o rito autoritário do “você sabe com quem está falando?” e Max Weber (1998), sobretudo no tipo de dominação por ele denominada de racional-legal. Com o auxílio de DaMatta e Weber buscamos compreender as diferenças e semelhanças entre a noção de hierarquia da Polícia Militar e a que faz parte de nossa sociedade. A hierarquia da Polícia Militar é um princípio organizacional típico das instituições modernas, enquanto a hierarquia de que trata DaMatta é inerente à face tradicional da nossa sociedade, um valor central de nossa cultura.

No processo de socialização dos policiais militares percebemos a inflexão de valores característicos de uma instituição moderna frente a outros de ordem tradicional, mas que são constitutivos de nossa cultura e de nossa organização social.

Os principais valores que norteiam e estruturam o militarismo, tanto dentro como fora dos quartéis e das Unidades da Polícia Militar destinadas à formação de seus membros, são a hierarquia e a disciplina. A socialização de tais policiais na APM propõe internalizar estes valores e inculcar-lhes uma nova maneira de pensar e agir.

Entendemos que a socialização dos policiais militares não se esgota no dia de sua formatura de final de curso. Acreditamos que ela se estende ao longo da carreira policial militar. Neste trabalho, no entanto, pensamos a socialização principalmente durante o curso de formação dos policiais militares, ou seja, durante a fase de adaptação, quando os indivíduos passam por um processo de *mortificação do self* e internalizam os valores e preceitos da hierarquia e da disciplina militares.

As relações internas, isto é, dentro dos quartéis e, principalmente, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e Academia de Polícia Militar (APM) são fortemente influenciadas pela hierarquia e pela disciplina. Dessa forma, as desavenças e hostilidades entre um grupo e outro são contidas pela rigidez do código de conduta policial militar, coisa que, na prática, não acontece nas relações externas, ou seja, da polícia com a comunidade.

A função elementar da hierarquia é distinguir a posição de um policial militar em relação a outro. Na Polícia Militar ninguém é visto como igual ao seu semelhante. Mesmo entre policiais do mesmo posto ou da mesma graduação sempre há alguma distinção para o colocar, hierarquicamente falando, acima ou abaixo em relação ao outro.

Enquanto a hierarquia cumpre a função de identificar a posição superior/subalterno de cada um, a disciplina tem a tarefa de engendrar uma postura de obediência e de manutenção da ordem ao policial militar. A disciplina é o fator primordial de coesão nas relações dentro do quartel. Isto porque o regulamento disciplinar da Polícia Militar é bastante rigoroso para com as questões que ferem a estrutura hierárquica e disciplinar da instituição.

Partimos do pressuposto que o policial, ao receber uma formação acadêmico-militar, acaba internalizando determinados valores tais como a hierarquia e a disciplina de forma a tê-los como colunas e esteios da prática policial, tanto fora como dentro dos quartéis. São estes valores que orientam e dão sentido às práticas policiais.

As práticas policiais militares nos interessam pelo fato de que estabelecemos uma estreita relação entre o processo de socialização dos PMs e um tipo específico de comportamento, o violento. Apesar de estabelecermos uma relação entre socialização e violência, nossa pesquisa não contempla de forma abrangente a interação da Polícia Militar com a comunidade. Dessa interação, temos apenas os relatos dos alunos soldados registrados nas entrevistas a nós concedidas.

No processo de socialização policial militar identificamos um relacionamento hostil entre a equipe dirigente e os internos. Hostilidade essa que a nosso ver engendra nos PMs um tipo de visão de mundo e, conseqüentemente, um tipo de comportamento que se choca com os valores e costumes dos indivíduos da sociedade mais ampla propiciando, assim, um ambiente favorável à violência policial.

Para dizer que a polícia é violenta e que boa parte das pessoas que vão presas é pobre e/ou negra não é necessário ser um cientista social. Qualquer indivíduo que tenha um bom senso chegaria a essa conclusão. Agora, compreender as raízes dessas ações constitui uma tarefa de bom alvitre, uma questão importante para a investigação sociológica.

Com certeza são muitas as causas das ações violentas e discriminatórias por parte dos policiais como um todo e dos policiais militares em especial. No entanto, este trabalho busca, como já frisamos, estabelecer um nexo entre a forma de socialização e as práticas policiais, principalmente as que são marcadas pela truculência.

Não são poucos os estudos sociológicos dirigidos à questão da violência policial no âmbito da nação, porém em Goiás a contribuição ao tema tem sido ínfima. Da mesma forma, os estudos voltados às instituições policiais são poucos, até mesmo se considerarmos todos os Estados da Federação.

A nossa passagem pelos quadros da Polícia Militar¹ certamente nos auxiliou neste estudo. Sabemos, no entanto, que, num trabalho de tal porte, não basta ter uma certa familiaridade com o tema a ser abordado, é necessário mais do que isso para que se consiga um bom resultado. Um suporte teórico e metodológico é fundamental no processo de conhecimento da realidade social, da mesma forma que as técnicas e a operacionalização em si da pesquisa.

Este trabalho, apesar de enfatizar os valores da hierarquia e da disciplina militares no processo formativo dos alunos soldados e apontar para o fato de que a maneira como a socialização é imposta aos referidos alunos acaba influenciando seus comportamentos frente à comunidade, não busca explicar a truculência ou a violência policial apenas pelo tipo de socialização. Assim, apesar de ressaltarmos um ou outro aspecto da socialização e do comportamento policial militar, não estamos negligenciando outros valores a nortear e influenciar na trama polícia/comunidade. Portanto, em nossa perspectiva, o comportamento violento dos policiais militares decorre em grande medida, mas não apenas, do modelo de socialização que eles se submetem.

Esperamos que este trabalho possa ajudar no processo de construção do conhecimento sociológico a respeito de fatos tão importantes como a formação daqueles que são designados guardiães da sociedade, bem como a respeito da truculência e da violência policial militar que assola e amedronta, sobretudo, as classes sociais que já são excluídas e marginalizadas pela sociedade como um todo.

Um olhar crítico sobre este trabalho é o suficiente para perceber que não somos isentos de valores e que muitos deles nos orientam fortemente. A nossa trajetória de vida, com nossa passagem pelos quadros da Polícia Militar, primeiramente como soldado e depois como cabo, ambas situadas na base da complexa estrutura hierárquica da instituição, não poderia deixar de nos influenciar. Da mesma forma os estudos, principalmente durante a graduação, são, também, fatores decisivos na escolha de um determinado objeto, bem como da abordagem a ser adotada. Weber é, sem dúvida, quem mais nos inspirou.

O que importa dizer é que tanto os valores que nós construímos ou dos quais nos apropriamos ao longo de nossas vidas, como a nossa experiência

¹ A nossa passagem pelos quadros da Polícia Militar do Estado de Goiás foi de maio de 1990 a julho de 1998. Ingressamos na Polícia Militar como soldado e após um ano de formatura fizemos o curso de cabo, graduação na qual permanecemos até nossa saída da instituição.

acadêmica concorrem numa mesma direção, formando um quadro de referência de que dispomos para nos auxiliar e buscar nele o sentido de nossa ação. É necessário, entretanto, objetivar as nossas escolhas mais subjetivas, procurando dar-lhes rigor e um tratamento à altura de um trabalho científico. Ao menos é o que esperamos ter feito.

Na atual conjuntura nacional e global as idéias, os valores e a dinâmica social como um todo se movem muito mais rapidamente do que as nossas instituições, principalmente as militares que primam em demasia pela ordem, sendo, portanto, de natureza conservadora. Neste contexto de transformações que inevitavelmente influenciam as instituições, mesmo as mais conservadoras, é que desenvolvemos nossa investigação.

Não se pode deixar de registrar que houve uma sensível abertura da Polícia Militar à comunidade. O próprio fato de recebermos de seu Comando uma autorização para realizarmos uma pesquisa dentro dos muros da APM já é um fato que denota uma certa abertura.

No entanto, aos olhos da maioria dos oficiais e de alguns praças, a instituição policial militar representa a ordem e a disciplina, valores que devem ser cultivados em qualquer instituição e em qualquer ambiente. Dessa forma, percebe-se que a abertura e as transformações no seio policial militar não atingem aquilo que é uma espécie de coluna vertebral da instituição, referimo-nos à sua estrutura hierárquica e disciplinar. Assim, os alunos do CFP, por exemplo, passam a ter aulas de direitos humanos, mas continuam sendo humilhados e completamente ignorados pela equipe dirigente.

Acreditamos que esse tipo de socialização imposta aos alunos do CFP produz revoltas e indignações que acabam sendo descontadas nos *paisanos folgados*, termo criado pelos policiais militares para representar os civis. O civil, nesse sentido, é representado e percebido, também, de forma pejorativa.

Por fim, gostaríamos de fazer uma breve exposição sobre como construímos os três capítulos dessa dissertação, bem como dos procedimentos adotados durante a pesquisa de campo.

O primeiro capítulo está estruturado em cinco tópicos. No primeiro, esboçamos um breve histórico da Polícia Militar, dando ênfase na forma como ela se encontra estruturada atualmente. De todas as Unidades da Polícia Militar, identificamos duas que mais de perto nos interessam, por serem responsáveis

pela formação dos policiais militares. Destas duas, elegemos uma, a Academia de Polícia Militar, para desenvolvermos nossa pesquisa de campo.

No segundo tópico buscamos discutir e trabalhar a Academia de Polícia Militar como uma instituição total. No terceiro, denominado “A Mortificação do Self”, tentamos mostrar como se processa a formação dos novatos dentro de uma instituição total e como a equipe dirigente anula a identidade e os valores individuais de seus internos com a finalidade de formar-lhes uma nova identidade, a de militar. Depois de discorrermos sobre a mortificação do *self*, tratamos de analisar o nosso primeiro contato com os alunos do CFP, marcado por uma razoável desconfiança que qualquer estranho causa quando chega a uma instituição fechada. Neste tópico tratamos também do comportamento dos referidos alunos, sobretudo nas suas interações com os cadetes, durante as constantes aulas vagas ao longo do dia. Tal comportamento espelha-se nas atitudes dos *praças velhos* e apontam para o fato deles próprios se enquadrarem dentro dessa categoria de policiais militares.

O quinto e último tópico versa sobre os *tipos ideais* de policiais militares, inspirados na sociologia weberiana. Um dos tipos construídos é o *moita*. O policial militar que se enquadra na categoria de *moita* é discreto em suas ações e atitudes, passando despercebido em suas ações tanto dentro como fora dos quartéis. Outro tipo de policial militar é o *caxias*. O *caxias* é aquele policial mais disciplinado e que mais se ajusta à estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar. O terceiro tipo é o *rambo*. Este é um policial que não mede esforço para demonstrar trabalho. Está sempre combatendo o crime e os criminosos. Dentre os tipos construídos, o *rambo* é o mais violento. Por fim, temos o *praça velho*.

O *praça velho* é o quarto e último tipo de policial militar. Este é o grupo mais admirado no seio militar, isto devido sua esperteza e habilidade em tirar vantagem nas relações internas e externas, isto é, tanto nas relações com a equipe dirigente como naquelas que envolvem a comunidade.

O *praça velho* não se preocupa tanto com as exigências do militarismo. Seus cabelos são mais longos, se comparados aos de outros policiais; a fivela de seu cinto não é polida; seu coturno raramente é engraxado e assim por diante. Assim, o *praça velho* é um policial que se preocupa pouco com sua apresentação pessoal, diferentemente do *caxias*, e até mesmo gaba-se desse fato, demonstrando, de certa forma, estar acima dos regulamentos e estatutos.

Praça velho, também, é o título dessa dissertação. Isso se deve, sobretudo pelo fato de os alunos soldados, apesar de serem constantemente induzidos à *caxiagem*², seguem muito mais os passos dos *praças velhos* do que propriamente dos *caxias*. A esperteza policial militar, característica central do *praça velho*, é aprendida e essa aprendizagem começa durante o Curso de Formação de Praças Policiais Militares e se expande ao longo da carreira policial militar. Dessa forma, os alunos soldados, socializados num ambiente marcado por hostilidades e humilhações, aprendem muito rapidamente, não todos é claro, a lidar com as boçalidades e exigências, sobretudo dos cadetes. Neste tópico procuramos mostrar que todos os grupos policiais militares sofrem a inflexão da hierarquia e da disciplina militares, tanto nas suas relações internas como nas externas. No entanto, cada grupo absorve formas próprias de agir tanto para com os superiores hierárquicos como para com a comunidade.

O segundo capítulo, intitulado “Hierarquia e Disciplina”, foi dividido em três tópicos. O primeiro versa sobre a hierarquia. Neste ponto fizemos uma discussão com DaMatta e Weber, tentando distinguir a hierarquia constitutiva da estrutura organizacional da Polícia Militar daquela que faz parte do acervo cultural dos brasileiros como um todo. Essa discussão tem um significado importante, sobretudo, porque nos auxilia na compreensão do comportamento policial militar. Nesse ponto da dissertação, como em vários outros, tratamos também de mostrar como os valores de nossa cultura acabam por influenciar o comportamento de indivíduos participantes de uma instituição moderna. Dessa forma, o moderno curva-se diante do tradicional.

No segundo tópico travamos uma discussão, com o auxílio de Michel Foucault, a respeito da disciplina militar. A disciplina foi discutida separadamente da hierarquia por critérios analíticos, porém, sabemos que, na prática, esses dois pilares da Polícia Militar formam um todo coerente. A disciplina militar se mostra como um fator que inibe a espontaneidade dos alunos do CFP, formando policiais altamente disciplinados, sob o ponto de vista militar, e totalmente submissos à equipe dirigente.

No terceiro e último tópico do segundo capítulo nós discutimos como a estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar anula a antiga identidade dos

² Caxiagem é a atitude de ser *caxias*, um policial militar exemplar na sua conduta e na sua apresentação pessoal.

internos, formando-lhes uma nova. Para tal, a equipe dirigente recorre aos regulamentos disciplinares e até mesmo à posição hierárquica, independentemente dos estatutos. Nesse sentido, a relação entre superior e subalterno é marcada por constantes humilhações, fato que ajuda a mortificar o *self* dos internos.

Por fim, o terceiro capítulo estabelece uma relação entre a formação policial militar e o tipo de conduta por eles estabelecida na lida diária com a comunidade. O pressuposto é que a socialização dos policiais militares, fortemente marcada pelos valores da hierarquia e da disciplina militares, contribui para a truculência destes para com os civis. A forte ênfase nos treinamentos, exercícios e valores militares forja nos PMs uma nova identidade, a de militar, bem como faz com que os policiais militares tenham uma visão hierarquizada das pessoas, na qual os civis são percebidos como inferiores aos militares.

O primeiro tópico do referido capítulo discute a formação da identidade policial militar, a partir dos papéis representados pelos alunos do CFP no cenário da Academia de Polícia Militar. O grupo que contracena com estes alunos, os cadetes, recebe um destaque importante, na medida em que são os que mais “cobram” e exigem dos referidos alunos.

O segundo tópico trata das representações que a sociedade cria a respeito dos policiais militares e vice-versa. Da mesma forma que os policiais militares, em geral, são discriminados pela sociedade, eles constroem estereótipos negativos a respeito dos civis, colocando-os numa posição inferior.

Após tratarmos das representações criadas pela sociedade a respeito dos militares e dos militares sobre a sociedade, passamos a discutir a ideologia belicista que norteia as ações da Polícia Militar. Tal ideologia defendida por boa parte dos policiais militares, tanto da equipe dirigente como dos internos, prescreve que “bandido bom é bandido morto”. Os crimes e os criminosos, nessa perspectiva, devem ser erradicados de qualquer forma, independentemente das garantias constitucionais.

Agora, um breve comentário a respeito de como elaboramos e desenvolvemos nossa pesquisa de campo.

A escolha do tema deve-se em grande medida pela nossa passagem pela Polícia Militar e mesmo antes, quando servimos no Exército e percebemos

que a grande maioria dos internos demonstrava uma certa indignação a respeito do tratamento a eles dispensados.

Esta dissertação foi desenvolvida a partir de um projeto de pesquisa que havíamos feito e defendido como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, no início do ano de 2000.

A pesquisa de campo foi realizada na Academia de Polícia Militar, junto a três turmas do Curso de Formação de Praças Policiais Militares, as turmas J, K e L. Essas turmas ingressaram por concurso público na Polícia Militar e começaram o curso no mês de julho de 2001, concluindo-o em abril de 2002.

Antes do acompanhamento em sala de aula junto a essas turmas, entre os meses de setembro de 2001 e março de 2002, havíamos feito um levantamento bibliográfico em torno das monografias produzidas pelos oficiais do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. As monografias do CAO fazem parte do acervo da biblioteca da Academia de Polícia Militar e nos ajudaram a identificar e perceber algumas representações criadas pela equipe dirigente. Além da pesquisa bibliográfica, do acompanhamento e observações, principalmente em sala de aula, fizemos também 21 entrevistas com os alunos soldados. As entrevistas foram realizadas em momentos de folga dos alunos do CFP, todas concedidas espontaneamente, apenas sob a condição de que não aparecessem seus nomes nesta dissertação. Desta forma, alteramos os nomes dos entrevistados a fim de não causar-lhes nenhum transtorno. Em anexo, colocamos a entrevista com o aluno soldado Estevão, a qual segue a mesma estrutura e contém as mesmas perguntas das demais.

Tanto o acompanhamento, como a pesquisa bibliográfica, as observações e as entrevistas nos ajudaram a comprovar nossa hipótese inicial que relacionava a truculência policial militar a um tipo específico de treinamento e socialização, caracterizado pela internalização dos valores da hierarquia e da disciplina militares.

Acreditamos que este trabalho representa uma leitura condizente com a realidade policial militar, nem por isso, no entanto, achamos que ele esteja isento de críticas. Sabemos que olhares diferentes sob um mesmo fenômeno podem resultar em conclusões que não sejam semelhantes, podendo até mesmo ser divergentes. Desnecessário se torna dizer que este trabalho pode se desdobrar e aprofundar aspectos que apenas de leve e superficialmente toca.

CAPÍTULO 1

SOCIALIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO TOTAL

1.1 - POLÍCIA MILITAR ONTEM E HOJE

O presente texto não tem a pretensão de descrever minuciosamente a história da Polícia Militar do Estado de Goiás. A idéia é muito mais de apresentar ao leitor o ambiente onde se processa a socialização do policial militar, objeto de nossa investigação, do que fazer um levantamento histórico detalhado de tal instituição. Vale salientar que a contextualização histórica proposta colocará em relevo os aspectos que possuem maior afinidade com o tema central desta dissertação, o processo de socialização dos policiais militares.

Com o propósito de levantar dados a respeito da formação histórica da Polícia Militar, e também da formação policial militar, foram pesquisadas as monografias produzidas pelos oficiais ao final do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) entre os anos de 1988 a 2000. As monografias do CAO fazem parte do acervo da biblioteca da Academia de Polícia Militar e se encontram disponíveis tanto para o público interno como externo. Sobre o CAO, vale dizer que o curso tem duração de seis meses e funciona anualmente na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

A produção em torno da história da instituição é escassa, de aproximadamente cem monografias pesquisadas, apenas uma trata diretamente da questão. Os dados concernentes à história da Polícia Militar são praticamente inexistentes, sendo que o que mais se encontra registrado são as datas de ocasiões importantes, principalmente dos decretos-leis alterando o nome da instituição, bem como o nome dos comandantes da corporação ao longo de sua história.

Em A Evolução histórica da PM de Goiás – uma proposta bibliográfica, José Caetano de Brito (1991) afirma que, no Brasil, as primeiras forças policiais

foram organizadas pelos donatários e estavam a serviço dos grandes latifundiários. E, nesse sentido, tinham uma função estritamente particular. Com a vinda da família real ao Brasil, D. João VI, em 1809, institui a Guarda Real de Polícia, com regime militar. Já, as polícias estaduais só foram criadas durante o período regencial.

Este mesmo autor afirma que, com a resolução nº 13, de 28 de julho de 1858, o então governador da província de Goiás, Francisco Januário da Gama Cerqueira, decreta a criação da Força Policial. Mas, somente no ano de 1884 é que tal resolução foi executada, com a instalação efetiva de um Contingente Policial.

A Polícia Militar sofreu poucas alterações em sua estrutura ao longo de sua história, mas, por outro lado, modificou seu nome várias vezes. Em síntese, são estas as denominações por que passou a corporação desde sua criação: Força Policial, pela resolução nº 13 de 28 de julho de 1858; Corpo de Polícia, pela lei nº 05, de 12 de julho de 1892; Batalhão de Polícia, pela lei nº 364, de 02 de julho de 1910; Força Pública, pelo decreto nº 395, de 19 de dezembro de 1930; Polícia Militar, pelo decreto nº 139, de 01 de junho de 1935; Força Policial, pelo decreto-lei nº 3.035, de 29 de março de 1940 e, por fim, Polícia Militar, pela promulgação da Constituição Federal em 18 de novembro de 1946. Posteriormente ratificada com o nome de Polícia Militar com o advento das Constituições do Estado, datadas de 1947 e 1967, respectivamente.

Atualmente a Polícia Militar do Estado de Goiás está estruturada de forma a cobrir, com seu efetivo, toda área do Estado. Sua distribuição territorial se dá, principalmente, por meio de seus diversos batalhões, com suas respectivas companhias e pelotões. Além dos batalhões de polícia existem também as Companhias Independentes, isto é, aquelas que possuem um comando próprio.

A Polícia Militar do Estado de Goiás apresenta-se como uma instituição altamente burocratizada, nas suas divisões e subdivisões, a fim de cumprir com eficácia seus objetivos: promover um policiamento ostensivo e preventivo. Os comandos, unidades e seções que compõem a Polícia Militar do Estado de Goiás, formam uma complexa estrutura burocrática de mando e obediência. Como foi dito linhas atrás, um batalhão de Polícia Militar divide-se em companhias que, por sua vez, subdividem-se em pelotões. Dessa forma, um batalhão localizado numa determinada cidade do interior do estado ou mesmo na capital, pode possuir

companhias ou pelotões em outras cidades vizinhas ou em outros bairros e setores próximos. Todos estes desdobramentos faz com que haja policiais militares em todas as partes do estado. Essa organização burocratizada apresenta-se estruturada da forma como segue.

A principal instância de mando e poder da Polícia Militar é o Estado Maior que é formado pelo alto comando da instituição, incluindo o comandante geral, subcomandante geral e o assistente do Comando Geral, bem como de sete seções: PM-1, PM-2, PM-3, PM-4, PM-5, PM-6 e PM-7.

A Polícia Militar do Estado de Goiás estrutura-se principalmente por meio de Comandos e suas respectivas Unidades. A região metropolitana de Goiânia concentra a maior parte do efetivo policial de todo Estado de Goiás. O quadro abaixo mostra as unidades que fazem parte do Comando de Policiamento Metropolitano com suas respectivas localizações.

COMANDO DE POLÍCIAMENTO METROPOLITANO	UNIDADE	LOCAL
	1º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
	7º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
	9º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
	4º Batalhão de Polícia Militar	Anápolis
	8º Batalhão de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
	13º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
	9ª Companhia Independente de Polícia Militar	Trindade
	16ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
	17ª Companhia Independente de Polícia Militar	Senador Canedo
	Batalhão de Polícia Militar de Choque	Goiânia
	Batalhão de Polícia Militar de Trânsito	Goiânia
	Batalhão de Polícia Militar Rodoviário	Goiânia
	Batalhão de Polícia Militar Florestal	Abadia de Goiás
	Regimento de Polícia Montada	Goiânia
	Batalhão de Polícia Militar Feminino	Goiânia
	8ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia

* Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social – PM/5 -, atualizados em janeiro de 2002.

Apesar de ser a região metropolitana a mais densa em população e concentrar a maior parte dos policiais militares do Estado de Goiás é a região do entorno de Brasília que, na atualidade, desperta maior interesse e preocupação das autoridades em Segurança Pública, não só de Goiás, mas também do Brasil,

já que aquela Região está se configurando como uma das mais violentas do País. O quadro a seguir mostra as Unidades do 1º Comando Regional de Polícia Militar, com sede em Águas Lindas, próximo ao Distrito Federal.

1º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR	UNIDADE	LOCAL
	1ª Companhia Independente de Polícia Militar	Planaltina
	2ª Companhia Independente de Polícia Militar	Posse
	4ª Companhia Independente de Polícia Militar	Valparaíso II
	11ª Companhia Independente de Polícia Militar	Santo A do Descoberto
	12ª Companhia Independente de Polícia Militar	Novo Gama
	18ª Companhia Independente de Polícia Militar	Pirenópolis
	10º Batalhão de Polícia Militar	Luziânia
	16º Batalhão de Polícia Militar	Formosa
	17º Batalhão de Polícia Militar	Águas Lindas

* Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social – PM/5 -, atualizados em janeiro de 2002.

O próximo quadro versa sobre o 2º Comando Regional de Polícia Militar que está localizado na região sudoeste de Goiás, com sua sede na cidade de Rio Verde.

2º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR	UNIDADE	LOCAL
	2º Batalhão de Polícia Militar	Rio Verde
	12º Batalhão de Polícia Militar	Iporá
	15º Batalhão de Polícia Militar	Jataí
	5ª Companhia Independente de Polícia Militar	Indiara
	7ª Companhia Independente de Polícia Militar	Mineiros
	15ª Companhia Independente de Polícia Militar	Palmeiras de Goiás

* Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social – PM/5 -, atualizados em janeiro de 2002.

O 4º Comando Regional de Polícia Militar ocupa a região sul, tendo sua sede na cidade de Itumbiara.

4º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR	UNIDADE	LOCAL
	5º Batalhão de Polícia Militar	Itumbiara
	11º Batalhão de Polícia Militar	Pires do Rio
	3ª Companhia Independente de Polícia Militar	Catalão
	10ª Companhia Independente de Polícia Militar	Morrinhos
14ª Companhia Independente de Polícia Militar	Caldas Novas	

* Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social – PM/5 -, atualizados em janeiro de 2002.

O 5º Comando Regional de Polícia Militar está localizado ao norte do Estado com sede provisória na cidade de Ceres.

5º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR	UNIDADE	LOCAL
	3º Batalhão de Polícia Militar	Porangatú
	6º Batalhão de Polícia Militar	Cidade de Goiás
	14º Batalhão de Polícia Militar	Uruaçu
	6ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goianésia
	13ª Companhia Independente de Polícia Militar	São Miguel do Araguaia

* Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social – PM/5 -, atualizados em janeiro de 2002.

A Polícia militar de Goiás conta ainda com diversas unidades de apoio que se encontram instaladas na capital do Estado. Das arroladas abaixo, apenas o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) não tem sua sede em Goiânia. Tais unidades de apoio fazem parte e reforçam ainda mais a estrutura burocrática da instituição. Vale salientar que existem outras, além das que aparecem no quadro a seguir.

UNIDADES DE APOIO	UNIDADE	LOCAL
	Quartel da Ajudância Geral	Goiânia
	Corregedoria Policial Militar	Goiânia
	Diretoria de Saúde / Hospital da Polícia Militar	Goiânia
	Academia de Polícia Militar	Goiânia
	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças	Senador Canedo
	Diretoria de Apoio Logístico	Goiânia
	Diretoria de Finanças	Goiânia
	Colégios da Polícia Militar	Goiânia

* Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social – PM/5 -, atualizados em janeiro de 2002.

De todas unidades que a Polícia Militar dispõe, arroladas acima, uma tem maior relevância para o presente trabalho, isto devido ao seu papel na formação dos policiais militares, bem como por se desenvolver ali nossa pesquisa de campo. Referimo-nos à Academia de Polícia Militar.

A Polícia Militar de Goiás dispõe de duas instituições de ensino: uma para praças e outra para oficiais. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), situado em Senador Canedo tem a função, como o próprio nome indica, de promover a formação e especialização de praças: subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

A Academia de Polícia Militar (APM), com sede em Goiânia, no Setor Universitário, é responsável pela formação, instrução e aperfeiçoamento de oficiais. No entanto, vale salientar que os cursos oferecidos pela APM não são restritos aos oficiais. Existem cursos funcionando na Academia de Polícia Militar direcionados apenas a praças, outros contemplam somente oficiais e ainda outros destinados a policiais de ambos os grupos.

A origem da Academia de Polícia Militar de Goiás remonta ao antigo Departamento de Instrução Militar (DIM), que foi criado pelo decreto-lei nº 3.286 de 11 de junho de 1940, no governo de Pedro Ludovico Teixeira, na época, interventor federal no Estado de Goiás. A atual denominação - Academia de Polícia Militar - foi dada em 1985, ano em que o Curso de Formação de Oficiais (CFO) foi equiparado aos demais cursos de graduação pelo Ministério da

Educação e da Cultura, elevando a APM à condição de estabelecimento de ensino superior.

Pelo fato de ser a Academia de Polícia Militar uma unidade-escola, existe uma rotatividade muito grande no seu quadro discente. À época em que se deu início a esta pesquisa, 2º semestre de 2001, estavam em funcionamento os seguintes cursos:

2º SEMESTRE DE 2001 ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR	CURSO	SIGLA	Alunos Matriculados
	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais	CAO	21
	Curso de Formação de Oficiais	CFO	123
	Curso de Habilitação de Oficiais da Administração	CHOA	28
	Curso de Especialização de Polícia Judiciária Militar	CEPJM	16
	Curso Técnico de Ensino	CTE	12
	Curso de Operações de Choque	COC	32
	Curso de Especialização de Trânsito	CET	24
	Curso de Formação de Praças Policiais Militares	CFPPM	114

* Dados fornecidos pela própria Academia de Polícia Militar de Goiás.

A Academia de Polícia Militar, como instituição de ensino, tenta reproduzir, por meio de sua infra-estrutura, o ambiente e o lar de seus alunos. Nesses termos, o quartel é visto como uma grande casa e os militares, de todos os postos e graduações, como uma imensa família. Um fato que corrobora esse ponto de vista é o discurso, tanto dos oficiais como dos praças. Nas palestras e instruções dadas pelos oficiais aos praças é comum ouvir que o quartel é a segunda casa dos policiais militares. Nas saudações informais entre os praças, ouve-se constantemente o termo *irmão*, fazendo referência ao colega de farda. Em situações conflituosas ou na iminência de qualquer forma de hostilidade entre polícia e comunidade não é incomum ouvirem-se frases, tanto de policiais como

de civis, aludindo a corporação a uma caixa de marimbondo, onde *mexeu com um, mexeu com todos*.

Para que os alunos, na Academia, e os policiais militares como um todo, nos quartéis, não se sintam deslocados na sua segunda casa, os quartéis e a Academia de Polícia Militar são dotados de campos e quadra de futebol, cassinos³, alojamentos e outros locais de lazer que procuram fazer do quartel um ambiente familiar. Para se ter uma noção mais exata, a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás possui um ginásio de esportes; um campo de futebol com pistas de atletismo em sua volta e outro de futebol *societ*; três quadras esportivas; uma piscina; duas quadras de peteca; três cassinos, sendo um para os alunos oficiais, outro para subtenentes e sargentos e um terceiro para cabos, soldados e alunos soldados; a Academia de Polícia Militar conta ainda com refeitórios e cantina, de forma que o aluno praticamente não precisa sair de suas dependências para suprir suas necessidades elementares. O quartel torna-se uma instituição fechada em si mesma, constituindo-se num mundo à parte da sociedade mais ampla. É necessário frisar que a hierarquia e a disciplina se fazem presentes até mesmo na estrutura física e organizacional da Academia de Polícia Militar.

Esta “grande família” pode ser melhor compreendida quando penetramos, por meio da observação, no seu cotidiano. A vida do policial militar pode ser reveladora dos valores cultivados no meio militar. Este trabalho tenta compreender o significado do comportamento policial militar em face dos valores, regras e preceitos impostos pela instituição, isto durante o que chamamos de processo de socialização. Compreendemos que a socialização é um processo de interiorização de determinados valores e formas específicas de pensar e agir partilhados por um ou mais de um grupo humano. Devido à limitação deste trabalho, a investigação a respeito do processo de socialização dos policiais militares se dará principalmente durante o Curso de Formação de Praças Policiais Militares. Entretanto, sabemos que a socialização é contínua, transcendendo a duração do curso de formação. Assim, enquanto o policial militar estiver na ativa, ele participará de solenidades, de várias *formaturas* e de relações sociais que reforçam os valores que norteiam a instituição.

³ Cassino é uma sala de lazer, jogos e entretenimento.

De acordo com Peter L. Berger e Brigitte Berger (1980), “o processo pelo qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado pelo nome de socialização” (p. 204). Nessa perspectiva, a socialização pode ser entendida como a imposição de padrões sociais à conduta individual. Isso não significa, porém, que ela seja unilateral, isto é, que o indivíduo socializado não participe e reaja a tais determinantes sociais. Assim, o objeto da socialização é também um sujeito e não meramente um ser passivo no processo de interiorização de maneiras de agir e pensar estabelecidas socialmente.

Na perspectiva dos autores supracitados, “a parte socializada da individualidade costuma ser designada como identidade” (op. cit. p. 212). Dessa forma, a socialização numa determinada sociedade ou grupo é imprescindível para a constituição da identidade. Deve-se frisar, no entanto, que os autores estão tratando da *socialização primária*, ou seja, do “processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade” (idem: p.213). Por outro lado, “a socialização secundária compreende todos os processos posteriores, por meio dos quais o indivíduo é introduzido num mundo social específico” (idem: p. 213). A *socialização secundária* pode ser superficial ou conter praticamente a mesma natureza e conteúdo da primária. No caso da Polícia Militar, a socialização imposta aos alunos soldados é secundária, no entanto, é tão profunda como a primária, pois visa não apenas implantar um novo código de conduta, com seus respectivos valores, mas, também, fazer com que eles se esqueçam de hábitos e costumes da vida civil.

Entendemos a socialização nos termos de Peter Berger e Brigitte Berger. E, a partir do que foi salientado, os quartéis da Polícia Militar e, em específico, a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, que mais de perto nos interessa pelo fato de ali ter se desenvolvido a pesquisa de campo, serão percebidos e tratados como uma instituição total.

1.2 - INSTITUIÇÃO TOTAL

No presente trabalho a nossa intenção é compreender o processo de socialização dos policiais militares, através de um estudo sobre o Curso de Formação de Praças Policiais Militares (CFPPM) ou apenas (CFP), realizado na Academia de Polícia Militar (APM), em Goiânia, Goiás. Para tal, consideramos o quartel e, principalmente, a Academia de Polícia Militar como uma instituição total, termo apropriado de Goffman (1974) para definir as instituições que possuem um alto grau de fechamento e que produzem um modo de vida paralelo ao da sociedade mais ampla. Os internos, em tais instituições, estão inseridos num “mundo para si”, onde eles dormem, trabalham e recreiam. Durante o processo de socialização o contato com o mundo externo é mínimo, às vezes sendo inexistente. No processo de socialização dos PMs em tais instituições ocorre o que Goffman denomina de mortificação do *self*⁴, ou seja, a anulação do indivíduo, principalmente nos primeiros dias de adaptação.

De Goffman apropriamos o conceito de instituição total, à luz do qual analisamos a Polícia Militar. Para Goffman “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974: 11). Logo de imediato aparece a questão de saber se podemos, com ou sem reservas, considerar a corporação da Polícia Militar como uma instituição total.

Na perspectiva de Goffman, todas as instituições tendem a ser fechadas. Esse fechamento diz respeito ao caráter totalizador que se expressa em barreiras que cerceiam as livres relações de quem está dentro com quem está fora dessas instituições. Essas barreiras e proibições incluem o esquema físico, como é o caso das prisões, dos campos de concentrações, dos conventos e dos quartéis.

De acordo com Goffman:

As instituições totais de nossa sociedade podem ser, grosso modo, enumeradas em cinco grupamentos. Em primeiro lugar há as instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e

⁴ A tradução brasileira de Goffman (1974) é mortificação do eu. Nós, no entanto, preferimos usar *self* em lugar de eu, já que *self* diz respeito à parte social que nós apropriamos para construir nossa identidade. Isto é, a nossa identidade é construída a partir de nossas interações com os outros.

inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há as instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. (Goffman, 1974: 16, 17)

Como vimos, Goffman levanta cinco tipos ou categorias de instituições totais. Em síntese são locais estabelecidos: 1) para cuidar de pessoas incapazes e inofensivas, como asilos e orfanatos; 2) para cuidar de pessoas que oferecem, não intencionalmente, algum tipo de ameaça à comunidade, como sanatórios e leprosários; 3) para proteger a sociedade contra perigos intencionais, como prisões; 4) para realizar mais adequadamente uma tarefa, como quartéis e escolas internas; 5) para servir de refúgio do mundo, como mosteiros e conventos. Desses cinco grupamentos de instituições nos dedicaremos à quarta categoria, aquela instituída para realizar de maneira mais adequada alguma tarefa de trabalho.

Propomo-nos a tratar, assim como Goffman, os quartéis da Polícia Militar como uma instituição total. É evidente que não antes de travarmos um debate, fazendo as ressalvas e correções que se fizerem necessárias. Goffman levanta as características gerais das instituições totais, mas isso não significa que para ser uma instituição total, ela deva conter todos aqueles ingredientes descritos acima. Assim, uma das características fundamentais das instituições totais é que, diferentemente do que ocorre na sociedade moderna, o indivíduo tende a dormir, trabalhar e recrear em um mesmo ambiente. Ou seja, enquanto o indivíduo da sociedade mais ampla recreia, trabalha e dorme em lugares diferentes, o indivíduo participante de uma instituição total faz tudo isso num mesmo local.

Ao conceber os quartéis como uma instituição total torna-se necessário dizer que na Polícia Militar de Goiás havia, até pouco tempo atrás, um período de adaptação, no qual os alunos PMs viviam em regime de internato. Para os cadetes esse período era de um ano, o chamado *tempo dos bichos*⁵, no qual só aos finais de semana eram liberados, caso não estivessem escalados para algum tipo de serviço.

No que diz respeito à formação dos alunos soldados, a norma de aquartelização nunca foi rígida, senão implicitamente. Para esses alunos principalmente e para os policiais militares como um todo, costuma-se afirmar que o quartel é a segunda casa e que PM só tem horário para começar a trabalhar, para terminar “só Deus sabe”.

Um outro ditado corrente nas falas dos PMs, principalmente dos oficiais, é que o policial militar é polícia 24 horas por dia. Parece não haver diferença entre trabalho e folga, entre lugar de trabalhar e lugar de dormir. O PM assume e incorpora tão bem essas instruções de seus colegas que até mesmo os seus vizinhos e amigos o chamam em momentos de folga para resolver qualquer questão pendente, e ele vai sem hesitar. Portanto, parece não haver grandes problemas tomarmos a Academia de Polícia Militar como uma instituição total, já que as barreiras que separam três esferas da vida, local de trabalho, de lazer e de dormir são fluidas, inexistentes ou estão fragilizadas e diluídas pelo comportamento dos policiais militares. O grau de fechamento da Polícia Militar não chega ao extremo, como é caso das penitenciárias. Nem por isso, pode-se falar que não haja barreiras à relação social com o mundo externo.

Um outro aspecto relevante das instituições totais é que existe uma distinção básica entre dois grupos: um pequeno grupo dirigente e uma grande massa de internos. Na Polícia Militar podemos identificar a equipe dirigente com os oficiais, ou seja, 1º e 2º tenentes, capitão, major, tenente-coronel e coronel, e o grupo dos internos com os praças: soldado, cabo, 3º, 2º e 1º sargentos e subtenentes. Neste trabalho, incluímos os cadetes como parte integrante da equipe dirigente e os alunos do CFP como internos.

Esses dois grupos, equipe dirigente e internos, constituem categorias genéricas de identificação profissional da corporação. Não pretendemos reduzir e

⁵ A expressão *tempo dos bichos* foi incorporada do vocabulário do Exército Brasileiro, onde os novatos eram tratados como animais.

nem desfigurar o complexo hierárquico da Polícia Militar nestes dois grupos gerais. Sabemos que há uma cadeia complexa de poder nas relações entre oficiais/praças, oficiais/oficiais e praças/praças. Na realidade, tudo é mais complexo. Assim, não desconhecemos que dentro do grande grupo, que definimos nos termos de Goffman como internos, no caso, os praças, há profissionais de várias graduações e alguns exercendo influência, através de cargos ou funções conquistadas ao longo de suas carreiras, isto, se pensarmos numa escala que varia desde os que não “mandam nada” até os que “mandam tudo”. Outro fato importante a ser registrado é que a quantidade de sargentos é relativamente pequena, se comparado com o grupo mais amplo, os praças. Assim, apesar do grupo de internos não ser homogêneo, ele possui muito em comum, o fato de ser constituído pelos “pontas-de-lanças”, termo usado por alguns oficiais para designar os policiais que lidam diretamente com as ocorrências e com as pessoas nelas envolvidas.

Não se deve esquecer que a maioria das tarefas executadas pelos sargentos não destoa muito daquelas realizadas seja por cabos seja por soldados, isso no que se refere ao serviço operacional. A questão é que, por exemplo, numa ocorrência em que um sargento comanda a equipe, um cabo auxilia e um soldado dirige a viatura não haverá grandes expectativas na variação de comportamento entre os três. Não se deve, também, desprezar o fato de que um grande número de sargentos trabalha administrativamente, auxiliando a equipe dirigente em suas respectivas seções. Tais sargentos geralmente são auxiliados por outros praças de graus hierárquicos inferiores, identificando-se muito mais com seus subordinados do que com seus chefes. Tudo isso reforça a idéia de que apesar de não ser um grupo homogêneo, os internos possuem muito em comum.

É bom esclarecer que quando se refere a praças o termo adequado para descrevê-los hierarquicamente é *graduação*, enquanto para os oficiais o correto é *patentes*. Assim, os sargentos e os cabos não possuem *patentes*, mas sim, *graduação*. Da mesma forma um oficial não possui graduação de tenente ou capitão, antes, porém, possui a patente de tenente ou de capitão.

Feita a distinção entre equipe dirigente e internos cabe dizer que, segundo Goffman, “cada um desses grupos percebe o outro através de estereótipos limitados e hostis” (1974: p. 19). Numa instituição total, as decisões

são tomadas apenas pela equipe dirigente. Os planos de trabalhos da Polícia Militar, decididos nas reuniões de oficiais, descem prontos à tropa. Percebe-se não haver diálogo entre equipe dirigente e internos. Dessa maneira, quando um oficial da PM transmite uma ordem de serviço ninguém pergunta porque esse tipo de policiamento e não aquele outro ou porque nesse local, sendo que naquele outro é mais necessário. Ordem é para ser cumprida, esta é a regra. As ponderações, pontos de vista e discordâncias dos subordinados são ignoradas por completo. Evidentemente todas essas restrições, a começar pela comunicação, ajudam a manter um clima hostil entre os grupos. Apesar dos valores militares tentarem agregar todos os policiais dentro de um único bloco, percebe-se que os dois grupos possuem pontos de vista bastante distintos.

Sobre a equipe dirigente recai a responsabilidade e o controle de muitas necessidades humanas de grupos inteiros de pessoas. Na Polícia Militar não é diferente, ao menos durante o período de adaptação dos PMs à instituição. A organização burocrática das equipes dirigentes sufoca a individualidade e a liberdade de ação do indivíduo, com a finalidade de construir nele uma identidade militar. É claro que não podemos fechar os olhos para os escapes, para o "jeitinho brasileiro".

Esses escapes, ou seja, esse *jeitinho brasileiro* de contornar as situações impostas pelo processo de racionalização do mundo estará nos subsidiando durante esse trabalho, principalmente no que se refere ao dilema que se trava dentro de uma organização burocrática, entre a impessoalidade da norma e a valorização cultural da pessoa. Por enquanto, nossa principal preocupação ao buscar o auxílio de Goffman é a de tentar compreender o processo de socialização dos PMs. E, em consequência disso, apontar como tal socialização se faz refletir no cotidiano das práticas policiais militares, principalmente dos praças, seja no trabalho, seja no seu dia-a-dia em geral.

Descortinar as relações travadas entre equipe dirigente e internos constitui uma das tarefas essenciais deste trabalho, bem como buscar entender como os dois grupos, de oficiais e de praças, interpretam os regulamentos da instituição, principalmente o disciplinar. Já dissemos que há uma grande deficiência na comunicação entre os dois grupos da Polícia Militar, mas nossa preocupação deve ir além. Propomo-nos a captar como se dá quotidianamente

essa comunicação e quais suas conseqüências ao longo da carreira policial militar.

Nas organizações modernas o direito legítimo de interpretar e julgar as ações de funcionários baseando-se, é claro, nos regulamentos internos, recai sobre a equipe dirigente, para utilizarmos o termo de Goffman. Na Polícia Militar não são incomuns situações complexas como, por exemplo, quando está em jogo a palavra de um oficial contra a de um praça e não havendo consenso sobre determinada questão e os dois insistem estarem corretos, caso o praça não desista de sua postura, logo o oficial o ameaçará verbalmente acusando-o de insubordinação, ou seja, em casos conflituosos apela-se para a posição hierárquica, independentemente do regulamento estatuído.

Conceber a Polícia Militar como uma instituição total implica avaliar as redes de contato e comunicação entre equipe dirigente e o grupo de internos. No caso, o contato e diálogo entre oficiais e praças são, muitas vezes, dificultados por parte dos primeiros, isso em nome da hierarquia e da disciplina. Assim, “presumivelmente, todas essas restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos antagônicos”. (Goffman, 1974: p. 20)

Neste trabalho, não podemos deixar de registrar que alguns fatos indicam a existência de uma estreita relação entre a socialização e a prática policial militar. Assim, os PMs, ao serem socializados num ambiente de relações hostis, o quartel, acabam reproduzindo tais embates nas suas interações com a sociedade mais ampla. Ou seja, já que nas relações internas, dos PMs entre si, o diálogo é quase inexistente, o clima é de hostilidade e o relacionamento é baseado, muitas vezes, no autoritarismo e no abuso de poder por parte dos superiores hierárquicos, o mesmo tenderá a ocorrer no convívio com a comunidade. Dessa forma, o relacionamento precário e autoritário entre policiais militares e comunidade vincula-se ao processo de socialização dos primeiros num mundo onde as relações entre oficiais e praças são hostis.

Vamos pontuar as coisas. Em primeiro lugar as idéias não mudam bruscamente, é necessário um longo processo, no qual os indivíduos vão se socializando e incorporando os valores e normas do grupo. Na Polícia Militar, como em qualquer instituição total, esse processo é acelerado pela mortificação do *self* durante a permanência do interno na instituição, principalmente na fase de adaptação, ou seja, na chegada do interno à instituição, período em que ele é

considerado como novato. Um outro fator que parece contribuir para catalisar esse processo de mortificação do *self* é que a maioria dos indivíduos que ingressam na Polícia Militar é relativamente muito jovem, não tendo ainda seus valores morais e sociais cristalizados. Essa imaturidade quase sempre se traduz na rápida absorção e internalização dos valores e preceitos militares, presente nas interações entre equipe dirigente e internos.

Uma outra observação deve ser feita. Assim como as idéias e valores não são incorporados da noite para o dia, da mesma forma também as práticas policiais não são puros reflexos da vida em quartel. Quando se trata de relações sociais, as coisas não funcionam mecanicamente. Há uma complexa trama de elementos objetivos e subjetivos, internos e externos interagindo, orientando, reorientando e desorientando o comportamento dos indivíduos em sociedade.

A visão de si do policial militar é a de que ele é participante de uma educação distinta da educação dos civis. O policial militar vê-se a si mesmo como um ser capaz de um autocontrole inatingível pelos não participantes dos valores militares. Nas falas dos PMs ouve-se muito o termo *paisano folgado*, ou seja, o civil é folgado justamente por não ter recebido a formação militar e, portanto não sabe se comportar de forma disciplinada como aqueles. O termo *paisano* "é normalmente usado em lugar de 'civil' mas, embora pareça ser a mesma coisa, não é. 'Paisano' é um termo claramente pejorativo...". (Castro, 1990: p.38)

Na relação entre Polícia Militar e comunidade, os PMs constroem estereótipos ou modelos de comportamento para as pessoas da comunidade, baseando-se nos valores militares, ou seja, aqueles enfatizados durante o que denominamos chamar de processo de socialização na Academia de Polícia Militar. Esses estereótipos ou representações criam certas expectativas nos PMs em relação ao comportamento dos civis de uma determinada comunidade. Tais expectativas, geralmente, não correspondem à visão de mundo dos civis, gerando um desnível de comunicação e relacionamento entre uns e outros, o que pode resultar em violência policial.

Essas representações construídas socialmente durante o CFP referem-se à expectativa de que os civis se comportem como os policiais militares que aprendem a ter uma postura e compostura rígida desde os primeiros dias na escola de formação. Assim como os PMs de baixa ou nenhuma graduação têm que se submeter aos oficiais ou ao praça de maior graduação, assim também os

PMs quando em serviço, principalmente operacional, esperam que os *paisanos folgados* se submetam a eles com o mesmo respeito e submissão.

A violência policial militar não constitui o objeto central dessa investigação. Apesar de ser uma questão paralela, achamos por bem não deixá-la passar despercebida, pois estabelecemos uma relação entre o processo de socialização e o comportamento truculento dos policiais militares. Não estamos tratando de uma violência qualquer, mas daquela produzida pelas autoridades constituídas pelo Estado a fim exercerem o monopólio do uso legítimo da força física. Também não é nossa intenção questionar o uso legítimo da violência pela Polícia Militar, mas sim o abuso, o excesso, enfim, o uso ilegítimo da violência.

1.3 - A MORTIFICAÇÃO DO SELF

Utilizaremos aqui o conceito de alternância biográfica de Peter Berger (1995) para melhor compreendermos o processo de socialização dos policiais militares. A alternância diz respeito à tomada de consciência do indivíduo ao passar de um mundo social a outro. “Isto é, modificamos nossas cosmovisões (e, portanto, nossas interpretações e reinterpretações de nossa biografia) à medida que passamos de um mundo social para outro”. (Berger, 1995: 75)

A violência policial militar parece derivar, pelo menos em parte da experiência militar. Ao lembrar do ano de 1989, quando servimos no Exército e após uma semana de incansáveis exercícios e treinamento intensivo, em ritmo alucinante, das 06:00 às 22:00 horas, vivendo internamente, saímos e ao entrarmos em um ônibus sentimos algo diferente, sentimos ser soldados. O modo como seguramos no corrimão daquele ônibus foi totalmente diferente do costumeiro. A *vibração*, isto é, a ênfase nos exercícios militares daquela semana tinha nos contaminado. Nos termos de Berger, a consciência sociológica permite-nos perceber tal alternância, ou seja, o indivíduo mudando de mundo social.

Aquelas primeiras semanas no Exército, a *quarentena*, nos apresentaram um novo mundo. Os valores antigos deveriam ser destruídos ou pelo menos sufocados, contidos. Criava-se assim uma nova estrutura sobre os nossos frágeis esqueletos saídos recentemente da adolescência. Os treinamentos

daquela *quarentena* serviram para nos despir de todo traço civil, dos costumes e vícios herdados do nosso antigo mundo social. Naqueles primeiros dias de quartel a pressão psicológica era tão grande que era difícil um que não chorasse. Apesar dos exercícios físicos serem cansativos ao extremo, o que mais incomodava era a pressão psicológica. Assim, um sargento batia no armário e apitava enquanto dava três minutos para que uma companhia inteira tomasse banho (cerca de 120 homens). Durante as primeiras semanas é comum ouvirem-se frases de soldados durante o sono. Não é difícil ouvir lá pelas 04:00 horas da manhã um soldado gritando "sim senhor", "pronto" e outras expressões de obediência. Dessa forma, "apesar da pressão revestir-se por vezes de um caráter 'físico', como nos exemplos dados, os cadetes afirmam que ela é basicamente 'psicológica'. Seu componente mais forte seria a humilhação verbal". (Castro, 1990: p. 16)

As punições eram sem dó para aqueles que não aprendiam a mortificar o velho homem que havia em si. Era necessário aprendermos as regras básicas do militarismo: dizer sim senhor e não senhor, executar as ordens sem jamais questioná-las. Saber o seu lugar dentro do complexo hierárquico era de fundamental importância para uma boa convivência. Podemos entender então que o processo de mortificação do *self* acelera a passagem de um mundo social a outro, sendo que o último estado é considerado superior ao primeiro.

Parece que todo aquele esforço para nos despir de velhos hábitos e nos revestir de uma couraça que pudesse resistir aos ataques de tédio⁶ da vida em quartel surtiu algum efeito. Os nossos sentimentos eram externados por qualquer via, menos pelo diálogo com os superiores hierárquicos, nossos comandantes. Muitos soldados trabalhavam mal humorados a tal ponto que soavam o alarme de sua guarita apenas para descarregar suas tensões. Outros disparavam suas armas e depois alegavam terem visto algum vulto ou qualquer coisa se movendo. Apesar de haver essas fugas, elas não são comuns na fase de adaptação. Elas vão ocorrendo na medida em que os soldados vão ficando mais *safo*s, isto é, mais espertos, até se tornarem um *praça velho*.

Na Polícia Militar não é muito diferente, já que a estrutura desta instituição segue o mesmo modelo da do Exército. Nas academias e centros de formação policial militar são os valores inerentes à estrutura militar, isto é, a

⁶ A vida em quartel é tediosa a partir do momento em que chega uma nova turma de conscritos, isto porque a atenção da equipe dirigente volta-se totalmente a eles.

hierarquia e a disciplina os mais relevantes. É passado aos alunos em formação que o soldado é superior ao tempo, ou seja, o soldado está preparado para enfrentar qualquer situação, seja ela natural (vento, chuva, calor, etc.) ou social (conflitos, motins, etc.), o policial militar é superior ao tempo porque ele possui um corpo disciplinado⁷. O treinamento militar, com ênfase na hierarquia e na disciplina, é defendido enfaticamente pelos coronéis e oficiais de um modo geral, mas nem tanto pelos praças, principalmente os soldados.

Até recentemente havia nos cursos de formações de policiais militares os chamados *arranca rabos*, um tipo de castigo em forma de treinamento militar que consistia em atividades humilhantes como rastejar, ficar sentado e de pé ao som do apito do instrutor, marchar com fuzil até o aluno não suportar, em resumo, cumprir atividades humilhantes, mas que são eficazes para a mortificação do *self*. Alguém que não passasse pelo menos por um *arranca rabo* era chacoteado pelos seus colegas como sendo um paisano fardado. De certa forma, o *arranca rabo* pode ser visto como um rito de passagem⁸, uma cerimônia que marca o momento de transição de um mundo social a outro. Nessas situações particulares, porém reveladoras, o aluno era submetido a tratamentos humilhantes. Os oficiais, nessas ocasiões, alcançavam uma total submissão dos alunos que, sob qualquer pressão, precisavam suportar as humilhações, caso quisessem permanecer ligados ao curso, e qualquer desobediência poderia resultar no desligamento ou em punições, que além de cercear sua liberdade, *manchava* sua ficha pessoal.

Não podemos deixar de registrar que atualmente existem as manobras, os aquartelados e outras atividades que, apesar de não serem designadas como *arranca rabos*, possuem, muitas vezes, conteúdos semelhantes a estes. Não importa o nome que se dê a tais atividades, seja *arranca rabo* ou instrução, o que importa é que são eficazes para anular valores da vida civil e implantar um novo código de conduta, pautado nos princípios da hierarquia e da disciplina.

Nesse processo de mortificação do *self* os valores estruturantes da Polícia Militar vão sendo incorporados à maneira de pensar e agir dos PMs de tal forma que não é necessário fazer um grande esforço para identificar um policial

⁷ O corpo disciplinado revela que o treinamento militar possibilita aos PMs o adestramento do corpo, de forma a superar qualquer tipo de humilhação ou circunstância constrangedora. O termo é de Michel Foucault e foi usado por Da Silva, 1998.

⁸ C.L. Albuquerque e E.P. Machado (2001) fazem uma brilhante análise dos rituais da instituição policial militar, mostrando que a modernização do currículo do CFO da PM da Bahia não dispensa os ritos de mortificação e anulação total do indivíduo, durante a Jornada de Instrução Militar.

militar, mesmo estando fora de serviço e sem nenhum tipo de fardamento. A sua fala, os seus gestos, o seu comportamento, tudo isso o denuncia como tal. Assim, uma das funções do processo de mortificação do *self* é fazer com que o indivíduo rompa com valores e sensibilidades do velho mundo social de que participava para que possa apropriar com maior nitidez os novos valores.

No processo de socialização policial militar os exercícios, ordens, tarefas e qualquer outro tipo de atividade mortifica o *self* dos referidos alunos em formação. Em outras palavras, o papel de militar deve sobrepor-se aos papéis antes desempenhados por esse mesmo indivíduo na sociedade mais ampla. Os valores, as crenças, as ideologias presentes nas leis, regulamentos, costumes e tradições da Polícia Militar vão sendo assimilados de tal forma que o *status* social de seu "antigo mundo", a sociedade mais ampla, cede lugar a um novo *status*, o de militar.

Nesse período de adaptação Goffman fala que há uma "... deformação pessoal que decorre do fato de a pessoa perder seu conjunto de identidade..." (1974: p. 29). Na construção da nova identidade dos PMs o papel de militar sobrepõe-se tanto ao conjunto de identidade do "antigo mundo" como também ao próprio papel de policial. Antes de ser um bom policial é necessário ser um bom militar, saber obedecer, colocar-se no seu lugar. O militarismo deixa de ser apenas um meio, torna-se um fim em si mesmo.

No processo de mortificação do *self*, "muitas vezes, os internos são obrigados a, em sua interação social com a equipe dirigente, apresentar atos verbais de deferência – como, por exemplo, dizendo 'senhor' a todo momento" (op. cit. p. 30). Na relação entre equipe dirigente e internos há um descaso dos primeiros em relação aos segundos, sendo que alguns oficiais e cadetes sentem-se como se possuíssem uma natureza superior à natureza dos alunos soldados, assim como os pastores estão, por natureza, numa posição mais elevada que suas ovelhas.

O fato de haver diferentes refeitórios, cassinos e alojamentos para praças e oficiais corrobora a idéia de apartação entre esses dois grupos da Polícia Militar. Essa separação e distanciamento entre um grupo e outro faz com que haja distintas percepções a respeito da socialização dos policiais militares.

1.4 - PRIMEIROS CONTATOS

Após o levantamento bibliográfico das monografias do CAO, o passo seguinte foi na direção de buscar estreitar as relações entre observador e observados. Em meados do ano 2001 iniciamos a pesquisa de campo, quando participamos de uma aula de Psicologia Social.

Dessa forma, o nosso primeiro contato com os alunos soldados se deu em sala de aula, junto à turma K. Naquela aula, a professora entregou alguns trabalhos e, somente depois disso deu-nos oportunidade para nos apresentar e dizer a razão de nossa presença ali. Após a nossa apresentação, uma aluna suspirou e disse aliviada: “pensei que fosse um P₂”.

Todos os estranhos ao seio policial militar são percebidos com certo receio, ainda mais por se tratar de uma Academia, onde o grau de fechamento é bem maior do que em qualquer outro quartel. Os P₂, policiais militares que não usam farda e que são responsáveis pelas informações são vistos como delatores e, portanto, desfrutam de pouco prestígio junto à tropa, principalmente entre os praças. De modo geral, cria-se um estigma a respeito dos P₂, imputando-lhes uma imagem de alcagüetes, atitude inaceitável dentro da corporação.

A primeira barreira que nos separava dos militares parecia ter sido rompida, apesar de algumas desconfianças⁹. Pois, nem todos alunos acreditaram no que fora dito em nossa apresentação. Isto foi percebido quando já estávamos indo embora e ouvimos um aluno cochichar para um outro, dizendo que se tratava de um P₂. Percebe-se que os policiais militares desenvolvem um senso de desconfiança muito grande a respeito das pessoas, principalmente os estranhos.

Os policiais militares que trabalham à paisana e que são responsáveis por levantar informações que possam ser úteis à Polícia Militar, chamados de PM₂, quando trabalham no Quartel de Ajudância Geral (QAG) e de P₂, quando são destacados em algum quartel, não são vistos com muita simpatia pelos alunos do curso de soldado e nem mesmo pela maior parte dos praças já formados, isto porque, na prática, eles são uma espécie de polícia da polícia, principalmente dos praças.

⁹ BRETAS, M.L. e PONCIONI, P. (1999) trabalham, a partir da literatura sociológica anglo-saxônica, com a idéia de que a desconfiança, entre outros elementos, é um componente da cultura policial, independentemente de ser militar ou civil.

Os oficiais, de um modo geral, cultivam uma boa relação com os membros da P₂, isto por serem eles os chefes desta e das demais seções existentes na Polícia Militar. Todas as informações produzidas pela P₂ são conduzidas desde o início por um oficial e mesmo quando não participa de uma determinada ação, é sempre um oficial quem comanda todas as operações e todos os movimentos dos P₂. Assim, os P₂ são comandados por membros da equipe dirigente da Polícia Militar, não devendo, portanto, causar-lhes desconfiança.

A desconfiança em torno de uma pessoa que pode causar algum transtorno é enorme. Em se tratando de uma Academia de Polícia Militar, tais pessoas podem ser os próprios colegas.

Desconfiança à parte, vale dizer que o ambiente onde se processa a maior parte do aprendizado policial militar, a sala de aula, é um espaço de muita descontração por parte dos alunos soldados, ao menos nos intervalos e aulas vagas. Os alunos parecem se deliciar com as brincadeiras, anedotas e chocarrices que uns fazem com os outros.

Ao menos em tese, não há tempo, dentro da Academia de Polícia Militar, que não seja milimetricamente planejado. Porém, a realidade é um pouco destoante, isto devido ao atraso ou falta de professores nas inúmeras aulas diárias. Os alunos acabam por passar longos períodos de tempo esperando, sem fazerem nada, em sala de aula. Isto acontece pelo fato de uma grande quantidade de professores serem oficiais da instituição e acumularem outras funções e responsabilidades, além das constantes reuniões internas que eles obrigatoriamente devem participar.

A partir de observações, percebe-se uma quantidade enorme de aulas vagas, sobretudo nos últimos meses do curso. Os alunos, nessas ocasiões, preferem permanecer em sala de aula a ir para o pátio, pois se um aluno for visto, em horário de aula, em outro lugar é anotado, podendo ficar detido. Existe, entre os alunos do CFP, uma constante preocupação em não se exporem no pátio, na cantina ou qualquer outro ambiente da Academia de Polícia Militar, isso para não receberem eventuais missões¹⁰. O aluno designado a cumprir uma missão tem por obrigação, além de cumpri-la, manter informado aquele que o designou,

¹⁰ Qualquer tarefa que um superior designe a um subordinado constitui-se uma missão, assumindo, então, um caráter sagrado.

informando-o do desfecho da mesma. A questão é que, fazendo isto, o aluno recebe outra missão, podendo entrar num círculo vicioso. Portanto, o quanto menos exposto estiver, maior será a chance de não se envolver em missões. Este fato é levado a sério por praticamente todos os alunos do CFP, já que as missões são *escabrosas* e a relação com os cadetes não é a das melhores, argumentam. Um aluno soldado nos contou a respeito de uma missão recebida: contar todas as árvores da APM e identificá-las por meio de seus respectivos nomes. No mesmo instante outro aluno disse que teve que contar o número de vagas existentes nos estacionamentos de toda a Academia e, um outro nos disse que um cadete deu-lhe a missão de contar todas as cadeiras do auditório, o que foi feito sem reclamação, dizia o aluno, mas quando ele foi dizer a quantidade de cadeiras existentes, o cadete disse a ele que, de fato, era aquela quantidade porque ele já sabia. Acreditamos que o próprio curso de formação induz o aluno a adotar um comportamento de *praça velho*, pois ser esperto na Academia de Polícia Militar torna-se um imperativo, o qual não sendo observado pode resultar numa detenção ou numa missão qualquer.

Quando acontece de um professor se atrasar ou não comparecer à aula prevista, os alunos aproveitam tal momento para se descontraírem. Nestes e em outros momentos, as brincadeiras e chocarrices parecem servir de refúgio e também como um mecanismo de defesa contra a estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar.

A Academia de Polícia Militar é um local onde os alunos do Curso de Formação de Praças Policiais Militares sentem-se constantemente vigiados, principalmente pela equipe dirigente.

Na Polícia Militar como um todo e na Academia de Polícia Militar, em especial, por ser ela uma unidade de ensino, ocorre um visível descaso dos superiores para com os subordinados. Há casos em que o superior ignora por completo a presença do subordinado, virando-lhe as costas e se retirando. O desprezo é geral, ele acontece entre a equipe dirigente e os internos; entre os alunos de cursos diferentes e até mesmo entre alunos de um mesmo curso, mas com antigüidade diferente.

Para os alunos que estão ingressando na Polícia, bem como para os policiais já formados, principalmente os praças, esse tipo de descaso é comum no cotidiano da caserna. A questão primordial parece ser como lidar com esse tipo

de descaso. Os cadetes são ignorados pelos oficiais, mas, em compensação, ignoram os alunos que lhes são subalternos. Para os alunos do CFP, o descaso acontece principalmente por parte dos cadetes que se julgam, na ótica dos alunos soldados, superiores em tudo.

Na Polícia Militar, quer queira ou não, há uma espécie de aprendizagem oculta, na qual o superior aprende a ignorar o subordinado. Para anular os efeitos desse tipo de descaso, os subordinados desenvolvem um senso muito aguçado de companheirismo e de camaradagem uns com os outros. O sentimento de grupo torna-se uma espécie de mecanismo de defesa contra os descasos e arbitrariedades dos superiores.

Os próprios valores da corporação premiam as atitudes e comportamentos que enfatizam o "espírito de corpo" da tropa. Dessa forma, qualquer ato que fira a moral militar do companheirismo e da camaradagem entre os colegas de farda é logo rechaçado e reprovado pela tropa.

Todas essas questões parecem concorrer para a anulação dos valores e práticas civis que os alunos soldados trazem para a Academia, bem como não podem deixar de influenciar na interação com a comunidade. Além disso, todos esses embates ajudam a formar uma nova identidade nos alunos soldados, a de militar.

1.5 - OS TIPOS

Ao longo desse trabalho, buscamos levantar os traços do comportamento policial militar, os quais decorrem, em grande medida, do processo de socialização. Sugerimos que, apesar de os PMs estarem sob o regulamento de uma instituição moderna, as suas ações sofrem a inflexão de uma face da nossa cultura, a tradicional. *A priori*, podemos afirmar que a relação estabelecida entre Polícia Militar e comunidade é marcada por valores cristalizados nos PMs durante o processo de socialização e reforçados nas suas práticas cotidianas. Assim como Weber percebeu uma estreita relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, percebemos também uma estreita

relação entre a truculência policial militar e o espírito militar,¹¹isto é, a ênfase militar dada no processo de socialização.

O espírito militar diz respeito à moral coletiva da tropa, uma forma específica de concepção de mundo, onde o policial, devido à sua formação e treinamento militar, sente-se superior ao civil. A prática policial é, em grande medida, filtrada por tal concepção e visão de mundo. Dessa forma, o policial militar dirige seu olhar ao civil com as lentes da hierarquia e da disciplina. As conseqüências não podem ser outras, a não ser a violência.

A socialização, à qual os policiais militares são submetidos, não somente, mas principalmente, durante os cursos de formações, proporciona uma identidade comum, a de militar. A identidade construída ao longo do processo de socialização vai orientar a prática policial que, por sua vez, a reforça. Percebe-se, assim, um estreito vínculo entre a prática policial e um tipo específico de socialização, a militar.

A identidade dos policiais militares é construída a partir dos papéis por eles representados. Sabemos, porém, que os atores possuem uma certa liberdade para cumprir seus papéis sociais, de forma que estes não se apresentam como uma camisa-de-força. Nesse sentido, a tolerância de variação de comportamento no desempenho de um mesmo papel dá ao ator uma certa liberdade para escolher a melhor forma de executá-lo. O resultado dessa variação possibilita-nos perceber quatro grandes grupos de atores a representar o papel de militar: o *caxias*, o *moita*, o *rambo* e o *praça velho*. Assim, os PMs socializados numa instituição militar vão se enquadrar dentro de um desses grupos, cada qual com suas peculiaridades. Vale ressaltar que tais atores representam seus papéis tanto fora como dentro dos quartéis. Dessa forma, interessa-nos não somente a prática policial militar, mas também as interações entre equipe dirigente e internos.

Percebe-se, então, quatro tipos de conduta caracterizadoras do comportamento policial militar, tanto nas suas relações internas como nas externas, ou seja, dentro e fora da corporação.

O primeiro grupo refere-se àquele tipo de policial militar denominado por seus companheiros de trabalho por *caxias*. O *caxias* é, muitas vezes, discriminado pelos próprios colegas de trabalho que o vêem como um profissional

¹¹ O Espírito Militar é o título do livro de Celso Castro citado em nossa bibliografia.

não confiável, pois pensam que a qualquer momento ele pode delatar os seus próprios companheiros por uma infração cometida. Em contrapartida a isso o *caxias* desfruta, no geral, de uma maior simpatia por parte de seus superiores. É o tipo de policial que, em grande medida, aceita de bom grado a estrutura hierárquica da corporação e sua ficha pessoal costuma ser *limpa* e repleta de elogios. Assim, o *caxias* prima muito pela hierarquia e pela disciplina da Polícia Militar e, por temer, em demasia, *manchar* sua ficha pessoal tende a abafar qualquer escândalo que o possa envolver, adiantando-se ao problema, ou seja, relatando o ocorrido aos seus superiores hierárquicos e, assim, justificando sua ação suspeita.

Um segundo tipo ou grupo de policiais militares é o *moita*. Este, no geral, presta um bom serviço, ou pelo menos, não presta um mau serviço à comunidade, é aquele policial que não se destaca nem negativa, nem positivamente. Geralmente o *moita* passa despercebido por seus superiores. É um tipo raro, daqueles que quase não aparecem e nem fazem questão de se destacarem na tropa. As conseqüências das ações dos policiais militares identificados como *moitas* geralmente são discretas. Ou seja, o policial que se identifica com esse grupo procura ser discreto em todo e em qualquer tipo de relacionamento.

O terceiro tipo de policiais militares é o daqueles que possuem o perfil do *rambo*. O *rambo* é aquele profissional que possui um faro sensível para a confusão. É do tipo que sai às ruas e não volta sem ocorrências, ele procura, cria, inventa ou provoca os cidadãos para que possa exercer sua autoridade. Seus acessórios mais parecem um arsenal de guerra. Usa coldre *saque rápido*, uma faca *selva*, lanterna, geralmente uma pistola no lugar do revólver, algemas e gás lacrimogêneo, além, é claro, da truculência e da prática ilegítima da violência nas suas constantes abordagens aos suspeitos. Ao oposto do que ocorrem com os *moitas*, os *rambos* não medem esforços para aparecerem e para mostrarem serviço. Assim, enquanto os *moitas* evitam os conflitos os *rambos* os buscam incisivamente. Os corolários de suas ações são facilmente identificáveis, tais policiais militares revelam um intenso desejo de banir os crimes e os criminosos. Tomam para si as dores sofridas pelas vítimas e, assim, quando conseguem efetuar a prisão de um agressor, um criminoso ou mesmo de um suspeito costumam aplicar a pena de imediato. Naquele momento o policial militar assume

o papel de juiz e algoz, dando a sentença e aplicando a pena. Esse grupo contribui e muito para as estatísticas policiais de combate à criminalidade e, ao mesmo tempo, engrossa o número de casos de violência policial e abuso de autoridade.

Por fim, o último tipo de policial militar identificado é o *praça velho*. Grosso modo, o *praça velho* é o policial que atingiu um alto grau de conhecimento prático, tanto no trato com os superiores hierárquicos como no seu relacionamento com a sociedade mais ampla. Tal policial dificilmente deixará algum vestígio de sua ação, principalmente se for uma prática que contraria o regulamento disciplinar da Polícia Militar. O termo *praça velho* denota não só antigüidade de tempo de serviço como demarcador social dentro da instituição, mas também uma esperteza policial, ou seja, o *praça velho* é aquele que possui a capacidade de safar-se de situações desfavoráveis à sua pessoa sem muita dificuldade. O *praça velho* é o policial que melhor incorpora o *jeitinho brasileiro* às suas práticas cotidianas.

Apontamos quatro tipos de conduta policial militar, sendo que todos os grupos descritos até o presente momento sofrem a inflexão do que vínhamos denominando de mortificação do *self*. Apesar de todos os atores participarem do processo de mortificação do *self* e dos valores do militarismo, as conseqüências dessa socialização não são iguais para atores de grupos diferentes. Desse modo, o que unifica esses grupos são os valores e práticas do militarismo e, conseqüentemente, o fato dos policiais militares terem uma visão hierarquizada do civil, estando este último, geralmente, numa posição inferior aos primeiros.

Poderíamos arriscar a dizer que a disciplina exerce, também, um papel inibidor da violência policial, principalmente para o *caxias* e para o *moita*. O primeiro por medo de complicar sua relação com seus superiores hierárquicos, *sujando* sua ficha e o segundo por precaução e por não querer expor seu nome aos colegas e superiores.

Apesar de ser o *rambo* o tipo de policial mais violento, acreditamos ser o *praça velho* o tipo exemplar, o “modelo mais puro”, de policial que vínhamos construindo, ou seja, aquele indivíduo que ao ser socializado numa instituição militar acaba internalizando seus valores, principalmente a hierarquia, a ponto de conceber os civis como *paisanos folgados*, primeiro passo para a violência policial militar. Isso, em grande medida, porque o *praça velho* é o policial que melhor

incorpora o *jeitinho brasileiro* de ser, não se complicando nas suas ações e tretas, além do fato de que é o grupo mais benquisto e que inspira maior admiração entre os colegas de farda. Outro ponto importante na delimitação do grupo como o "tipo mais puro" produzido no processo de socialização é que o *rambo* é produzido em escala diminuta, além de não desfrutar do mesmo *status* que o *praça velho* desfruta dentro da corporação.

O *caxias* é o tipo de policial que busca não ferir os regulamentos da corporação. Mesmo numa situação em que o sigilo lhe seja mais proveitoso, ele prefere relatar o acontecido a seus superiores. Isso ocorre não só pela sua moralidade ou ética policial militar, mas também por medo. O *caxias* teme não relatar um fato que deveria revelar e seus superiores virem a descobrir, piorando mais a sua situação.

Na parte inicial desta dissertação dissemos que a socialização policial militar ultrapassa o tempo de duração do curso de formação e os muros da Academia de Polícia Militar. Ela é contínua e progressiva, mas com fases distintas. É, principalmente, durante o curso de formação que o indivíduo se vê anulado e mortificado. Após os primeiros dias de formação o novo policial militar é colocado ao lado de um *praça velho* para trabalharem juntos, de forma que haja, no mínimo, um policial graduado ou um soldado mais antigo em cada equipe. O *praça velho*, que pode ser um soldado mais antigo ou um graduado, será o responsável pelo comando de qualquer ação e desfecho que dela possa decorrer. Dessa forma, os *praças velhos* exercem não pouca influência sobre os novatos que, muitas vezes, ficam ansiosos para mostrarem serviço.

Na perspectiva de um oficial da Polícia Militar o novo policial militar adquire os costumes e manias do chamado *praça velho*, o que significa desfrutar um importante prestígio dentro do imaginário policial militar, sobretudo entre os novatos (Figueiredo, 1996). Nas palavras de um outro oficial, "Alguns policiais militares mais antigos contam histórias do tempo em que a PM se impunha pela força, vangloriando-se até, de algumas atitudes truculentas e arbitrarias, dizendo que aquilo sim é que era polícia, causando inveja aos mais novos" (Mendes, 1996: p. 21). É preciso salientar que este e outros oficiais fazem, às vezes, uma boa leitura da realidade policial militar, mas, muitas vezes, são tendenciosos em defesa da corporação.

Quando o autor supracitado, utilizando as palavras de um soldado mais antigo, afirma que “aquilo sim que era polícia”, dá a entender que atualmente a polícia não é mais arbitrária e truculenta. Não negamos a existência, entre os *praças velhos*, de um saudosismo da época em que a polícia era mais respeitada e temida. Mas, não podemos negar também que histórias de violência e práticas truculentas são ainda contadas e apreciadas nos dias hodiernos.

Vejamos uma história contada por um soldado do Batalhão de Choque, quando este estava no intervalo de aula do Curso de Operações de Choque (COC) que o mesmo fazia na Academia de Polícia Militar. Contava ele, a vários companheiros, que:

Três elementos haviam assaltado uma drogaria e estavam fugindo num Passat quando fomos informados pelo COPOM e, então começamos uma perseguição. Alcançamos o veículo, abordamos os elementos, mas, quando fomos revista-los o 3º homem (responsável pela revista) tremeu nas bases. Então, o cabo que comandava a equipe fez a revista e dizia a todo momento que era para matar. Houve muita porrada e o cabo atirava entre as pernas dos elementos e continuava a dizer que era para matar. Depois, o cabo, safo demais, pegou a carteira e tirou R\$ 50,00 para cada um de nós e devolveu o restante, cerca de R\$ 800,00, na drogaria.

Esta é apenas uma entre outras contadas na mesma circunstância por outros policiais militares. Todas revelando alguma forma de truculência ou arbitrariedade, bem como esperteza policial militar, características do *praça velho*.

No tópico anterior a este, na parte que tratamos de nosso primeiro contato com os alunos do CFP, havíamos afirmado que a nossa relação foi marcada por um pouco de desconfiança por parte de tais alunos. No entanto, com o passar dos dias já participávamos de conversas com os alunos e deles ouvíamos algumas histórias, dentre as quais destacamos uma. Um relato sobre o aluno que havia tirado seu primeiro serviço de sentinela da guarda e, com um fuzil e um rádio transmissor, deixava transparecer toda empolgação e entusiasmo, a quem quer que encontrava.

O aluno que nos relatava o acontecido zombava de tal atitude, querendo mostrar-se mais esperto do que a sentinela. Desse relato, podemos extrair dois tipos ou, ao menos, dois embriões de tipos policiais militares. A sentinela da guarda prefigura bem o modelo do *rambo*, enquanto o aluno que nos relatava a história se identifica muito mais com o *praça velho*.

O *rambo* é o tipo de policial que mais deixa transparecer um sentimento de superioridade, real ou fictícia, dos militares em relação aos civis. Esse sentimento, grassa por toda corporação e, conseqüentemente, por todos os grupos ou tipos de policiais militares, mas, no entanto, cada tipo parece lidar de forma diferenciada em situações concretas.

O *praça velho* pende à esperteza e à malandragem, envolvendo-se, assim, mais com os civis do que os outros tipos policiais militares. Tal aproximação quase sempre visa algo em troca. Pode ser, desde a amizade de um dono de bar, para fazer um lanche gratuitamente até uma espécie de proteção a um pequeno meliante, em troca de informações que lhe possam ser úteis. Dessa forma, o *praça velho* se sente superior ao civil, por dispor de uma estrutura que lhe permite agir em nome da lei e da justiça. Geralmente, o *praça velho* tira proveitos de sua posição policial militar.

O *caxias* também se sente superior ao civil, mas, preocupado em não manchar sua ficha pessoal, prefere seguir os rigores da lei. Um outro tipo, que denominamos de *moita*, faz de tudo para ser discreto e não chamar os holofotes para si. Estes PMs procuram cumprir seus serviços e deveres sem se envolver em ocorrências ou algo que chame a atenção.

O *rambo* tem os sentidos aguçados para qualquer forma de confusão. Não hesitam em proclamarem-se como uma espécie de justiceiros e defensores dos menos favorecidos e daqueles que são vítimas das diversas faces da bandidagem, que nem mesmo o sistema prisional consegue deter. A eliminação de um marginal significa uma vitória da polícia contra a ineficácia e a morosidade do judiciário. No entanto, a truculência do *rambo* se dá menos pela simpatia com as vítimas do que pelo sentimento de satisfação em fazer sofrer aqueles que a justiça não pode alcançar, ao menos da forma como tais policiais almejam.

A morosidade da justiça e a incompreensão da sociedade, contrapostas aos valores da hierarquia, os rigores da disciplina e a moral militar fazem, na cabeça dos PMs, uma confusão de proporções gigantescas. A truculência pode ser uma resposta ou uma maneira de mostrar aos delinqüentes, incluindo os suspeitos, de que outras instituições da sociedade podem falhar, mas a Polícia Militar está sempre alerta no labor de sua missão.

Neste capítulo procuramos fazer uma pequena digressão histórica da Polícia Militar, bem como mostrar como ela se encontra estruturada na atualidade.

Feito isso, evocamos alguns conceitos de Goffman para nos auxiliar na compreensão do processo de socialização dos policiais militares. Tratamos a Academia de Polícia Militar como uma instituição total e discorremos um pouco sobre a interação entre equipe dirigente e os internos. Ainda sob a perspectiva de Goffman, percebemos que o tipo de socialização imposta pela APM aos alunos soldados é eficaz para a mortificação do *self* dos referidos alunos, sobretudo no período de adaptação. Depois, tratamos de alguns aspectos que marcaram nosso primeiro contato com os alunos do CFP, bem como de alguns aspectos da relação entre superiores e subordinados. Por fim, construímos uma tipologia do comportamento policial militar e mostramos que todos os grupos de policiais são fortemente influenciados pelos valores e práticas militares.

CAPÍTULO 2

HIERARQUIA E DISCIPLINA

2.1 - HIERARQUIA

Acreditamos ser necessário discutir a concepção de hierarquia da sociedade brasileira para melhor compreendermos nosso tema central, o processo de socialização dos policiais militares. Cabe aqui fazer algumas

digressões sobre a hierarquia da Polícia Militar distinguindo-a daquela embutida no tecido social brasileiro.

Roberto DaMatta faz, em *Carnavais, Malandros Heróis* (1983), a partir do rito verbal do "você sabe com quem está falando?", uma descrição densa e interessante da sociedade brasileira. Segundo esse autor, todas as camadas da nossa sociedade, pelo menos em momentos conflituosos, incorporam o rito autoritário do "você sabe com quem está falando?", e é através deste que o autor descortina a realidade social brasileira.

Na visão de DaMatta o rito do "você sabe com quem está falando?" possibilita-nos perceber o caráter hierarquizante da sociedade brasileira. Tal expressão, na perspectiva de DaMatta, faz parte da cultura brasileira. O rito comporta duas características essenciais: seu aspecto latente e sua manifestação em momentos de conflito. O caráter latente diz respeito ao fato de ser deselegante o seu uso por qualquer pessoa e até mesmo ser reprovável entre as crianças. Por outro lado, já que, geralmente, a sua manifestação se dá em momentos conflituosos, o normal é que se tenha uma repulsa ao seu uso.

De acordo com DaMatta, o rito do "você sabe com quem tá falando?" é um rito de autoridade que as pessoas utilizam em várias circunstâncias, mas principalmente em ocasiões em que a sua moral é ofendida ou, o outro, a quem é dirigida a frase, oferece algum tipo de ameaça à posição desta pessoa. A partir desta faca de dois gumes, o aspecto latente e o manifesto, DaMatta concebe o rito como uma situação que oferece ao cientista social a possibilidade de descortinar o véu da nossa vida em sociedade.

Para melhor entendermos a distinção entre a concepção específica de hierarquia da Polícia Militar e a da nossa cultura, torna-se necessário discutirmos as noções de indivíduo e pessoa ou individualismo e holismo. Nas sociedades tradicionais, ou seja, nas sociedades hierarquizantes, o acento se dá na noção de pessoa e na totalidade social, enquanto na sociedade ocidental moderna a ênfase dada é no indivíduo e na igualdade.

Nas sociedades onde a ideologia prevalecente é a noção de pessoa, o todo se sobrepõe às partes, enquanto que, nas sociedades onde predomina a noção de indivíduo ocorre o inverso, o indivíduo é o sujeito, tudo lhe sendo submetido. Nas palavras de DaMatta, referindo-se às noções de indivíduo e pessoa, "as duas noções são básicas, e ambas são largamente utilizadas em

todas as sociedades humanas. Ocorre apenas que a noção de indivíduo como unidade isolada e auto-contida foi desenvolvida no Ocidente, ao passo que nas sociedades holísticas, hierarquizantes e tradicionais, a noção de pessoa é dominante.” (DaMatta, 1983: 222)¹²

Roberto DaMatta ao estudar a sociedade brasileira através do rito autoritário do “você sabe com quem está falando?” compara-a com dois países, ideológica e culturalmente distintos, os Estados Unidos e a Índia. No primeiro, predomina a ideologia do individualismo e seus corolários, os ideais de igualdade e liberdade como valores últimos da sociedade. Já no caso da Índia ocorre o inverso, é a noção de hierarquia que é posta em relevo. No primeiro, a pessoa é livre e igual a todos, tem consciência individual e faz as regras do mundo onde vive, é um indivíduo. No caso da Índia, a pessoa está presa à totalidade social, não cria, apenas adapta-se às regras do grupo, predomina a consciência coletiva, é uma pessoa.

Na percepção de DaMatta a sociedade brasileira situa-se a meio termo entre uma sociedade altamente moderna, burocratizada e com leis universais e impessoais, como os Estados Unidos, e outra totalmente hierarquizada, onde cada um sabe o seu lugar, como na Índia. DaMatta concebe o Brasil como uma sociedade dual que comporta, de um lado, um conjunto de relações pessoais e, de outro, um sistema moderno, inspirado e modelado pela ideologia liberal-burguesa.

O rito autoritário de que nos fala DaMatta revela conflito e, para ele, somos avessos às crises. Essa aversão às crises é apontada como característica de uma sociedade hierarquizante, na qual cada um tem o seu lugar e o outro não é visto como igual. Por outro lado, o rito do “você sabe com quem está falando?” possibilita o esclarecimento do fato de que é numa sociedade com leis gerais e com um certo grau de desenvolvimento dos ideais de liberdade e igualdade que é possível haver conflitos de tal natureza. Ou seja, por não haver marcadores jurídicos e sociais nítidos entre as pessoas de uma mesma sociedade tais como, leis, usos e costumes é que se torna necessário apelar para o rito autoritário, já que aqui no Brasil não se desenvolveu completamente a ideologia do individualismo como ocorreu nos Estados Unidos.

¹² Nesse sentido ver também Dumont, 1970: p. 57.

Vemos assim uma complexa relação se travando no cotidiano das pessoas. Para DaMatta, no mercado e na rua somos tratados como indivíduos, em casa como pessoas. Porém, poucos no Brasil querem ser tratados como indivíduos, antes, a maioria procura receber um tratamento especial. Admiramos as leis gerais e as regras impessoais, porém fazemos o que podemos para receber um tratamento distintivo. Evocamos o nome do parente famoso, do tio deputado, a fim de não sermos enquadrados e tratados como massa, como indivíduos. Há um choque constante dos valores democráticos com nossa estrutura social hierarquizada.

Apesar de apropriarmos da perspectiva damattiana na interpretação da realidade social brasileira, não desconhecemos as críticas a ele direcionadas. Para Jessé Souza (2000), por exemplo, as conclusões a que DaMatta chega devem-se, na verdade, ao dualismo de sua abordagem. Não negamos as deficiências da abordagem de DaMatta, que o leva a concluir que a especificidade brasileira seria a dualidade. Porém, apesar dessas limitações, acreditamos que as conclusões que o referido autor chega não destoam da realidade brasileira, desde, é claro, que se faça algumas ressalvas. Não se pode, por exemplo, considerar, sem problemas, que existam localidades onde somos tratados como indivíduos e outras onde somos tratados como pessoas, pois para muitos brasileiros o tratamento dispensado a eles em casa não difere do tratamento recebido na rua. Não podemos descartar também que “os poderes impessoais que criam o ‘indivíduo’ não limitam sua extraordinária eficácia ao mundo da rua. Eles entram dentro da casa de cada um de nós e nos dizem, em grande medida, como devemos agir, o que devemos desejar e como devemos sentir” (Souza, 2000: p. 195). Neste caso, a distinção espacial entre casa e rua com suas respectivas modalidades de relações sociais parecem não condizer com a realidade.

Não poderíamos deixar de registrar esta crítica a DaMatta, mas também não podemos aceitar que o conhecimento construído pelo referido autor a respeito de nossa sociedade não seja autêntico, pelo fato de ser passível de críticas pontuais. Dessa forma, acreditamos não haver problema em tomarmos e seguirmos a linha de interpretação damattiana. Por hora, vejamos o que Max Weber (1998) pode nos auxiliar em nossa análise, feito isso, retomaremos ao pensamento de DaMatta.

2.1.1 - Dominação Burocrática

Weber é considerado, sem muita discordância, como um dos principais teóricos da burocracia. Interessado em compreender o sistema capitalista, Weber associou o desenvolvimento do capitalismo a um segmento de religiosos protestantes, os calvinistas. Viu uma estreita relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Em sua densa produção, Weber construiu três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a dominação racional legal. A principal característica do Ocidente, região onde se desenvolveu o capitalismo, foi o processo de racionalização ou desencantamento do mundo.

Neste trabalho nos interessa discorrer um pouco sobre esse processo de racionalização do mundo e o terceiro tipo de dominação legítima, a racional/legal, também conhecida como dominação burocrática. A dominação racional é “baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação” (Weber, 1998: p. 141). Enquanto na dominação tradicional obedece-se à pessoa do senhor, na dominação baseada em estatutos, obedece-se à ordem impessoal.

Essas últimas linhas revelam um valor significativo para nosso trabalho, já que estamos preocupados em delimitar os diferentes tipos de manifestação de um mesmo fenômeno social, a hierarquia. Esse processo de desencantamento, racionalização ou burocratização do mundo de que Weber nos fala está ligado à valorização da noção de indivíduo em detrimento da noção de pessoa. Aliás, compreender a sociedade a partir dos indivíduos só foi possível com o surgimento da sociedade moderna, pois a noção de indivíduo enquanto categoria social dominante está intimamente ligada ao surgimento do Estado Moderno.

Na sociedade moderna as instituições tendem a ser burocráticas, a fim de cumprirem de maneira mais objetiva suas tarefas. As relações sociais dentro de uma estrutura burocrática são impessoais, as regras são universais e os valores fogem à esfera pessoal. Todas as atividades tendem a fugir da irracionalidade em direção à racionalidade e à objetividade. Enquanto nas sociedades tradicionais, onde prevalece a noção de pessoa, a dominação

sustenta-se no tradicionalismo e no arbítrio sancionado pelo costume ou na graça do senhor, nas sociedades e também nas instituições modernas a dominação é, ou pelo menos tende a ser, baseada na impessoalidade e nos valores do individualismo.

Vimos acima, em linhas gerais, as características básicas de uma instituição moderna e também o tipo de hierarquia que se faz presente nas relações sociais no Brasil. Enquanto a hierarquia presente no tecido social brasileiro nos remete à face tradicional de nossa cultura, onde a tônica é dada na noção de pessoa, a hierarquia que estrutura a Polícia Militar é um princípio organizacional erigido sobre os valores do individualismo que, por sua vez, é tipicamente um fenômeno da sociedade e das instituições modernas.

Até agora tentamos mostrar que a hierarquia que se manifesta na cultura brasileira não é da mesma natureza daquela que orienta e dá sentido às práticas policiais, ou seja, daquela hierarquia embutida na estrutura institucional da Polícia Militar. Enquanto a natureza da primeira tem um caráter tradicional e pessoal, a segunda possui um aspecto moderno e individual. Como vimos com DaMatta, a sociedade brasileira é uma sociedade dual e, portanto, possui traços tanto de uma sociedade moderna como de uma tradicional. Assim, quando nos referimos à hierarquia como parte integrante de nossa cultura, não negligenciamos a presença de outros valores a nos orientar.

Sabemos que a ideologia moderna do individualismo é a ideologia dominante e, que assumimos mais ou menos integralmente seus valores como universais. Daí, nos dias atuais, nas sociedades modernas, haver uma crescente aversão a qualquer forma de hierarquia. Isso é um fato que Dumont (1997), identifica como uma barreira ao estudo das sociedades hierárquicas. Na verdade, sabemos que os valores de uma sociedade não são eternos e que todo grupo social comporta algum tipo de hierarquia, pois o próprio fato de vivermos em sociedade implica uma atitude de hierarquizar.

Resta-nos apenas uma rápida discussão, ainda a respeito da noção de indivíduo e pessoa, para adentrarmos na discussão central proposta neste trabalho. A questão é, a saber, até que ponto a estrutura burocrática da Polícia Militar obedece à sua natureza institucional, ou seja, à ideologia moderna. Sabemos que numa instituição moderna, como é o caso da Polícia Militar, os

valores norteadores estão referendados no individualismo e conseqüentemente na uniformidade de tratamento, direitos iguais e impessoalidade.

Surge a indagação: como tal instituição moderna comporta-se frente à face tradicional da cultura brasileira? Assim como DaMatta percebeu uma dualidade na sociedade brasileira, parece ocorrer o mesmo com a estrutura institucional da Polícia Militar, talvez em grau menor. É claro que a Polícia Militar enquanto instituição moderna está fundada na dominação burocrática e, portanto, pelo menos em tese “os membros da associação, ao obedecerem ao senhor, não o fazem à pessoa deste, mas, sim àquelas ordens impessoais e que, por isso, só estão obrigados à obediência dentro da competência objetiva, racionalmente limitada, que lhe foi atribuída por essas ordens” (Weber, 1998: p. 142). O problema é que na prática não ocorre bem assim. Se o policial militar tem uma *peixada*, isto é, amizade com algum coronel, deputado ou qualquer autoridade que exerça influência no Comando da Polícia Militar, ele consegue um gabinete ou um posto de trabalho com bonificações. Nesse sentido, poderíamos enumerar dezenas de atitudes e comportamentos policiais militares que fogem à regra ideológica de uma instituição burocrática e que lembram as prebendas da dominação tradicional.

Essas disputas pessoais não ocorrem uma vez ou outra, antes, são constantes no dia a dia da *caserna*. Nos postos de serviços que conferem algum tipo de *status* ou remuneração extra, há, literalmente, uma disputa com direito a *perseguição* e tudo mais. A título de exemplo, vamos relatar a experiência de um Cabo que fazia parte do quadro efetivo de policiais lotados no Regimento de Polícia Montada (RPMont), mas que fora designado a substituir um sargento no DP/4 - uma seção do Departamento Pessoal situada no Quartel de Ajudância Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás em Goiânia-GO. Ambos pertenciam ao quadro de policiais do RPMont, que sempre mantinha um policial adido em tal seção, a fim de prestar serviços administrativos. O antigo ocupante da função, o sargento, fora dispensado mas, não satisfeito, inventou uma história ao Chefe do Departamento Pessoal, o responsável pelo DP/4, afirmando que o RPMont estava precisando do serviço do Cabo que o substituiu e que ele estaria à disposição para assumir novamente o posto de trabalho. Um soldado que trabalhava com o chefe do Departamento Pessoal nos relatou o acontecido. Esse exemplo é, pela sua ínfima dimensão, insignificante, se comparado mais detalhadamente com

outros, ocorridos em torno de postos de serviços de maior relevância. Apesar de o DP/4 ter um bom ambiente, com períodos de trabalho de livre escolha dos PMs e carga horária de meio período, não se aproxima dos melhores postos de serviços da Polícia Militar. O que nos chama a atenção é que, se ocorrem tais embates pessoais em torno de postos como o DP/4, não nos surpreenderia que por postos mais disputados a estrutura burocrática, impessoal e objetiva se confrontasse e cedesse espaço a elementos tipicamente pessoais.

Não podemos negligenciar esses embates que giram em torno de uma ordem racional/legal ou burocrática frente a um outro tipo de ordem, a tradicional ou pessoal, presente no próprio tecido social brasileiro. Tais embates sugerem e reforçam a tese de que há uma relação hostil entre oficiais e praças da Polícia Militar, onde os primeiros impõem suas vontades pessoais aos seus subordinados, muitas vezes ignorando o regulamento estatuído.

Outra coisa é notória: o tratamento dos Policiais Militares dispensados aos civis não é equânime. Parece haver dois pesos e duas medidas, um para os *indivíduos* outro para as *pessoas*. Vimos, pouco acima, que dentro da própria instituição burocrática, a Polícia Militar, há um embate entre as noções de indivíduo e pessoa. As regras são estatuídas com base na racionalidade, com vistas à universalidade e, mesmo assim, ocorre uma disputa de natureza essencialmente pessoal. Já que essas fugas das normas estatuídas acontecem dentro da instituição não podemos fechar os olhos para o que ocorre fora. Como dissemos, o tratamento dos PMs dispensado aos civis, que são cidadãos e, portanto, indivíduos, nem sempre, ou melhor, quase sempre foge a essa regra.

Ao menor sinal de ser alguém importante, uma pessoa, o tratamento é diferenciado. A autoridade policial parece não ser idêntica para grupos diferentes, assim, “quando as autoridades policiais tinham de agir contra a elite, o melhor a fazer era ignorar o caso. A polícia tinha de se render ante a superioridade de membros da elite, no caso da própria elite do estado ligada a segurança pública, bem como mostra que os tratamentos não eram iguais para todos” (Bretas, 1997: p. 88). Nesse caso, as elites são as pessoas, as quais estão, de certa forma, acima das leis, pois se relacionam diretamente com o alto escalão do governo local ou nacional. Por outro lado, o tratamento dispensado aos cidadãos comuns é aquele descrito nas leis e nos regulamentos, são os procedimentos impessoais. É aquele ditado popular lembrado por DaMatta (1983: p. 235.) “aos amigos tudo,

aos inimigos a lei”, ou ainda “às pessoas tudo, ao indivíduo a lei”. A noção de indivíduo foi incorporada na fala dos PMs como sinônimo de impessoalidade brasileira, isto é, alguém que não possui parentes ou amigos importantes não exerce nenhuma influência na sociedade, enfim, é um verdadeiro desconhecido, um “paisano folgado”.

Vimos que a concepção de hierarquia da Polícia Militar faz parte de uma cultura organizacional típica da sociedade moderna, a qual se assenta nos valores do individualismo e seus corolários: direitos iguais, liberdade e igualdade. Vimos também que a hierarquia de nossa cultura refere-se à face tradicional da sociedade brasileira. Além disso, percebemos que, apesar do grande distanciamento conceptual e ideológico entre os diferentes tipos de manifestação do fenômeno da hierarquia, é possível encontrarmos pontes de ligação entre uma e outra. Em outras palavras seria dizer que, sem descartar as diferenças, essas manifestações possuem, no caso brasileiro, vários pontos de estreita relação.

No que se refere às diferenças de manifestação entre as hierarquias, acreditamos ter passado pelos principais pontos e, é claro, as relações que se passam na sociedade não são jamais idênticas às que se concretizam nos quartéis. Nos quartéis da Polícia Militar, as relações sociais são claras, pois os regulamentos burocráticos são nítidos ao diferenciar o papel e o lugar de cada personagem da instituição. Para melhor compreendermos nosso objeto de pesquisa, o processo de socialização dos policiais militares, focalizaremos o olhar sobre os papéis representados pelos diversos atores, os PMs, nesse grande teatro, a Polícia Militar. Antes, vale colocar em relevo que nem sempre os figurantes em cena cumprem literalmente seus papéis. Por outro lado, as relações que se travam na sociedade brasileira são, pela sua própria natureza, mais complexas. Justamente por não estar nitidamente claro quem é quem no jogo das relações sociais é que se travam tais embates descritos por DaMatta através do rito autoritário do “você sabe com quem está falando?”. Grosso modo, onde há sociedade há distinções sociais, estereótipos, *status* social, hierarquias, ou seja, sempre há algum mecanismo de distinção pessoal ou social. Tais mecanismos podem ser de várias ordens, os mais freqüentes sendo de origem religiosa, econômica, política, de sangue e cor da pele.

A hierarquia e a disciplina são as colunas de sustentação da Polícia Militar. No entanto, de todas as monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) pesquisadas, apenas uma trata diretamente da hierarquia. Os autores de "Graus Hierárquicos na Polícia Militar: adequação/simplificação" tecem uma razoável crítica a respeito da quantidade excessiva de postos e graduações, o que, na visão dos autores, faz da Polícia Militar uma máquina administrativa emperrada na burocracia.

Alguns autores defendem, ao menos no plano discursivo, que os policiais militares devem ser tratados como seres pensantes e não como fazem alguns comandantes, que acabam por oprimir seus comandados em nome da hierarquia e da disciplina. Reconhecem haver, no meio policial militar, abusos e boçalidades, que acabam dificultando a relação superior/subordinado.

A estrutura burocrática da Polícia Militar, nessa perspectiva, sufoca a individualidade e a liberdade de seus componentes, os quais devem, a todo custo, assimilar as normas e valores da corporação, identificando-se com os papéis sociais a eles designados. Cada policial deve saber seu lugar na ordem hierárquica, pois qualquer "folga" para com um superior pode lhe resultar em sanções disciplinares.

A hierarquia é rígida e está presente em todas as circunstâncias que envolvem a presença de policiais militares. Os refeitórios, alojamentos e cassinos são separados de acordo com a escala hierárquica. A hierarquia da Polícia Militar segue a mesma estrutura da que existe no Exército, com exceção de que na PM o posto mais elevado é o de coronel, enquanto no Exército é o de General. O tratamento dos superiores para com os subordinados é também, muitas vezes, idêntico numa e noutra instituição.

A falta de discussão a respeito do que nos parece ser uma espécie de coluna vertebral da Polícia Militar, indica-nos que a hierarquia é um fundamento cristalizado e aceito por todos ou, ao menos, para a equipe dirigente, que é também o grupo hegemônico dentro da Polícia Militar. Colocar este fundamento em discussão constitui uma espécie de heresia, a qual deve ser evitada até mesmo nas palavras.

A hierarquia presente na estrutura da Polícia Militar faz parte de um modelo de organização típico da modernidade, a dominação burocrática. Este modelo de organização e administração torna-se um eficaz mecanismo de

controle e vigilância da equipe dirigente sobre os internos da corporação. É por meio da hierarquia que se torna possível impor a disciplina e a submissão aos internos da Polícia Militar.

Os quartéis, a Academia ou qualquer outra Unidade da Polícia Militar estrutura-se sob a égide da dominação burocrática, onde a hierarquia cumpre um papel imprescindível: o de revelar quem é quem nas tramas policiais militares. Cada seção subordina-se a um departamento que, por sua vez, está ligado a um comando e, assim sucessivamente. A hierarquia também se faz presente na organização da instituição como um todo, quando estabelece e ordena seções, departamentos e Unidades. Deve estar claro que esta não é uma prerrogativa da Polícia Militar, pois praticamente todas as instituições modernas seguem esse modelo.

A Polícia Militar está alicerçada nos pilares de uma organização burocrática, onde os valores da impessoalidade e do profissionalismo são essenciais nesse tipo de administração. Uma organização burocrática exerce coerção e poder sobre seus membros, fazendo com que estes se ajustem às normas e regras ordenadas e estatuídas. O indivíduo socializado numa organização burocrática geralmente perde sua capacidade crítica, tornando-se um sujeito passivo. A autonomia individual é reduzida e delimitada pela posição ocupada na escala hierárquica da corporação. Para aqueles que estão no topo da pirâmide, a autonomia é maior. Enquanto, para aqueles que ocupam os escalões mais baixos, é mínima. A rigidez da estrutura disciplinar dificulta, quando não anula por completo a iniciativa individual.

Percebe-se que, nas monografias pesquisadas, a equipe dirigente reclama dos internos uma falta de iniciativa para resolver problemas imprevisíveis, mas que acabam surgindo nas diversas frentes de serviço da Polícia Militar. Os internos, por outro lado, reclamam do excesso de burocracia e da falta de autonomia para resolver simples questões que emergem no cotidiano de seus trabalhos. Assim, o comando da Polícia Militar espera de seus membros uma atitude de desenvoltura na lida diária com a comunidade, mas acaba formando um profissional muitas vezes recalcado e com uma auto-estima muito baixa.

A estrutura rígida da Polícia Militar forja em seus membros uma atitude de submissão e completa obediência aos quadros superiores da corporação, mas retira-lhes toda e qualquer iniciativa. Muitas vezes o praça tenta corresponder à

essa expectativa dos oficiais, mas acaba se esbarrando e ferindo o próprio regulamento disciplinar. Quando isso acontece “a corda rebenta sempre do lado mais fraco”, argumentam os policiais hierarquicamente subordinados. Para se protegerem de futuras e desnecessárias complicações os praças refugiam-se nas autorizações dos oficiais que, com essa prática incessante fortalecem sua autoridade e seu poder de mando.

2.2 - A DISCIPLINA

A disciplina, ao lado da hierarquia, é uma coluna estruturante da Polícia Militar. A disciplina militar cumpre um importante papel: o de transformar e aperfeiçoar o corpo humano para uma determinada utilização ou tarefa. De acordo com Michel Foucault, “muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação”. (Foucault, 2000: p. 118)

É por meio da hierarquia e da disciplina que se consegue obter, nos quartéis, uma pronta e quase ilimitada obediência dos hierarquicamente subordinados. A hierarquia indica quem deve mandar e quem deve obedecer. A disciplina prescreve a forma e a intensidade da obediência dos subordinados para com os superiores e faz com que a hierarquia seja temida, respeitada e obedecida.

Ainda de acordo com Foucault, a disciplina que se faz presente nos quartéis difere da disciplina dos mosteiros, onde sua função era muito mais de proporcionar renúncias do que fazer aumentar a utilidade. A disciplina de que tratamos, a militar, forja, ao mesmo tempo, corpos submissos e corpos treinados. Assim, o indivíduo disciplinado é um sujeito obediente e submisso, além de ser preparado para cumprir suas funções. Por outro lado, a disciplina reduz a autonomia do indivíduo, levando-o à passividade.

Na perspectiva de Foucault, a disciplina é uma anatomia política do detalhe, onde nada passa despercebido. A disciplina da Polícia Militar é rígida justamente porque penetra e esquadrinha até mesmo a face mais obscura das

relações que envolvem a presença de policiais militares. Nada lhe escapa, todos os movimentos, gestos, ações, reações e omissões são perscrutadas e julgadas. Nenhum detalhe e nenhuma minúcia passam despercebidos ao olhar vigilante da disciplina.

A disciplina distribui os indivíduos no espaço, utilizando, para isso, alguns princípios e técnicas. Dessa forma, a disciplina quase sempre exige uma espécie de cerca, um local fechado em si mesmo. Este é o princípio da “clausura”, para usarmos uma expressão de Foucault. Um outro princípio que a disciplina utiliza para melhor distribuir os indivíduos dentro de um espaço específico é o quadriculamento, onde cada indivíduo sabe exatamente o seu lugar. Nesse sentido,

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa, tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciar-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (Foucault, 2000: p. 123)

Nos quartéis e, muito mais, na Academia de Polícia Militar o controle sobre os praças e alunos, de qualquer curso que seja, é enorme. Para os alunos do CFP é feita uma chamada a cada nova aula, isso durante o dia todo. Além disso, caso um aluno receba permissão para sair da sala de aula e um outro deseje sair, este deverá esperar que o primeiro retorne. E mais, na sala de aula cada aluno possui uma cadeira e um local específico onde ela deve estar. Fora o fato de que cada cadeira contém os dados de seu possuidor, o seu nome de guerra e o seu número. Fica difícil, até para os mais espertos, burlar o intenso controle e vigilância impostos pela disciplina.

Uma outra técnica que a disciplina implementa para mapear a localização do indivíduo num determinado espaço é o princípio da localização funcional. Nesse sentido, a disciplina delimita um ambiente e cria mecanismos não apenas para vigiar, mas também para criar um espaço útil. Assim, os indivíduos participantes de uma instituição disciplinar são separados, vigiados e dispostos da maneira mais eficaz, do ponto de vista de sua utilidade. Não só os indivíduos, mas também os móveis e os instrumentos de trabalho seguem a ordem prática e a racionalidade para a realização das tarefas. A disciplina

garante, ao mesmo tempo, a obediência dos indivíduos e a economia do tempo e dos gestos.

A disciplina nos quartéis e Academia de Polícia Militar nos faz lembrar as teorias de Taylor e as fábricas de Ford, no início do século XX, que dispunham homens e máquinas numa seqüência e ritmo capaz de deixar qualquer um boquiaberto. Cada gesto ou movimento do trabalhador se pautava, para não dizer que ainda se pauta, no “conhecimento científico” e na racionalidade prática. O que muda, no entanto, é que a disciplina das fábricas do início do século passado visava o aumento da produtividade, enquanto a disciplina militar almeja forjar um profissional treinado e, acima de tudo, submisso.

O modelo de produção de Taylor representa uma “nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo. A organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho” (Dejours, 1992: p. 18,19). O referido autor defende a tese de haver uma estreita relação entre as formas de organização do trabalho e as condições psíquicas dos trabalhadores; onde, quanto mais rígida for a organização do trabalho, maior será o prejuízo, em termos de saúde psíquica, para os trabalhadores.

O autor chama a atenção para o sofrimento dos operários, mostrando como uma organização rígida do trabalho afeta a estrutura psíquica dos indivíduos. Na perspectiva de Dejours, a organização do trabalho taylorizado é tão rígida que domina não somente a vida durante as horas de trabalho, mas invade igualmente o tempo fora do trabalho.

A realidade da Polícia Militar não é diferente da que Christophe Dejours descreve a respeito das fábricas. A disciplina rígida faz com que cada policial militar esteja sempre alerta e vigilante, preocupado com o que se passa à sua volta, mesmo estando de folga. Não é incomum, por exemplo, ver os alunos caminharem marchando e comandando a si próprios, isso principalmente nos intervalos das aulas, quando boa parte dos alunos, para não se exporem, permanecem no corredor do prédio onde estão instaladas as salas de aula.

O soldado disciplinado passa a obedecer a tudo que se lhe ordene e o menor atraso é visto por ele próprio como uma transgressão imperdoável. A disciplina penetra no recôndito de sua consciência, induzindo-o a obedecer e a cumprir as ordens e os desejos de seus superiores hierárquicos.

A disciplina exerce o controle não só do espaço, mas também do tempo. A divisão do tempo é cada vez maior nas instituições disciplinares, onde cada momento de trabalho e de folga é medido, com vistas a alcançar a qualidade do tempo empregado. Em todas as instruções, qualquer coisa que possa causar distração tende a ser anulado, principalmente se um oficial estiver presente. Para corroborar este fato, vejamos o que aconteceu quando participávamos de uma aula junto a uma das turmas do CFP. Era aula de uma professora civil e a turma conversava muito, em tom de voz bastante alto quando, repentinamente, apareceu à porta um tenente, chefe da companhia de que os alunos faziam parte. O silêncio foi imediato e completo. Não se ouviu uma palavra sequer, enquanto o tenente permaneceu à porta.

Percebemos que o comportamento dos alunos não é o mesmo na presença e na ausência dos oficiais. Acreditamos que isso se dá, por um lado, pelo respeito e, por outro, pelo medo de ficar detido, de ser “anotado”. Na Academia, a caneta do oficial ou do cadete passa a ser uma espécie de instrumento de tortura psicológica para o aluno soldado durante o curso de formação, isto porque a qualquer momento ele pode ser anotado e ficar detido.

Na perspectiva de Foucault, as organizações disciplinares estabelecem uma espécie de “elaboração temporal do ato”, onde cada ação é decomposta em vários desdobramentos e a postura final do corpo a ser atingida é o resultado de um processo meticuloso de gestos e movimentos cadencialmente seguidos. Um típico exemplo dessa elaboração temporal do ato é a marcha militar, que precisa ter cadência e ritmo para ressaltar o movimento uniforme da tropa e não as habilidades individuais.

O controle militar estabelece uma relação entre um movimento específico e a postura global do corpo. Assim, quanto mais disciplinado for o corpo, maior será a eficácia dos gestos. A disciplina define também a forma com que o corpo deve interagir com os objetos ou instrumentos que manipula. Ocorre uma junção perfeita entre corpo e objeto.

O tempo disciplinar decodifica um conjunto de instruções em exercícios e práticas que vão das mais simples às mais complexas. O todo se sobrepõe às partes, mas, no entanto, o todo é dividido múltiplas vezes para poder ser aprendido, passo a passo. Primeiro aprende-se a formar fila, depois a marchar para, posteriormente desfilar e fazer manobras com armas e outros

equipamentos. Além disso, na maior parte dos exercícios, marchas e movimentos militares há uma divisão na própria voz de comando. O comando divide-se em dois tempos: uma voz de advertência e outra de execução. Por exemplo, quando um superior emite o comando “direita-volver” à tropa, primeiro ele diz: “direita”, dando ênfase na última sílaba – essa é a voz de advertência – para somente depois dizer “volver” – voz de execução. A voz de advertência serve de aviso e alerta para que, no momento certo, todos executem o mesmo movimento.

De acordo com Foucault, “A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente” (Foucault, 2000: p. 138). Dessa forma, a força física e a coragem deixam de ser as principais características de um bom soldado. Com a educação disciplinar, a posição ocupada, a área coberta e o movimento ordenado nos deslocamentos são os principais sinais de que se trata de uma tropa bem preparada. O movimento de uns ajusta-se aos gestos de outros, formando e unindo forças para melhor cumprir suas tarefas. Assim, “a disciplina faz crescer a habilidade de cada um, coordena essas habilidades, acelera os movimentos, multiplica a potência de fogo, alarga as frentes de ataque sem lhes diminuir o vigor, aumenta a capacidade de resistência, etc.” (Foucault, 2000: p. 173)

A boa disciplina é capaz de adestrar e transformar os indivíduos. Multidões confusas são transformadas em grupamentos treinados no zelo da ordem. De uma massa disforme surgem sujeitos disciplinados e adestrados. O poder da disciplina arranca vícios e retira hábitos arraigados, implanta a obediência e a coloca acima de todas as virtudes.

Na Academia de Polícia Militar, em poucos, mas intensivos dias de treinamento os alunos do CFP aprendem todos os gestos e movimentos a eles transmitidos através da Ordem Unida, que é, nos primeiros dias do curso de formação, um ritual que inevitavelmente todo aluno deve passar. A Ordem Unida é o principal e mais recorrente meio utilizado para despir o aluno de todo resquício de sua vida civil. Ela retira os hábitos e velhos costumes dos alunos e implanta uma nova maneira de agir, pensar e comportar. Não se pode deixar de registrar que a Ordem Unida, em vários momentos, deixa de ser uma simples instrução de movimentos que se ajustam para atingir um determinado fim. Muitas vezes, percebe-se pela observação, que a Ordem Unida é utilizada como um

mecanismo de controle da tropa. Assim, quando acontece alguma coisa de errado entre os alunos e não se descobre o culpado, todos pagam com uma Ordem Unida mais “puxada”. Nesse sentido, ela deixa de ser um instrumento de aprendizagem e passa a figurar como um mecanismo de punição.

Dessa forma, um dos mecanismos mais eficazes no processo de socialização dos policiais militares é a Ordem Unida. Pois, é por meio dela que se pode avaliar o grau de instrução e disciplina de uma tropa. Nas palavras de um oficial da Polícia Militar, os objetivos da Ordem Unida são, entre outros, os seguintes: “Desenvolver o sentimento de coesão e os reflexos da obediência...; constituir uma verdadeira escola de disciplina e demonstrar que as atitudes individuais devem subordinar-se à missão do conjunto, a tarefa do grupo”. (Gonçalves, 1991: p. 11,12)

A disciplina padroniza o comportamento dos indivíduos, colocando-os em evidência. Assim, qualquer desvio das regras e dos padrões de comportamento pode ser facilmente detectado e corrigido. E é justamente o fato de o indivíduo participante de uma instituição disciplinar ser visto continuamente, que o mantém em sujeição ao regulamento disciplinar e aos seus porta-vozes, os oficiais. Quando um aluno fere o código de conduta policial militar, a equipe dirigente aciona o mecanismo de controle – o regulamento disciplinar – para enquadrá-lo dentro das regras e normas da instituição. Assim, um conjunto de técnicas e regras assume a função de medir, controlar e corrigir aqueles que fogem ao regulamento.

No meio policial militar há uma ininterrupta inspeção e vigilância por parte da equipe dirigente sobre os internos, ao menos é o que se faz crer. Pois, o mais importante é que o aluno da Academia ou o praça de qualquer unidade da Polícia Militar saiba que ele pode estar sendo observado.

Os alunos do CFP sentem-se vigiados durante todo o tempo. A escala hierárquica se desdobra até esgotar o número de policiais existentes na corporação. Assim, não só o posto e a graduação demarcam a posição de cada um na instituição, mas também a antigüidade. Um policial militar da mesma graduação que outro tem prerrogativas sobre ele, se for mais antigo. Uma frase comum no seio militar diz que “antigüidade é posto”. O poder disciplinar faz uso desse desdobramento da hierarquia, pois os superiores não devem ser coniventes com os erros dos subordinados.

A vigilância hierárquica é uma arma poderosa de que a disciplina faz uso. O olhar vigilante impõe ordem, respeito e disciplina aos indivíduos. A equipe dirigente espreita a conduta de seus internos, através de um olhar contínuo e atemorizante. Além desse desdobramento da escala hierárquica, a própria geometria e a arquitetura dos quartéis e da Academia de Polícia Militar, com seus grandes pátios internos, facilitam o controle da equipe dirigente sobre os internos.

O controle exercido pela vigilância hierárquica começa internamente, mas não se restringe a este ambiente, ele ultrapassa os muros da instituição. A conduta policial militar é continuamente observada tanto dentro como fora dos quartéis ou da Academia de Polícia Militar. A disciplina, por meio da vigilância hierárquica, perscruta o comportamento individual do policial militar nos seus mínimos detalhes. Assim, esse desdobramento hierárquico torna-se uma espécie de microscópio do comportamento, onde nada lhe escapa.

O poder disciplinar, graças à vigilância hierárquica, torna-se um sistema integrado, onde tanto as relações internas como as externas são marcadas por uma intensa fiscalização, num processo de idas e vindas que controla continuamente os responsáveis por controlar. Nessa dialética, os fiscais são constantemente fiscalizados. Ninguém, na verdade, está isento do poder e das sanções disciplinares.

Uma das principais preocupações da equipe dirigente é a disciplina da tropa. De acordo com o artigo 21 do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás (RDPMEGO), a punição visa o fortalecimento da disciplina militar. Mas, a disciplina não dispõe apenas do recurso de punir, ela possui também um sistema de gratificação e recompensas, a exemplo do elogio. Assim, o bom comportamento é incentivado, através do elogio, e o mau, punido.

Dessa forma, uma das características centrais da disciplina é a questão da punição e da recompensa. A disciplina estabelece um sistema penal próprio, onde até mesmo as pequenas sutilezas são prescritas em regulamento. As punições na Polícia Militar podem ser enquadradas como transgressões leves, médias ou graves; sendo que, para cada tipo de transgressão há uma pena que lhe corresponda. Na interpretação de um oficial da Polícia Militar:

O RDPM-GO considera como transgressão grave, aquela que fere a honra pessoal, o pundonor militar ou decoro da classe; a transgressão média, quando ferir os princípios da hierarquia e disciplina e o dever

policial militar; já a leve quando ferir os princípios de camaradagem, urbanidade e obrigações elementares e simples do policial militar. (Castro Neto, 1997: p. 70)

Quando um militar não observa uma regra estatuída, ele comete uma transgressão, para a qual, o próprio regulamento que a prescreveu estabelece também uma determinada punição. As punições estabelecidas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás são: advertência, detenção e prisão. Há também aquelas que não estão prescritas, mas que são recorrentes como a humilhação verbal.

O objetivo da disciplina militar é a correção de um desvio tomado por um indivíduo, de forma que a punição de um sirva de exemplo para outros. A disciplina normatiza o comportamento que a instituição espera do indivíduo que dela participa. Estabelece as punições para quem transgredir o regulamento disciplinar e recompensa quem o observa e o cumpre.

O elogio é a principal forma de recompensa que a disciplina militar utiliza para premiar aqueles que fazem jus à farda que vestem. Dessa forma, todo policial militar é catalogado numa espécie de lista de bons ou maus profissionais, isso através do comportamento de cada um.

Na ótica de outro oficial, “A punição envergonha quem errou e alerta os demais para o perigo do comportamento que resultou a punição” (Mascarenhas, 1989: p. 24). Muitos alunos soldados dizem que os oficiais e cadetes enfatizam sobremaneira a punição e quase não se lembram de elogiar e incentivar. Em oposição a isso, alicerçados nas declarações e depoimentos dos alunos soldados, acreditamos que boa parte das punições disciplinares produz muito mais indignação do que propriamente o sentimento de vergonha àqueles que a recebem. Isto porque, na maioria das vezes, a punição é dada em resposta à não observância de algum ponto do regulamento disciplinar que, aos olhos do transgressor, pode ser insignificante. Um amarrotadinho na farda, um botão que se desabotoou, a falta de uma caneta no bolso, a barba por fazer, todas essas pequenas coisas são motivos para que os alunos soldados fiquem detidos.

Mascarenhas admite que existe um aspecto negativo das punições e dos elogios, isto é, quando um e outro são aplicados sem critérios. Nessa perspectiva, a aplicação injusta de sanções disciplinares desmotiva o policial militar injustiçado, argumenta outro oficial. A distribuição de elogios e outras

formas de recompensas também têm sido questionadas. Um exemplo concreto é o caso da indicação de policiais militares de excepcional comportamento aos chamados Cursos Especiais¹³. Este fato tem sido bastante debatido e questionado por causa de favorecimentos pessoais.

Apesar da percepção de alguns desajustes no ato de distribuir os elogios e as punições, a disciplina militar é enfaticamente defendida pelos oficiais. Nas palavras de um deles:

A disciplina militar é, pois, a obediência pronta, inteligente, espontânea e entusiástica às ordens do superior. Sua base é a subordinação voluntária do indivíduo ao bem-estar do grupo. É a força cimentadora que une os membros de uma unidade; que perdura até mesmo depois que o superior haja tombado e que todo vestígio da autoridade seja desaparecido; é o espírito militar. (Gonçalves, 1991: p. 13)

Obediência pronta, inteligente, espontânea e entusiástica às ordens do superior são coisas que não conseguimos perceber em nossa pesquisa. As falas dos alunos soldados tomam o sentido contrário, elas são concordes em afirmar que “ou você obedece ou você é punido”, não há outra escolha.

Aos olhos de um desavisado tudo parece se assentar em bases sólidas. O regulamento estatuído baseia-se nas regras da impessoalidade e da universalidade, pilares das instituições modernas. Mas, o problema está na interpretação e aplicação do regulamento disciplinar, pois não são poucas as reclamações de abuso de poder no ato de interpretar o regulamento e aplicar as punições para cada comportamento que a equipe dirigente julgue ser desviante. As queixas a respeito de favorecimento e parcialidade no ato de distribuir elogios e outras formas de recompensas, como vimos, são constantes na Polícia Militar.

Volta-se, assim, à velha questão da estrutura impessoal de uma instituição moderna se curvar frente os valores de uma face de nossa cultura: a tradicional. Essa questão merece um enfoque especial. Vejamo-la.

2.3 - COMPLEXO HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR

¹³ Os cursos especiais destinam-se à ascensão hierárquica dos policiais militares de excepcional comportamento e que tenham prestado um mínimo de anos de serviço à corporação, estabelecidos de acordo com a graduação.

Numa junção perfeita, hierarquia e disciplina formam um todo indivisível. Na prática, muitas vezes, elas se confundem, ao menos para alguns alunos do CFP que, ao discorrer sobre, por exemplo, a hierarquia, dizem que alguns superiores não cumprem o que está estatuído, mas, mesmo assim, exigem obediência ao regulamento. Acreditamos que a confusão se dá porque o grupo responsável para aplicar o regulamento disciplinar é o que está numa posição hierárquica privilegiada. O fato de um superior não cumprir o regulamento, mas, devido sua posição hierárquica, impor aos outros obediência, passa pela hierarquia, mas é uma questão disciplinar, pois a disciplina exige que todos cumpram o que está estatuído, seja praça ou oficial, não importa.

Observa-se que a confusão decorre não simplesmente da falta de instrução, mas sim devido à prática que se estabelece na Academia de Polícia Militar. Ou seja, é a posição na escala hierárquica que indica o que o indivíduo pode ou não fazer, lembrando, é claro, que aqueles que se encontram ou estão a caminho dos postos mais elevados na instituição têm muito mais liberdade, até mesmo para cumprirem o regulamento.

Uma importante questão foi suscitada: ela diz respeito à inflexão das normas e regulamentos aos valores e atitudes de ordem puramente pessoal. Durante o CFP, a equipe dirigente não apenas faz vista grossa a respeito de atitudes de alguns superiores que exageram nas cobranças disciplinares, mas, muitas vezes, acaba incentivando-as. Por exemplo, os oficiais exigem dos cadetes uma postura mais rígida no tratamento para com os alunos soldados. Essa cobrança, evidentemente, é justificada como uma instrução, como algo que esteja preparando o aluno para as pressões que ele enfrentará no trabalho, quando estiver na rua. Porém, nas entrevistas com os alunos soldados, vários deles deixaram claro que, de fato, não se trata de instrução, mas, sim de uma arbitrariedade. Uma delas é a seguinte:

O cara não tem, assim, um conhecimento bastante do que ele tá cobrando. O cara, às vezes, cobra uma coisa que ele não sabe pra ele, que ele não faz nada pra ele. Eu acho que para o pessoal cobrar, tem que dar exemplo. Igual mesmo, o cara passa lá cedo olhando a farda e dizendo que está amarrotada. Você olha para o cara, tá no mesmo. Isso aí revolta! Se o cara tiver em perfeitas condições e tal, é um cara Caxias, um cara que você pensa: vou me espelhar nesse cara aí, mas

não! Os que mais gostam de tirar chinha, como o pessoal fala aí, tirar vantagem, são os que não dão exemplo. (Aluno Soldado Pedro)

É bem provável que os dois grupos não estejam por completo equivocados. Para a equipe dirigente, o mais importante é a formação de tropas disciplinadas e obedientes, portanto, mais ou menos dentro da ética da ação eficaz de Maquiavel. Dessa forma, uma ordem que pode soar como algo insignificante, sobretudo em termos de aprendizagem e instrução, para quem executa, pode ter um grande significado para quem ordena, na medida em que possibilita medir o grau de obediência e de subserviência não só do grupo como um todo, mas de cada aluno em particular.

Por outro lado, seguindo a perspectiva dos alunos soldados, nada mais natural do que perceber as missões sem sentido, do ponto de vista de quem obedece, como uma perseguição pessoal. No entanto, os alunos soldados afirmam categoricamente que o militarismo implantado na Academia de Polícia Militar dá margem à perseguição pessoal pois,

Aqui dentro acontece certos tipos de coisas que... se eu acho que a pessoa quer prejudicar a outra, por exemplo o caso do cadete 703. Se eles não gostam de você, eles fazem o que quiser da sua vida aqui dentro. O que acontece: um te deixa detido hoje, o outro te deixa amanhã, o outro te passa uma missão que você vai se enrolar por muito tempo... é por isso que você tem que ficar aqui inerte mesmo, sabe! Calado, que é difícil demais. Se eles quiserem, você fica o resto do curso aqui dentro. Aqui, entendeu! Porque, se fosse uma pessoa só, aí até que ia, você podia ir na P₂, pedir uma investigação; no RH, falar que está sendo perseguido, mas isso não acontece. Eles fazem tipo uma rodinha, sabe! Cada dia um, para não dar na cara. A pessoa rala e não tem como provar que está sendo perseguido. Isso indigna um pouco. (Aluno Soldado Pedro)

A inflexão de normas e regulamentos, típicos de uma instituição moderna, a valores e condutas de ordem tradicional se faz presente de forma clara e aberta na organização e no tipo de relação que os cadetes estabelecem com os alunos soldados. O corporativismo é um indicador de que a instituição, regulamentada por normas e estatutos, acaba por receber a influência de valores culturais da sociedade brasileira. O corporativismo salientado aqui é aquele que estrutura o comportamento dos cadetes frente aos alunos soldados. Fica claro, a partir do que foi exposto, que os cadetes sabem, também, burlar as regras estatuídas a fim de impor uma maior autoridade e obediência aos alunos do CFP.

A recorrência ao corporativismo revela que a estrutura organizacional da Polícia Militar acaba se curvando diante daquilo que é um valor típico de uma organização tradicional. No caso acima, são os cadetes que recorrem a essa prática, por sinal eficaz, para não serem enquadrados em algum artigo do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás - RDPMEGO. Referimo-nos à situação em que os alunos oficiais se alternam, fazendo uma espécie de rodízio nas determinações por eles elaboradas e impostas aos alunos soldados, em forma de uma determinada “missão”. O corporativismo acontece também, na relação entre cadetes e oficiais, sobretudo quando estes últimos fazem vista grossa nas “perseguições” dos cadetes sobre os alunos soldados. Um aluno do CFP nos disse que um colega dele estava sendo perseguido por um cadete e, então, resolveu reclamar o fato a um tenente, na época sub-comandante da Companhia. O tenente disse: “você está doido aluno! Que perseguição? Você está detido hoje”. Mas, seu tenente! O senhor é meu sub-comandante, para quem eu vou reclamar? Insistiu o aluno soldado. O tenente disse: “agora você está detido hoje e amanhã! Mais alguma coisa?”. Esse fato mostra por si só a força de uma tradição agindo sobre os indivíduos. Por outro lado, não podemos nos esquecer que o corporativismo grassa por toda Polícia Militar, mas os próprios alunos soldados ressaltam que os oficiais são muito mais unidos do que os praças.

De acordo com o aluno soldado Tiago, muitas vezes os cadetes, representantes legítimos da equipe dirigente, em se tratando de uma Academia de Polícia Militar, fogem do regulamento estatuído para fazerem suas próprias vontades. O referido aluno diz haver estranhado que ali realmente havia, além da aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército e do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, a aplicação da vontade própria dos superiores. Um outro aluno se queixa, argumentando que o regulamento só favorece os mais antigos, sendo que antigüidade no sentido empregado por ele denota não o tempo de serviço, mas a posição na escala hierárquica.

Na perspectiva salientada linhas acima, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar parece comportar dois pesos e duas medidas: um para a equipe dirigente e outro para os internos. Desnecessário se torna dizer que o pêndulo, na distribuição dos pesos e medidas ou, se preferir, dos elogios e das punições está sempre do lado da equipe dirigente.

Todo e qualquer grupo social possui suas regras, normas e valores. O indivíduo que é membro de um grupo, mas que não se ajusta ao seu pensamento e às suas regras, inevitavelmente sofrerá sanções diversas, definidas coletivamente, para que se enquadre nos parâmetros do grupo. O período de formação na Academia de Polícia Militar é marcado por muita exigência e muita cobrança. Aqueles alunos que não se ajustam por completo às normas e valores militares são os que mais se sentem perseguidos e é também sobre estes alunos que a equipe dirigente aciona alguns dispositivos de controle social, como deixar o aluno detido ou designar-lhe várias missões a serem cumpridas. A equipe dirigente faz uso desses recursos para que nenhum aluno esteja fora do que é aceitável e desejável dentro do militarismo.

A estrutura hierárquica e disciplinar, ao menos como ela se encontra montada na APM, não permite ao aluno o menor escape. Na perspectiva de muitos alunos soldados, o melhor que se tem a fazer é “ficar inerte”, “ficar calado”, “ser passivo”, ou seja, é obedecer e cumprir, pois questionar ou discutir, qualquer coisa que seja, aparece como uma ofensa ao superior, um questionamento à sua autoridade. Nesse sentido, esta declaração que se segue é elucidativa:

Você chega aqui e você é humilhado, sem ter direito de falar nada. O direito que você tem é o direito de não ter direito... no mundo civil você tem o direito de se expressar, por mais que o emprego seja um emprego disciplinado, você tem o direito de chegar e conversar com o seu superior, com o seu patrão, com o seu chefe, tem o direito a ter a sua liberdade, liberdade de expressão. Agora, aqui não, você não tem o direito de ter uma liberdade de expressão. Você vai falar o que você pensa e você é punido pelo que você pensa”. (Aluno Soldado João)

O que o aluno soldado João externou, nesta entrevista, não é algo destoante do que outros alunos nos relataram. Isto é, o processo de socialização dos alunos do CFP é marcado por humilhações e fortes pressões psicológicas. Além, é claro, da privação da liberdade de exprimir suas idéias e sentimentos. Talvez esta apartação entre equipe dirigente e internos, em termos de comunicação, seja um dos principais mecanismos de controle e domínio do primeiro grupo sobre o segundo, isto porque apenas um grupo monopoliza a fala. Dessa forma, os contatos entre um grupo e outro são marcados por uma comunicação unilateral onde, caso o subalterno queira falar ao superior, terá que lhe pedir permissão, que poderá ou não ser concedida.

Tudo isso, não pode deixar de influenciar o comportamento de tais alunos no trato para com a sociedade. Um aluno nos disse, ao final da entrevista, que havia sido bom para ele ter colocado para fora tudo o que ele estava sentindo. A entrevista serviu, para o referido aluno, como uma espécie de terapia, onde fantasmas de revolta e indignação contra o que é praticado e vivido quotidianamente dentro da Academia foram exorcizados pelo simples ato de expor suas idéias e sentimentos.

Muitos alunos, às vezes, saem daqui muito estressados, diante da forte carga de serviço, da humilhação presente, da forte pressão. Chega na sociedade e desconta todos os seus desgostos, que são conferidos a essa pessoa aqui. Por isso é que acontece lesão corporal e outros tipos de agressões com os civis, excesso de força nas abordagens! Chega a humilhar os cidadãos, pois é como se a pessoa tivesse descontando o que ela tivesse passando aqui... o cara chega e diz assim “tem serviço amanhã no Serra Dourada”, dia de domingo e tal, “eu vou arrebentar aqueles torcedores”. É desse jeito que chegam a falar, mas muitos ainda têm o bom senso, que é da educação que vem de casa, e não fazem isso. (Aluno Soldado João)

A questão mais suscitada pelos alunos soldados da APM, nas entrevistas a nós concedidas, diz respeito a algum tipo de humilhação sofrida, sobretudo a humilhação verbal. São coisas desnecessárias para a formação de um policial, argumentam os alunos. Boa parte desses mesmos alunos disse que o tratamento dispensado a eles na Academia de Polícia Militar degrada a pessoa humana e fere a honra de cada um, dizem ainda que essa humilhação sofrida, provavelmente será descontada em alguém na rua. As queixas são quase exclusivamente contra os cadetes, isto porque, na Academia, eles são uma espécie de donos daquele território. É claro que existe uma equipe dirigente controlando todos os passos de tais cadetes, que serão os futuros oficiais da Polícia Militar. Os oficiais sabem que é uma questão de tempo e os cadetes estarão assumindo os cargos de chefia e comando da Polícia Militar, como acontece com praticamente todos os oficiais da corporação. Deve ficar claro, no entanto, que esta vantagem, em termos de liberdade, que os cadetes têm em relação aos alunos soldados não os poupa de eventuais “ralas” como aquele noticiado nos principais meios de comunicação de Goiânia, numa segunda-feira de março deste ano, em que dois cadetes se feriram com estilhaços de uma granada, lançada pelo próprio comandante da Academia de Polícia Militar.

A Academia de Polícia Militar, território quase exclusivo dos cadetes, principalmente em horários fora de expediente, como à noite e finais de semanas, torna-se um palco de situações nada agradáveis aos alunos soldados. Isto porque, em nome de treinamentos e aquartelados¹⁴, os cadetes impõem sua autoridade aos alunos soldados, talvez sem medir as conseqüências de suas ações na formação psicológica de seus subordinados e no reflexo que isso pode ter, por exemplo, no trato destes últimos com a comunidade. Em entrevista, um aluno nos relata seus sentimentos após participar de um aquartelado, diz ele que:

Até ontem, eu tinha orgulho, sabe! Eu, até ontem, eu trabalhava por lealdade, tinha orgulho e defendia a Polícia Militar do Estado de Goiás acima de tudo. Ontem, quando eu vi a boçalidade desses cadetes, quando eu vi cadetes dando tiros de fuzil no meio de nós, quando eu vi tudo aquilo desnecessário. A gente preocupado, ainda, pensando que alguém tinha sido ferido com um tiro em algum lugar! Ontem eu descobri que a Academia de Polícia é um jardim de infância de filho de coronel e que nós, alunos soldados, somos jogados aqui para servir de brinquedinho, só isso! Cadetes esses que vão, amanhã, comandar a Polícia Militar, quer dizer, estamos cheios de problemas lá fora, tem gente morrendo, tem carro sendo roubado, tem gente sendo seqüestrado... e estamos direcionados a isto aqui, a essa boçalidade.
(Aluno Soldado Tiago)

A partir desse e de vários outros casos, percebemos claramente que o processo de socialização dos policiais militares é marcado por uma relação hostil entre equipe dirigente e internos, onde o grupo melhor posicionado na escala hierárquica impõe, muitas vezes, sua vontade e seus desejos, independentemente do que o regulamento prediz. Essa e outras experiências a nós relatadas revelam, explícita ou implicitamente, que o tipo de socialização e tratamento a eles dispensados, por alguns cadetes, gera revoltas e indignações.

As relações internas, ou seja, aquelas travadas no interior da APM entre equipe dirigente e internos são marcadas por humilhações e por muita pressão psicológica, principalmente por parte dos cadetes sobre os alunos soldados. Raro encontrar um aluno que não tenha ao menos uma queixa em relação ao tratamento dispensado aos alunos soldados por parte dos cadetes. As principais reclamações dizem respeito a humilhações verbais, tais como: “o cadete chega na sua pessoa e diz, você não serve nem para ser gente”; “você não presta”; “você é um lixo”; “você não é nada”; “quem quiser pede baixa”; “não

¹⁴ Caso o quartel seja invadido ou surja alguma emergência, a um sinal, todos os policiais que se encontram dentro da APM entram em forma ou assumem uma posição preestabelecida a cada policial militar.

aqueita, pede baixa”; “eles te reduzem a pó”; “eles te chamam de cachorro, de mocorongo, de João-Ninguém”. Tais humilhações acontecem na relação cotidiana dos cadetes com os alunos do CFP, independentemente de haver ou não treinamentos.

De acordo com o aluno soldado Filipe, ele já estava ciente mais ou menos do que acontece num curso de formação, mas quando a integridade e o ego da pessoa são feridos não dá para suportar, pois todo ser humano tem honra. Este mesmo aluno diz ter sido humilhado por um cadete que lhe disse muitos absurdos e ele, não tendo como responder, nem verbalmente, nem fisicamente, teve que suportar tudo calado. Na perspectiva do referido aluno, o militarismo é uma arma poderosíssima que pode ser usada tanto para o bem como para o mau, dependendo das mãos em que cair. Isto revela que os estatutos e regulamentos da Polícia Militar se curvam diante da vontade pessoal de seus oficiais. Tudo por que passou esse aluno, faz parte do processo de anulação da antiga identidade social.

A fala se repete, um outro aluno, o Mateus, diz que não é por serem inferiores hierarquicamente que podem ser tratados como cachorros e aqui, argumenta o aluno, nos tratam dessa forma. Este mesmo aluno diz que se a pessoa é superior, ela quer ser respeitada na força e, para ele “o respeito é o que você conquista, não o que você impõe e muitas vezes aqui, falando do meio em que nós vivemos, aqui na Academia, ele não é conquistado, ele é imposto.” Todos esses pormenores fazem parte da socialização dos policiais militares, mostrando mais uma vez que a equipe dirigente ultrapassa o que está estatuído a fim de impor sua própria vontade e forjar alunos submissos.

Os testemunhos contra arbitrariedades por parte da equipe dirigente sobre os internos não param por aí, são tantos, que não podem ser ignorados, sobretudo quando se deseja ter uma compreensão mais exata da realidade em foco, isto é, do processo de socialização dos policiais militares.

Em contrapartida, aparece na fala dos alunos soldados a percepção e uma nítida esperança de que esta correria e cobrança são coisas de Academia, pois quando eles se formarem o tratamento será de profissional para profissional. Uma coisa é certa, o tratamento durante o período de adaptação é muito mais severo e rígido do que quando eles estiverem formados. O aluno soldado André diz que lá fora, referindo-se ao período pós-formatura, “é totalmente diferente,

existe a hierarquia, mas tem um certo respeito. Aqui dentro, é porque faz parte do curso mesmo, da Academia”.

Um outro aspecto que marca a relação entre superiores e subordinados, ao lado da humilhação, é a questão da pressão psicológica. De acordo com o aluno soldado Elias, “os primeiros dias na Academia foi muita pressão, o pessoal colocando muito medo na gente, o pessoal perdido, literalmente perdido, não sabia nem onde estava e nem o que fazia, aí logo foi entrando nos eixos”. Um outro aluno nos deu alguns exemplos de como essa pressão se concretiza:

Eles pedem para você entrar em forma, te colocam para marchar, vários comandos, aí eles falam: “direita-volver, esquerda-volver”, tudo ao mesmo tempo, tudo muito rápido para você se confundir, para tentar te confundir, aí mandam você parar e ir lá para o alojamento, colocar outro uniforme, aí você coloca uma farda e eles mandam você colocar outra, entendeu! Justamente para te pressionar, para ver qual a sua reação.
(Aluno Soldado Moisés)

Na perspectiva de Goffman esse tipo de tratamento descrito linhas acima, sobretudo nos primeiros dias do interno numa instituição total, é responsável pela mortificação do *self* do indivíduo. É o que Goffman chama de período de adaptação, onde a pressão psicológica e as humilhações, no caso da Polícia Militar, fazem parte dos recursos que a equipe dirigente dispõe para tirar do interno um conjunto de identidade e dar-lhe uma nova, segundo os padrões e valores da instituição que se encontra. Para que essa nova identidade se forme, torna-se necessário um conjunto de práticas que anulem os antigos valores dos indivíduos participantes da instituição total. A verdade é que, desde os primeiros dias na APM, os alunos soldados recebem um tratamento marcado por pressões e humilhações com a finalidade de formar-lhes uma nova identidade, onde os valores militares são mais importantes que os valores individuais. A coesão, a unidade e a solidariedade entre os alunos soldados vão sendo incentivados e desenvolvidos. Nesse sentido, a fala de um aluno a respeito de uma manobra que aconteceu em Senador Canedo, no quarto ou quinto dia de curso expressa bem essa idéia:

A gente não conhecia ninguém, né! e, de repente você... eu, por exemplo, tinha uma policial feminina na minha frente e um rapazote atrás de mim, um menino de 19 anos. Eu com 26 anos e com uma

mulher na frente, quer dizer, eu estava empurrando e sendo empurrado o tempo todo, quer dizer, eu tinha que desenvolver junto com eles e ajudá-los o tempo todo e eles me ajudando e a gente se virando, sabe! Com certeza, depois daquilo lá, todo mundo se conheceu bem melhor. (Aluno Soldado Tiago)

O que poderia justificar uma manobra, termo usado pela equipe dirigente, ou um “rala”, expressão utilizada pelos alunos soldados, no quarto ou quinto dia do CFP, a não ser despir valores e costumes da vida civil? Bem como implantar o “espírito de grupo” em cada aluno, como que lhe forçando a pensar não mais como um civil, mas como um militar. A adaptação dos internos numa instituição total é marcada por uma ruptura completa na maneira de agir, comportar e pensar. A instituição retira do indivíduo suas certezas e seguranças e o coloca a mercê de uma nova realidade, marcada por obrigações, deveres e tabus, que não podem passar impunes, caso sejam quebrados.

Apesar de alguns alunos do CFP acharem um tanto quanto rígida a manobra por eles realizada logo na primeira semana de curso, outros entrevistados disseram que foi uma experiência válida e necessária para a formação de um policial militar. Isto se deve, sobretudo, ao caráter de instrução que aquela manobra teve, diferentemente dos aquartelados que, para boa parte dos alunos soldados, servem apenas para os cadetes “mostrarem suas manguinhas”, a fim de alcançarem maior subserviência dos alunos soldados, através de cobranças e boçalidades. As opiniões, na verdade, se dividem quando se coloca em questão a manobra por eles realizada em Senador Canedo. Um aluno, porém, nos disse que aquela manobra teve dois momentos distintos: o primeiro, marcado por instrução, quando estava à frente da tropa o capitão Neves, “uma pessoa disciplinada que gosta da hierarquia, mas não é arbitrário” e o segundo, quando os cadetes assumiram o comando do exercício, marcado por algumas boçalidades e humilhações, do tipo: “corre, faz isto seu bosta!”.

No que diz respeito aos aquartelados, uma explicação nos é dada por um aluno soldado que afirma que a ordem para suas realizações partira do comandante da APM, devido o grande número de alunos ali alojados. Cada aquartelado na Academia significaria um convite para que os alojados se retirassem. Durante os aquartelados alguns cadetes aproveitam para impor total submissão aos alunos soldados, mesmo que para tal precisem fazer uso de alguns recursos inescrupulosos.

Os alunos soldados dizem suportar certas arbitrariedades argumentando que o processo seletivo para o ingresso na corporação foi difícil e que eles não poderiam abrir mão de suas conquistas; somando-se a isto, está a percepção de que o período de formação destoa da prática policial militar junto à comunidade. Até mesmo o comandante da Academia de Polícia Militar, na época, quando entregamos em suas mãos um ofício pedindo autorização para realizarmos a pesquisa de campo, ele foi claro ao afirmar que na Academia, durante o período de adaptação, as coisas são mais corridas, denotando uma preocupação de que, talvez, o resultado da pesquisa poderia ficar enviesado, não correspondendo à realidade. De nossa parte, levamos em conta sim esta diferença entre período de formação e período pós-formatura, bem como a escolha da pesquisa e acompanhamento ser feita junto a alunos soldados e não entre os praças já formados. Essa delimitação não se deu somente por causa da impossibilidade de a pesquisa abranger a totalidade dos policiais militares, mas, sobretudo, devido ao fato de ser no período de adaptação que ocorre uma mudança súbita nas maneiras de agir e pensar do indivíduo que abraça a carreira militar. É no período de adaptação que o indivíduo migra de um mundo para outro, lembrando que o mundo em que o indivíduo se encontra tem uma maior significância do que o mundo de origem.

No geral, a visão dos alunos soldados a respeito da diferença entre o mundo civil e o militar é de que os civis têm mais liberdade e menos regras a serem cumpridas; já o militar, está preso a uma totalidade de regras e preceitos que não podem ser omitidos sem que seja enquadrado em algum artigo do RDPMEGO. Na definição do militarismo, em contraposição ao mundo civil, a maioria dos alunos soldados disse que o militarismo é marcado por muitas regras e muito rigor. “O paisano tem mais liberdade, tem as coisas que você pode fazer. O militarismo é diferente, você tem que se privar de muitas coisas que antes você vivia. É começar uma outra vida, uma outra postura” (Aluno Soldado André). Essa mudança de postura é central no processo de socialização dos policiais militares, na medida em que ela se mostra como uma espécie de termômetro que registra o índice de internalização de valores e preceitos militares nos alunos soldados. Na passagem de civil a militar, um aluno argumenta que o militar é mais do que o civil, pelo fato dele conhecer os dois lados. Um outro diz que “você passa a ser o exemplo na sociedade, as pessoas não te vêem mais como o Fábio, como o

Ferreira, como o fulano, como o ciclano! Eles te vêem como policial militar, eles te tarjam de policial militar. Quer queira, quer não, você tem que ser o exemplo, então a postura e a compostura têm que ser outra, certo?” (Aluno Soldado Mateus). Não importa se o policial esteja fardado ou não, ele é polícia 24 horas por dia, argumenta um terceiro. Todas estas falas revelam que o processo de socialização dos policiais militares é eficaz para imprimir valores e normas da instituição, bem como para formar uma nova identidade no indivíduo que nela ingressa.

Uma coisa importante a ser salientada a respeito do código de conduta policial militar é a sobrevalorização da punição em detrimento do elogio. Os alunos deixam isso claro quando afirmam que a ênfase dada, pela equipe dirigente, é na punição e não no incentivo e na recompensa. Muitos alunos declararam que, quando o serviço é comandado por um cadete “gente boa”, o serviço sai com uma qualidade superior, mas quando os alunos têm que trabalhar por imposição de um superior hierárquico, a qualidade do serviço é menor. Nessa perspectiva, um aluno nos fornece um exemplo, um pouco extenso, mas categórico:

Pediram para a gente fazer um trabalho no campo de futebol, é um trabalho muito estressante, você distribuir terras numa área muito grande, carregar terras dentro de materiais, porque lá não tem materiais e eles querem que você faça as coisas bem feitas, mas não tem material para você fazer. A gente fazia com a mão mesmo, tudo ali, eu não acho que é indigno, entende! Mas que o pessoal tenha respeito, mas tudo bem. A gente fez o trabalho da maneira que eles quiseram, fizemos tudo. Eles colocam você das oito horas da manhã até às três da tarde, mal você podia beber água e, quando termina o serviço! O pessoal terminou demais, esgotando! para poder almoçar, porque só ia almoçar depois que terminasse. Assim que sentaram todo mundo, num lugar onde estava tudo molhado, para a gente poder sentar lá, para você ouvir sabe o quê? Falar assim “eu não vou dizer obrigado a vocês, porque vocês não fizeram mais do que a obrigação, se vocês quiserem almoçar vá ao rancho, eu acho que sobrou um resto lá”. Entende!? é difícil! É difícil você escutar isso, principalmente quando você sai do mundo civil por opção sua, não porque você precisa, entende! é difícil. Essa falta de reconhecimento, de incentivo, eu acho que a coisa caminha não é na pressão, não é no empurro, é no incentivo. Você saber incentivar! As pessoas fazem as coisas muito mais bem feita, muito melhor, prova disso é que existe alguns, são pouquíssimos, de dez um, alunos oficiais, cadetes, que ao comandar o serviço – têm também entre os oficiais, que são uma minoria – que na hora do serviço, além deles agirem com naturalidade, tratam a gente com respeito e o serviço, além de ser muito mais rápido, ele é bem feito, entende! Onde há o incentivo, há a força de vontade e onde não há, há o maltrato, há a humilhação, há tudo isso aí. (Aluno Soldado Estevão)

Este relato, com seu respectivo comentário, mostra de forma precisa que a ênfase dada no período de adaptação não é no incentivo e que a motivação que os alunos têm para o trabalho advém do temor da punição. Muitos outros alunos argumentam que, além do enfoque ser dado na punição, existem muitos superiores que quotidianamente recorrem a frases como esta: “caso você não esteja contente, peça baixa”. Nesse sentido, para alguns alunos, a equipe dirigente encara o trabalho, seja dos alunos ou dos policiais em geral, como uma mera obrigação, portanto, tornando desnecessário o elogio ou outra forma de gratificação, pois o policial já é remunerado para executar seu trabalho. Na perspectiva do aluno supracitado e de outros, o trabalho policial militar não deve ser visto apenas como uma obrigação, pois existem pessoas que fazem melhor, fazem por gostar, são mais dedicados e assim por diante. Então, deve-se incentivar mais, valorizar o policial que se dedica à Polícia Militar e à sociedade.

O caráter militar, herança do Exército Brasileiro, impõe formas de comportamento bem delimitadas. Nas palavras de um membro da equipe dirigente, “Estruturou-se uma organização que não admite erro nas menores coisas, e para se chegar a isso, montou-se um sistema em que o homem, ‘o militar’, seria o ponto central, e suas ações não seriam passíveis de falta e quando estas ocorressem seria acionado um dispositivo capaz de corrigi-las”. (Mascarenhas, CAO / 1989: p. 24)

Outro oficial da corporação reforça a crítica da existência de uma estrutura administrativa e organizacional muito rígida sobre os seus integrantes, sobretudo para os praças. Diz ele, “Querer impor a mesma disciplina a um soldado do Exército e a um outro da Polícia Militar é falta de criatividade por parte daqueles que comandam estes setores. São dois grupamentos muito diferentes entre si, para se submeterem a um mesmo nível de regimento” (Powrosnek, 1990: p.31). O referido autor argumenta, ainda, que é inadmissível que o policial militar seja subjugado a uma condição humilhante, antes, deve ser tratado como um “ser pensante”.

Não podemos fechar os olhos para a abertura que a Polícia Militar tem feito, no que diz respeito às suas ações. A Polícia Militar está se inserindo num processo de transparência que não podemos negar. A própria equipe dirigente está percebendo que a sociedade sofre uma constante transformação, enquanto a Polícia Militar continua com a mesma estrutura herdada do Exército. Percebe-

se, nas monografias e falas dos oficiais, uma tentativa de modernizar a Polícia Militar, porém, sem jamais mudar sua forma de organização pautada na hierarquia e na disciplina. Isto porque “A hierarquia e a disciplina são fatores fundamentais para a preservação e sobrevivência das organizações militares”. (Castro Neto, CAO / 1997: p.11)

Na ótica de alguns oficiais da Polícia Militar, uma organização policial que não se estruture nos valores militares torna-se uma “bagunça”, como ocorre na Polícia Civil. Outros, não tão cépticos, já estariam propensos a trabalhar em conjunto com a Polícia Civil e com outros órgãos ligados à Segurança Pública. Oliveira (1994), defendendo a Polícia Militar e distinguindo-a da Polícia Civil, afirma que a rigidez do regulamento disciplinar faz com que a corporação torne-se praticamente incorruptível e muito disciplinada.

A partir das entrevistas que Figueiredo (1996) realizou na tentativa de traçar o perfil social do policial militar e escrever sua monografia do CAO, ele afirma que:

A esmagadora maioria dos entrevistados, em toda sua carreira, já pensou pelo menos uma vez em abandonar a profissão e se dedicar a outro ramo de atividade. Os motivos que os levaram a isso são inúmeros e vão desde o descontentamento com o salário até desavenças com superiores, por se tratar de uma instituição de cunho eminentemente militar e estar sujeito a regulamentos rígidos e calcada na hierarquia e na disciplina exagerada, o que não agrada a todos. (Figueiredo, 1996: p.73)

A verdade é que a maioria dos praças não concorda com o tratamento dispensado a eles pelos oficiais. No caso da Academia isso é agravado, na medida em que é um período de adaptação, onde a instituição exerce um controle muito grande sobre os alunos soldados, a fim de retirar-lhes velhos costumes da vida civil.

A Polícia Militar, por meio de seus porta-vozes oficiais, exige dos praças virtudes excepcionais e os abandonam ao domínio de múltiplas necessidades, fazendo com que uma grande maioria tenha que fazer “bicos” para complementar suas rendas. Para muitos, aliás, a Segurança Pública está em segundo plano.

De acordo com Ramos e Meireles (CAO / 2000):

Um conservador radical rejeitaria de plano este argumento por entender que não se pode tolerar determinados melindres em um indivíduo

integrante do seletivo grupo de homens 'superiores ao tempo'. No entanto, esta imagem de super-homem que a própria organização impõe ao policial militar, muitas vezes, repassa-lhe um ônus pesado em demasia, pois cria no recôndito de suas forças interiores a falsa idéia de se ver possuído de uma força descomunal, apenas pelo fato de vestir uma farda. Tomado dessa sensação de poder, o PM, em alguns casos, tem praticado excessos no exercício de sua profissão e mesmo na vida social, instigado pela necessidade emergente de tudo isso, de jamais demonstrar fraqueza. (p. 49)

É interessante saber que parte da equipe dirigente, ao menos um, percebe o vínculo existente entre uma forma própria de socialização, numa estrutura militar rígida, e um tipo específico de comportamento, o truculento.

O mesmo autor prossegue afirmando e confirmando esse fato com as seguintes palavras:

Procurando identificar as causas que levam alguns policiais ao destrato e até, à violência contra o cidadão comum, entre as apontadas, em conversas informais, uma nos chamou a atenção sobremaneira: disseram que muitas vezes o policial é agressivo e violento por receber de alguns superiores esse tratamento no quartel. Afirmaram que o tratamento a eles dispensado era humilhante e que provocava neles um sentimento agressivo contra o cidadão comum, e inclusive em casa contra a família, já que, por força da disciplina, não podiam responder seus superiores do mesmo modo. (op. cit.: p. 67,68)

Tudo indica que o tipo de socialização imposta aos alunos do CFP, marcado essencialmente por humilhações e destrato por parte da equipe dirigente, não deixe de ter suas conseqüências no trato destes policiais para com a comunidade.

Apesar das fortes reclamações, muitos dos entrevistados são favoráveis à estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar, desde que ocorra algumas mudanças na forma como estes valores são concebidos e praticados na Academia de Polícia Militar, durante o período de adaptação. Uma aluna do CFP diz ser favorável à hierarquia porque, no geral, as pessoas são "folgadas", mas desde que haja respeito, já que por trás de uma farda está um ser humano, argumenta a aluna. Ela afirma, ainda, que uma conversa sobre uma atitude errada, tomada por alguém, pode ter melhor resultado do que xingar ou deixar uma pessoa detida oito dias no quartel.

Uma coisa é notória, a estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar mostra-se como uma imposição ao indivíduo que decidiu ingressar na corporação.

Neste capítulo, tentamos mostrar a força que a hierarquia e a disciplina exercem sobre as consciências particulares, daqueles que, por um motivo ou outro, decidiram-se pela carreira militar. Ressaltamos, ainda, o papel da estrutura policial militar sobre os alunos soldados, bem como as possíveis conseqüências desse processo de socialização no tratamento desses últimos para com a sociedade mais ampla. Vimos também que a Polícia Militar é uma organização que se assenta nos pilares de uma instituição moderna, mas que não deixa de sofrer a inflexão de valores e comportamentos característicos de uma face de nossa sociedade, referimo-nos ao aspecto tradicional que norteia, muitas vezes, as relações entre equipe dirigente e internos, bem como entre polícia e comunidade.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL MILITAR

3.1 - PAPEL SOCIAL

Para melhor compreendermos tanto a relação dos policiais militares entre si como a dos policiais com a comunidade trabalharemos, a partir desse momento, com a teoria dos papéis. A idéia central da teoria dos papéis é que os atores – os indivíduos – representam cenas e seguem *scripts* elaborados e escritos por gerações passadas ou por grupos sociais do presente.

Na perspectiva de Goffman (1999), os atores podem estar ou não compenetrados na representação de seu papel social. Quando o ator não se

interessa pelo que seu público acredita, ele está, na verdade, atuando com cinismo. Por outro lado, há atores que incorporam tão bem seu papel que estes passam a forjar a própria identidade social deste referido ator. É o caso do policial militar que pode, de início, obedecer ao regulamento para não ser punido até que, finalmente, passa a segui-lo para que sua organização não caia no descrédito, bem como para que seus superiores e companheiros o respeitem.

Em todo e em qualquer grupo social existem pessoas envolvidas num processo de interação, onde cada uma é vista como um ator, que a cada circunstância representa um papel diferente. Dessa forma, uma mesma pessoa cumpre vários papéis na sociedade, sendo que alguns deles definirão sua identidade social.

Nesta análise concebemos tanto as relações internas da Polícia Militar quanto às externas como interações sociais. Nas relações internas, a interação a ser analisada é a que se passa entre oficiais e praças e nas relações externas entre policiais militares como um todo, especialmente os praças, e a comunidade.

Uma interação é uma relação entre duas ou mais pessoas. A interação varia da mais simples à mais complexa e pode ser face a face ou não. A mais simples é aquela que se dá entre apenas duas pessoas. A interação pode ser também entre um indivíduo e um grupo ou entre dois grupos distintos. Vale ressaltar que os atores envolvidos na interação levam em conta a reação dos atores do outro grupo. Assim, quando a Polícia Militar dirige suas ações à comunidade, seus membros esperam que suas expectativas iniciais sejam cumpridas. Portanto, as ações do primeiro grupo são orientadas de acordo com certas expectativas criadas a partir das ações ou reações que o outro grupo possa ter.

Na interação entre praças e oficiais, os papéis estão bem delimitados para os atores de cada grupo e, salvo pequenas exceções, os atores cumprirão rigorosamente seus papéis. Isto porque há um zelo especial, principalmente por parte dos oficiais, para que se mantenha a ordem e a disciplina na corporação.

Já na interação entre a Polícia Militar – entenda-se aqui principalmente os praças, pois são eles os que geralmente saem às ruas para trabalhar - e a comunidade, os papéis estão definidos, mas não há uma preocupação rígida para com o seu cumprimento. Percebe-se nessa segunda esfera de interação uma liberdade maior para que os atores expressem suas individualidades.

Neste caso, parte dos papéis sociais estão frouxamente delineados, o que acaba abrindo um leque de variação da ação entre diversos atores no cumprimento de um mesmo papel social. Cabe dizer que numa interação entre duas ou mais pessoas, um desvio de conduta que não ultrapasse os limites socialmente tolerados não será punido.

A tolerância de variação de comportamento no desempenho de um mesmo papel dá ao ator uma certa liberdade para escolher a melhor forma de executá-lo. Assim, há uma certa margem de liberdade para que o ator satisfaça as expectativas ligadas ao papel que representa diante da sociedade.

Cada situação é acompanhada por expectativas que devem ser satisfeitas pelos atores envolvidos na interação. Os policiais militares, ao cumprirem sistematicamente o papel de militares, acabam por internalizar seus valores e a perceber os participantes da comunidade como seus subordinados. O policial militar cria uma expectativa de comportamento a respeito do civil mais ou menos idêntica à expectativa criada na relação entre oficiais e praças ou entre superiores e subordinados. O policial espera que o “paisano” se comporte como um subordinado hierárquico. Qualquer atitude do civil que não corresponda ao modelo de comportamento esperado é motivo de represálias por parte do policial militar.

Nas relações internas, entre superiores e subordinados, espera-se dos subordinados uma ampla submissão que, não sendo atendida, é tratada como um insulto ao superior hierárquico. Na interação entre Polícia Militar e comunidade, caso a reação do civil não se adeqüe ao modelo de comportamento esperado pelo policial, este último perceberá a atitude do civil como uma ofensa. Esse desnível de expectativas no relacionamento entre policiais e comunidade pressupõe o primeiro passo para a truculência policial militar.

Não se pode desconsiderar, também, a presença de fortes pressões sociais sobre os atores, no sentido de garantir o cumprimento das expectativas esperadas. No caso da Polícia Militar, durante ou imediatamente após o curso de formação policial militar, há uma pressão por parte dos *praças velhos* para que os alunos ou novatos se enquadrem dentro de uma conduta de valores e comportamentos que ressaltem o policial militar como superior ao civil.

Para que uma interação se estabeleça de forma mais ou menos duradoura é necessário que ela atinja um certo grau de estabilidade. É necessário

afirmar que o papel de um grupo pode não estar em harmonia com o papel representado por outros grupos. Nestes casos, inevitavelmente haverá discrepâncias e conflitos entre um grupo e outro.

Sabemos que a ação é sempre de indivíduos e que estes atores individuais têm uma margem de liberdade de escolha na representação de um papel social. Mas, não podemos nos esquecer de que para a manutenção e estabilidade de uma determinada interação é necessário que haja um sistema geral de orientações culturais, tais como idéias, crenças e valores.

Em nosso caso, percebemos que a interação entre praças e oficiais é altamente estável, principalmente devido ao fator coercitivo que a disciplina exerce sobre os praças. O regulamento disciplinar inibe todo e qualquer tipo de desobediência dos subordinados para com os superiores hierárquicos, abafando assim todo tipo de conflito e discrepância. Por outro lado, a interação entre policiais militares e comunidade é muito frágil no que diz respeito à sua estabilidade. Isto porque a pressão externa raramente atinge os atores em foco, principalmente os policiais militares. Nesse sentido, as palavras de Theophilos Rifiotis fazendo alusão à violência policial militar praticada na Favela Naval em Diadema, São Paulo, no ano de 1997 são conclusivas. Ele afirma que, "contra a violência policial pouco ou nada se pode fazer, a menos que se tenha uma prova divulgada publicamente". (Rifiotis, 2001: p.164)

Um outro fator que coopera para a manutenção e estabilidade de uma interação é que, geralmente, os atores estão motivados para desempenharem seus papéis, a fim de conseguirem a realização de seus objetivos ou para que sejam contemplados com algum tipo de gratificação. Vale salientar que essas recompensas são escassas em qualquer tipo de interação social.

Enfim, o papel fornece o modelo da ação em praticamente todas as circunstâncias. Mas, deve ficar claro que esse modelo será rígido para determinadas situações e mais frouxo em outras. Mesmo concedendo certa liberdade para o ator representar, a unidade mais importante de um sistema social é o papel que a pessoa cumpre e não sua personalidade. Porém, ao cumprir determinados papéis os atores acabam por incorporar alguns de seus elementos essenciais. O resultado dessa internalização de valores ou preceitos presentes no papel que o ator representa é o que se costuma chamar, nas ciências sociais, de construção da identidade. Assim, a identidade policial militar é construída

essencialmente no processo de socialização a que o policial é submetido, sendo que as interações tanto internas como externas acabam por reforçar essa identidade em formação.

De acordo com Manuel Castells (1999), a identidade social distingue-se do mero ato de cumprir determinados papéis sociais. Enquanto os papéis seriam normatizados pela sociedade, a identidade seria o resultado da internalização de valores, crenças e outros elementos culturais.

No caso da Polícia Militar, o que ocorre não é diferente, os policiais militares não apenas representam determinados papéis, mas, ao representarem, internalizam e vivenciam determinados valores prescritos no papel de militar.

No processo de socialização dos policiais militares os valores do militarismo são predominantes. Os treinamentos, os exercícios e o próprio cotidiano dos policiais são marcados muito mais pela hierarquia e pela disciplina do que por qualquer outro valor ou preceito. O policial militar recebe um treinamento muito mais para ser militar do que para ser policial, isto é, a ênfase dada no curso de formação dos policiais militares volta-se mais para a internalização dos valores do militarismo do que para as relações de trabalho que o policial desempenhará junto à comunidade.

O tipo de treinamento e o próprio dia-a-dia acabam por engendrar no policial militar um tipo de comportamento que é diametralmente oposto ao dos civis como um todo. Ao se comportar como militar, o policial militar espera que o civil também o faça. O policial militar não percebe que o que ele espera do “paisano” não faz sentido para aqueles que não são militares. A consequência de tudo isso não pode ser nada mais do que a truculência e a violência policial militar.

A socialização policial militar faz com que o novato selecione o ambiente que ele possa freqüentar e o grupo de pessoas com quem ele pode se relacionar, pois ele passa a ser a imagem da corporação. Nessa mudança de comportamento o traço mais marcante é a “seriedade” e o fato de o policial “ficar mais fechado”. Esses são os componentes mais visíveis, na óptica dos próprios alunos soldados, da transformação sofrida pelo processo de socialização. Tanto o “ser sério” como o “ficar mais fechado” indica que o policial militar não deve se misturar aos civis, mesmo os antigos amigos, para que estes não confundam a amizade com uma certa “permissividade”. Nesse sentido, o policial militar sente-

se imbuído de uma autoridade que o faz distanciar mais e mais do civil, a quem deve policiar.

Para que a imagem da Polícia Militar não seja desgastada por ações inconseqüentes, o policial militar tem que ser o “exemplo”, onde quer que ele esteja. Nas falas dos alunos é comum ouvir que o militar é mais responsável que o civil. Ser exemplo e responsável normalmente significa “ficar mais fechado” e “ser mais sério”. Questionado a respeito da percepção de alguma mudança de comportamento após o ingresso na polícia, o aluno soldado Luiz disse que:

Ah, já, eu até contei isso na sala de aula. Um caso. Eu fui num campeonato, campeonato não, uma luta de Vale Tudo, lá em Brasília. Lá eu encontrei uns colegas, o meu ex-professor, o pessoal todo lá das academias, todo mundo com camiseta, né! de Jiu-Jitsu e tal e aquela coisa toda, e eu encontrei ele e teve aquela alegria. Tinha tempo que a gente não se via e eles ficaram naquele canto da arquibancada com aquela baderna deles de luta e tal, e eu peguei minha namorada e falei: vamos pro outro lado; ela falou “ué, mas você não vai ficar com seu professor, com seus colegas não?!” – não, não vou ficar não, porque isso aí é foco de encrenca e a polícia vai em cima deles. Fui pro outro lado da arquibancada, eles até estranharam. E foi essa situação mesmo que depois eu parei pra pensar que, se eu fosse... antes de entrar aqui, eu ia estar lá no meio deles, lá gritando, vestindo uma camiseta igual a deles, até falei “eu não usaria uma camiseta daquela de jeito nenhum, porque aquilo já caracteriza gangue pra mim, porque não é mais um só, um grupo organizado, mas sozinho eu usaria”. Essa foi a situação mesmo que eu percebi mudança.

Acreditamos que tais mudanças de comportamento decorrem, sobretudo, da forte ênfase nos princípios da hierarquia e disciplina militares, durante o processo de socialização policial militar. Esse distanciamento, daqueles que antes eram colegas e amigos, indica mais uma vez que o policial militar constrói uma visão hierarquizada das pessoas, onde o civil encontra-se numa posição de inferioridade em relação aos militares. Posição perigosa, principalmente para as camadas populares, já que são tratadas não como *pessoas*, mas como *indivíduos*.

3.2 - DUPLA ESTEREOTIPIA

A partir de uma pesquisa bibliográfica junto às monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), bem como das entrevistas a nós concedidas pelos alunos soldados, percebe-se que tanto a equipe dirigente como os internos criam estereótipos a respeito da sociedade, bem como a sociedade cria representações negativas a respeito da polícia e dos policiais militares.

Um oficial da Polícia Militar atesta que “O fundamento de nossa polícia se encontra na necessidade de defesa da comunidade” (Rego, 1988: p. 25). Para esse oficial, como para outros, parece não haver dúvidas de que a missão da Polícia Militar é servir à comunidade com o máximo de dedicação, a ponto de seus integrantes jurarem a própria morte em sua defesa.

Nas aulas de que participamos, não foi uma ou duas vezes que ouvimos, de professores e alunos, que a sociedade é quem paga a polícia, então nada mais justo que esta cobre e fiscalize a ação policial militar. Nessa perspectiva, a polícia é vista como um braço do Estado, responsável para levar segurança e tranquilidade aos indivíduos. Nesse mesmo sentido, argumenta um outro oficial, “A razão do poder de polícia é o interesse social e o seu fundamento está na supremacia geral de que o Estado exerce em seu território sobre todas as pessoas, bens e atividades”. (Oliveira, 1994: p. 06)

Apesar do discurso, principalmente dos oficiais, e dos ensinamentos transmitidos em sala de aula a respeito de se construir uma polícia mais humana e mais democrática, a forma de socialização imposta aos alunos do Curso de Formação de Praças Policiais Militares, através dos ritos, Ordem Unida e *arranca rabos*, contradiz esses ensinamentos e discursos reticentes. A humilhação e o desrespeito aos direitos humanos, muitas vezes, começam a ser praticados dentro dos próprios quartéis e Academia de Polícia Militar, ao menos é o que atestam muitos dos alunos soldados entrevistados.

A percepção de que existem abusos e autoritarismos na socialização dos policiais militares não é uma prerrogativa nossa ou daqueles que sofrem a humilhação, mas também de alguns oficiais. Um deles, escrevendo sua monografia do CAO a respeito de chefia e liderança na Polícia Militar, afirma:

O indivíduo quando submetido a um regime onde impera o autoritarismo se verá limitado em suas liberdades quando pode, liberta-se, vingando sobre os demais suas frustrações, desejos incontidos e limitações. Tudo isso pode se transformar em atitudes agressivas que, normalmente são

dirigidas contra aqueles que, de alguma forma, se posiciona em situação de inferioridade. (Souza, CAO / 1989: p.18)

Vale ressaltar que, aos olhos dos militares, são os civis que se encontram numa situação de inferioridade.

A recíproca também é verdadeira, pois não são poucos os policiais e professores da Academia de Polícia Militar que enfatizam a necessidade de “mudar a imagem distorcida que muitas pessoas têm da Polícia Militar” (Pereira Filho, CAO / 1988: p. 37). Percebe-se no seio policial militar uma preocupação muito grande com a imagem da instituição. De acordo com Anjos (CAO / 1996), “cada policial tem uma participação decisiva na imagem da corporação perante a sociedade” (p. 39). Pois cada policial militar, devido à forte consciência coletiva e a unidade da tropa, representa, diante da sociedade, a corporação como um todo.

Para o autor supracitado, existem alguns fatores negativos à imagem da Polícia Militar, um deles é a existência de uma dicotomia entre militares e paisanos. Tal fato faz com que a tropa trate indiscriminadamente os civis como inimigos, argumenta o autor. Esse tipo tratamento deriva do que chamamos de ideologia belicista, tratado e discutido no próximo tópico deste capítulo.

Na interação entre Polícia Militar e comunidade ocorre uma dupla estereotipia, onde “A população vê o policial militar como alguém despreparado, normalmente desprovido de maior embasamento intelectual, violento e, para piorar, corporativista” (Figueiredo, CAO / 1996: p. 15). A Polícia Militar, por sua vez, representa o civil como um “paisano folgado”.

Não só a população representa o policial militar como uma pessoa destituída de um bom embasamento cultural, intelectual e emocional, mas até mesmo entre os oficiais há a percepção de que os baixos salários pagos aos policiais militares como um todo e para os soldados, em específico, atraem apenas indivíduos das classes mais baixas da sociedade. Muitos desses indivíduos tornar-se-ão policiais com uma auto-imagem um tanto quanto negativa, o que resulta numa situação complicada tanto para a imagem da Polícia Militar como para a comunidade em geral.

Na interpretação de Mendes (CAO / 1996), o policial militar que se considera inferior, acha que os civis o desprezam, ironizam e não reconhecem a sua autoridade, que deve ser respeitada nem que seja à força. Entretanto, não

são poucos os que afirmam que a polícia está mudando. Os próprios alunos, nas entrevistas, atestam que atualmente exige-se o “segundo grau” para o ingresso na Polícia Militar, coisa que não acontecia há uns cinco anos atrás.

Não se pode negar que, devido ao processo de “modernização” da Polícia Militar, ao alto índice de desemprego e outros problemas sociais e econômicos por que passam o Estado e a nação abre-se a possibilidade de se exigir o Ensino Médio como pré-requisito ao ingresso na corporação, fato que possibilita, ao menos em tese, uma melhor seleção de seus integrantes. O candidato, após uma bateria de provas, exames médicos, testes físicos e entrevistas, inicia-se num curso de formação, onde estará sujeito aos rigores da hierarquia e da disciplina.

Praticamente em todas as aulas de que participamos como ouvinte, junto a uma das três turmas do Curso de Formação de Praças Policiais Militares, percebemos nitidamente que, mesmo os professores civis defendiam enfaticamente a Polícia Militar. Denunciavam a incompreensão da sociedade para com os policiais militares, que trabalham muito e são pouco reconhecidos pelo que fazem.

Quase todos os policiais militares dizem que a sociedade tem uma visão muito negativa a respeito da Polícia Militar. Alguns alunos afirmam que somente quem está dentro da instituição percebe o que se passa lá e o quanto eles trabalham sem serem reconhecidos. Alguns alunos reclamam também do fato de a Polícia Militar estar subordinada a políticos que não conhecem a realidade policial militar. Todas essas reclamações não surgem do nada, pois de fato não se pode negar que a Polícia Militar é uma das instituições mais exigidas por parte da sociedade. Caso comparássemos, por exemplo, a Polícia Militar com a Polícia Civil perceberíamos que no imaginário popular quando se fala em polícia vem logo em memória a idéia de um policial fardado. O fato de a Polícia Militar promover um policiamento ostensivo e preventivo faz, também, com que ela seja mais cobrada pela sociedade. Não podemos descartar, ainda, que exista na memória coletiva do brasileiro uma certa associação entre Polícia Militar e ditadura militar o que faz com que se crie uma certa repulsa para com os policiais militares. O fato é que a sociedade cria representações negativas a respeito dos policiais militares e vice-versa.

O professor de defesa pessoal, enquanto ministrava uma aula, nos disse, em tom de brincadeira que, "o que eles dizem aí fora está tudo errado. Eles - os alunos - são moças. O perigo é quando eles vestem a farda". Assim, enquanto estivessem dentro da Academia, em treinamento, os policiais não representariam perigo à sociedade, mas quando na rua, fardados, nem mesmo o professor poderia garantir. Alguns oficiais, professores e alunos soldados reconhecem que certos policiais cometem abusos de autoridade no trato para com os civis.

A farda possui um significado para cada policial que a veste, mas não podemos acreditar que seja meramente o uso da farda o principal fator de transformação do comportamento policial militar. Essa alternância biográfica é construída e reforçada por meio de símbolos, significados e valores que a farda carrega ao longo da história da Polícia Militar. Para uns, a farda significa a repressão; para outros, a vantagem de dispor da "lei" a seu favor e, para outros, pode significar a humilhação e o descrédito.

Se não todos, a grande maioria dos policiais militares sente o peso da responsabilidade de usar a farda da Polícia Militar do Estado de Goiás. O policial, ao se fardar, sente-se estar revestido de autoridade e de todos os poderes que o nome Polícia Militar evoca. Nesses termos, o mero uso da farda pode reprimir o policial que a usa, como que lhe dizendo, consciente ou inconsciente, a não se comportar desta ou daquela forma, mas somente desta outra, pois tal atitude e comportamento não caem bem a um agente da segurança.

Esse tipo de inibição pode ultrapassar os momentos em que o policial mantém contato com objetos que o identifica como militar, a farda, por exemplo. A socialização do policial militar nos valores e tradições militares costuma ser tão eficaz que a todo o momento, em praticamente todas as circunstâncias de sua vida, o policial militar lembra-se de que é membro da corporação.

Desde o curso de formação, o aluno aprende a agir de modo a não manchar o nome da gloriosa Polícia Militar, para usarmos uma expressão típica do meio militar. Nas falas e nas monografias pesquisadas é comum perceber que existe uma apologia constante à instituição policial militar. Dizem a todo o momento que, quando um policial militar comete um crime a imprensa e a sociedade, como um todo, julgam o caso como se toda a Polícia Militar estivesse errada e não como se um policial específico houvesse errado.

Todo peso de uma instituição total volta-se sobre seus membros. O policial militar aprende, uns com menos e outros com mais facilidade, que não adianta ir contra a estrutura da corporação. Há pouco espaço para as manifestações individuais e subjetivas dos personagens envolvidos na trama policial militar.

O melhor que um policial pode fazer é procurar se identificar com os valores e tradições da instituição, como faz o *caxias*; ou aprender a tirar proveito da posição ocupada dentro da estrutura policial militar, como faz o *praça velho*. O *rambo* e o *moita* também têm suas maneiras de se protegerem contra a rigidez da estrutura que normatiza e orienta o cotidiano das relações dentro e fora dos quartéis. O *rambo*, à sua maneira, produz e faz aumentar os dados estatísticos de combate à criminalidade. Fato que os oficiais aprovam, pois gostam de mostrar gráficos e tabelas nas paredes de suas seções, como que para mostrar a todos a eficiência de seu comando e de sua tropa. O *moita* faz a trajetória inversa à do *rambo*. Prefere refugiar-se em si mesmo, não aparecendo e evitando que outros o exponham.

Afirmamos, linhas atrás, que para uns a farda significa a vantagem de dispor da "lei" a seu próprio benefício. Para estes, o fato de ser policial pode garantir-lhes a entrada gratuita num cinema ou numa boate; o transporte coletivo ou mesmo uma viagem intermunicipal sem pagar a passagem; o respeito e a honra por parte de segmentos da sociedade e, para a maior parte, outros privilégios como ter o "direito" de dirigir veículos sem a devida habilitação ou de conduzir seus veículos com placas alteradas ou com o IPVA não pago.

O reverso dessa moeda é que, para outros, a farda está associada a um sentimento de humilhação. Assim, o que pode ser considerado como uma vantagem para uns, pode ser considerado como uma situação humilhante, para outros. Talvez, o mais correto seria dizer que uma coisa compensa a outra, ou seja, o policial militar encontra um equilíbrio entre as vantagens e desvantagens que a profissão lhe oferece.

Acima de tudo, não se pode desconsiderar que grande parte da sociedade cria estereótipos negativos a respeito da Polícia Militar. As classes abastadas, pelo fato de a polícia ser uma profissão mal remunerada, com pouca sofisticação cultural por parte de seus integrantes e ser uma profissão eminentemente das classes mais baixas da sociedade. Já, as pessoas das

classes mais baixas devido suas próprias experiências negativas com a Polícia Militar. Dessa forma, um policial militar pode sentir-se humilhado pelo simples fato de usar sua farda para ir ao cinema ou para pegar um transporte coletivo. O policial sente-se inibido pelos olhares da sociedade sobre si.

Uma grande parte de PMs da ativa, têm uma visão negativa a respeito da Polícia Militar e, muitos, uma auto-imagem estigmatizada. Não são poucas as formas que a discriminação policial militar assume no cotidiano dos PMs. O policial militar pode se constranger com um olhar de desprezo, com um gesto esnobe ou com um simples menear de cabeça, indicando indiferença e reprovação.

Parece paradoxal a forma como os PMs representam os civis e vice-versa. Linhas atrás, dissemos que grandes segmentos da sociedade constroem estereótipos negativos a respeito dos policiais militares. Estes, por sua vez, também representam negativamente os civis. Ao representar o civil como um *paisano folgado*, o policial militar acaba reforçando sua identidade militar.

De acordo com o que vimos e discutimos nos capítulos e tópicos precedentes, pode-se afirmar que o que norteia e orienta as relações internas e externas dos policiais Militares são os valores da hierarquia e disciplina. No entanto, deve-se colocar em relevo que tais valores não orientarão as relações internas e externas da mesma forma.

Nas relações externas, ou seja, da polícia com a comunidade, os valores do militarismo não deixam de estar presentes, porém, praticamente não colocam nenhuma barreira às práticas de truculência policial militar. O que queremos afirmar é que nas relações entre equipe dirigente e internos, apesar das hostilidades, o regulamento disciplinar se revela coercitivamente, anulando ou abafando tais embates. No que diz respeito à relação entre Polícia Militar e comunidade não podemos fazer a mesma afirmativa, já que as hostilidades, cristalizadas sob a forma de truculência e violência policial, quase sempre não são atingidas pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

Ao ser socializado numa instituição militar, o policial acaba por construir uma visão hierarquizada do seu semelhante, da mesma forma que aprende a distinguir quem é quem nas relações internas.

De forma geral, o civil é visto como um *paisano folgado*, um termo que deprecia a condição de cidadão do indivíduo. É claro que nem todos, sob a ótica

policial militar, são vistos com desprezo, há aqueles que são vistos como superiores. Estes são aqueles poucos que, direta ou indiretamente, exercem influência na sociedade, seja na esfera pública ou na privada. A Polícia Militar não chega a incomodar essa minoria, pois os policiais militares sabem evitar complicações e punições desnecessárias. O tratamento dos policiais militares é diferenciado para com os participantes da comunidade onde trabalham. Aqueles indivíduos que se relacionam diretamente com o alto escalão do governo estadual, ou mesmo com o alto comando da Polícia Militar, parecem estar acima das leis. Nestes casos, o *jeitinho brasileiro* aparece nas relações entre policiais militares e comunidade, evitando e contornando praticamente todas as situações embaraçosas.

Dessa forma, nas relações internas da Polícia Militar prevalecem os aspectos do regulamento disciplinar. Os exercícios militares, tais como Ordem Unida, são rigorosamente aplicados nos cursos de formações e são eficazes no processo de *mortificação do self* e na introjeção de novos valores. O objetivo de tais exercícios é proporcionar à tropa maior obediência e unidade.

A relação entre Polícia Militar e comunidade estrutura-se de forma distinta das relações travadas no interior dos quartéis. Apesar de ser o mesmo regulamento que prescreve as relações internas e externas da Polícia Militar, o resultado alcançado num caso não é o mesmo no outro. Este fato pode ser constatado através das fichas pessoais dos policiais militares como um todo, mas, em especial nas dos praças. Verifica-se que as punições de caráter militar sobrepujam em muito àquelas referentes às relações entre Polícia Militar e comunidade. Raramente se encontra, nas fichas policiais militares, punições por motivo de espancamento, truculência ou desrespeito ao cidadão. Responder a um superior hierárquico constitui-se, na prática, uma transgressão mais grave do que violar os direitos humanos.

O policial militar é socializado num ambiente onde ele tem não só que obedecer às ordens de seus superiores e cumprir todos os regulamentos internos que prescrevem suas ações. O *praça* deve cumprir e obedecer de uma determinada forma, totalmente submisso e amplamente subserviente. Enquanto a submissão é prescrita nos regulamentos, a subserviência dos hierarquicamente subordinados é, muitas vezes, o resultado do abuso de autoridade por parte daqueles que são seus superiores.

3.3 - A IDEOLOGIA BELICISTA

Resta-nos ainda um aspecto a ser considerado sobre o processo de socialização dos policiais militares, aquele descrito por Pinheiro (1982 e 1984). Para esse autor a militarização da PM promove um tipo específico de ação policial contra o crime, a militar. Nesta visão o criminoso é tido como um inimigo, o qual deve ser eliminado. Em vez da ação preventiva contra o crime, a palavra de ordem é a ofensiva, é a tomada de posição contra o inimigo.

De acordo com essa ótica quanto menos bandidos, menos crimes ou quanto mais policiais nas ruas menos bandidos. Assim, o papel da Polícia Militar é tirar os criminosos de circulação. Para cumprir essa missão armam-se de escopetas, metralhadoras e fuzis e saem à procura do inimigo. De acordo com Pinheiro “nessa guerra, as garantias constitucionais para o criminoso são um luxo a que a PM não pode se curvar: os princípios do Direito são uma limitação incômoda a seus combatentes” (1984: p. 52). É aquele velho provérbio policial “a polícia prende e a justiça solta”, nele estando implícito que se dependesse apenas da polícia não haveria mais crimes e nem criminosos.

Essa militarização das funções de polícia de que nos fala Pinheiro é um fator que, de certa forma, promove por si só a violência policial já que o criminoso é visto como um inimigo e, portanto, combatê-lo não constitui crime, pois, afinal, em guerra só se vence aniquilando o outro. Ainda nessa concepção, o confronto é intensamente buscado já que não se trata de cidadãos que desviaram sua conduta dos ditames da lei, mas sim de inimigos perturbadores da ordem, de bandidos que estão colocando em perigo a vida em sociedade. São percebidos como verdadeiras aberrações que não podem ser toleradas no convívio em sociedade. Portanto, nada mais natural do que o comportamento violento e hostil dos PMs como forma de combate a tais aberrações.

Essa ideologia belicista que norteia as ações da Polícia Militar contra as práticas delinqüenciais firma-se na crença de que para se resolver a questão da violência e da criminalidade no Brasil e particularmente em Goiás basta apenas mais do mesmo: mais viaturas, mais homens, mais armamentos e equipamentos.

Aumenta-se, assim, o aparato repressivo sem, porém, mudar a estratégia da ação nem a mentalidade dos policiais militares. Os resultados práticos fomentados por essa ideologia belicista têm sido uma verdadeira guerra contra os delinquentes. Guerra essa que assola e amedronta as classes populares sem, no entanto, resolver os problemas da violência e da criminalidade tanto no meio urbano como no rural.

Em contrapartida à ação da Polícia Militar de usar a mesma tecnologia e orientação estratégica na sua política de combate ao crime, há um avanço técnico nas práticas delinqüenciais e criminais, onde as ações passam a ser meticulosamente calculadas e racionalizadas. Nesse processo de sofisticação das práticas delinqüenciais os agentes do crime passam a ser as quadrilhas e o crime organizado.

Um dos tópicos da entrevista que fizemos com alguns alunos soldados do CFP foi sobre a questão da violência e da criminalidade que grassam por toda a sociedade brasileira. Sobre esse item particular, como em vários outros, não há, entre os entrevistados, uma homogeneidade de pensamento. No entanto, podemos observar pelo menos duas posturas distintas: uma que ressalta os problemas sócio-econômicos e educacionais por que passa a grande maioria dos brasileiros e outra que enfatiza a convivência e a morosidade do judiciário para com os bandidos e criminosos. Os que defendem esta última postura argumentam que as leis de nossa sociedade são muito brandas, o que, nessa visão, torna-se um fator que não apenas deixa de inibir a criminalidade, mas acaba por incentivá-la.

Na visão destes policiais o bandido é frio e calculista, não tendo nada a perder. “Ele é frio, calculista, mata um policial e atravessa a rua e vai tomar cerveja, essa é a frieza dele” (Aluno Soldado Elias). O bandido nessa perspectiva é visto como um ser destituído de sentimentos e coração. As representações criadas pelos alunos soldados em torno dos bandidos são essas, além de concebê-los como pessoas traiçoeiras. Por isso, muitos dizem explicitamente não os respeitarem. Na visão do aluno soldado Pedro, “bandido tem que ser erradicado. Você entendeu! Caça um jeito aí. É cadeira elétrica, fuzilamento em praça pública. Eu sou a favor disso aí cara”.

Apesar do currículo do Curso de Formação de Policiais Militares prever aulas de Direitos Humanos e Policiamento Comunitário, entre outras disciplinas

que ressaltam a valorização da vida humana, parece que os alunos desse curso aprendem de forma diferente com alguns superiores e professores. Isto é, existem alguns professores, sobretudo entre os oficiais, que transmitem uma visão carregada de preconceitos a respeito dos bandidos. Vejamos um exemplo. Certo dia assistíamos uma aula em que o professor, um tenente reformado, indagado por um aluno a respeito de alguma questão sobre o massacre do Carandiru, disse que aquilo foi pouco porque os bandidos de São Paulo são uns monstros e não mereciam viver. O tenente, para justificar sua resposta ao aluno contou-nos uma história sobre uma viagem feita por ele a São Paulo. Dizia estar fardado quando chegou àquela cidade e andava tranqüilamente pelas ruas até que um policial o interpelou perguntando-lhe de onde era e lhe dizendo para retirar sua farda, caso quisesse permanecer vivo. Estas e outras falas parecem surtir mais efeitos do que o que alguns professores civis ou mesmo militares dizem a respeito de direitos humanos, polícia cidadã e frases do gênero. Para corroborar ainda mais essa idéia de que algumas afirmações de certos superiores impressionam mais os alunos soldados do que qualquer discurso humanista. Vejamos o relato de um aluno quando indagado sobre sua visão a respeito dos bandidos.

Bom, eu vou te falar aqui com sinceridade, de coração, igual o nosso vice-comandante geral falou: “bandido bom é bandido morto”. Para mim não existe recolocação desses indivíduos na sociedade. Salva algumas exceções. Para mim, um assassino não pode ser recolocado, um estuprador não pode ser recolocado, um seqüestrador, um cara que rouba, que rouba mesmo, um latrocida. Para mim é isso daí. Pena mais leve você deve fazer o cidadão trabalhar, forçado! com corrente no pé. Eu não sou muito a favor dos Direitos Humanos. Para mim, eu chamo de direitos desumanos. Só vem atrás do policial. A gente está tentando proteger a sociedade e o pessoal não deixa a gente trabalhar. (Aluno Soldado Tadeu)

Esse relato retrata bem a visão militar a respeito do bandido e da criminalidade, onde tanto o crime como os criminosos devem ser erradicados, bem como mostra a influência de um comandante sobre os subordinados. Nesse sentido, vale ressaltar que o que um superior hierárquico diz, sobretudo para os alunos em formação, tem mais peso do que o que a sociedade clama. “Na sala de aula, se não for um oficial, um militar, ninguém respeita. Se for um militar todo mundo respeita. Quando é um civil ninguém respeita o professor, porque sabe que ele não vai punir, não quer punir, não quer prejudicar ninguém” (Aluno Soldado Tadeu). Seja por medo ou por respeito, o subordinado não ousa

desobedecer o superior, pois sabe que este último tem o poder de puni-lo, coisa que não acontece com os civis. Caso isso acontecesse apenas na sala de aula, não haveria problema algum. Porém, a coisa começa a complicar quando o militar interage com o civil com essa mesma visão e comportamento.

Na visão militar ou belicista a respeito da criminalidade, “todas as mínimas contravenções deveriam ser punidas, todos assim teriam respeito. Desde o camarada que cospe no chão, até o camarada que fuma maconha, até quem é mendigo, quem pede na rua, todas essas pequenas contravenções deveriam ser punidas” (Aluno Soldado Tiago). Para esse aluno e para outros que defendem a mesma postura, a sociedade deveria seguir a mesma disciplina da Polícia Militar, pois somente assim poderia se pensar em erradicar a criminalidade. Leis mais rígidas e penas mais severas, ao lado da ação policial militar, estariam concorrendo para a construção de uma sociedade mais justa, sem crimes e criminosos.

A própria equipe dirigente percebe a existência de um exagero no uso da força física por parte de alguns policiais militares. Tais excessos são explicados por diversos fatores, entre eles está a questão da forma como a Polícia Militar foi instituída. Na visão de um integrante da equipe dirigente, “houve época em as PMs, eram utilizadas como força dos governadores e sua atuação pautava quase sempre pela violência” (Pereira Filho, 1988: p. 24). Dentro dessa mesma perspectiva outro oficial escreve que, “Nos primórdios de sua existência, a polícia era utilizada como instrumento de força de governantes e era composta de elementos sem qualquer qualificação, recrutados apenas pelo porte físico, e em razão disso impôs-se pela truculência e arbitrariedade”. (Mendes, 1996: p.21)

Outro fato apontado como uma das causas da truculência policial é a morosidade do judiciário. É a velha história de que a polícia prende e a justiça solta. Assim, “O PM desacreditando nos sistemas de defesa social, começa a fazer justiça com as próprias mãos” (Pereira Filho, 1988: p. 24). Isso acontece porque os PMs sabem que os bandidos não permanecerão presos.

Estas são, entre outras apontadas em outras partes deste trabalho, as explicações mais correntes a respeito do comportamento agressivo de uma boa parte dos policiais militares do Estado de Goiás. Para tais policiais, argumenta Mendes, “A melhor forma de vencer uma discussão, principalmente se não se dispõe de muitos argumentos, é calar a boca o opositor” (p. 43). O mesmo autor

ressalta a necessidade de transformar o atual quadro de policiais truculentos em policiais exemplares e responsáveis.

Sobre o atual modelo de Justiça, alguns oficiais da Polícia Militar afirmam que suas conseqüências são nefastas tanto para a sociedade, como para a própria corporação. Para combater a criminalidade, na perspectiva de tais oficiais, seria necessário condenar os criminosos a penas mais pesadas e criar regimes penitenciários mais rígidos. Pois, “As nossas normas coercitivas estão a cada dia mais brandas o que influencia na elevação da criminalidade” (Rego, 1988: p. 12). Nesse sentido, a Polícia Militar “inibe a prática do crime e ao efetuar as prisões de infratores da lei, retira-os do convívio social, mas em razão da morosidade apontada, muitas vezes prende o mesmo indivíduo várias vezes, desestimulando o próprio trabalho dos policiais que deparam com o problema da impunidade”. (Sá, 1989: p. 08)

Na perspectiva de vários oficiais a criminalidade aumenta devido à falta de estruturas mais rígidas de julgamento e punição dos transgressores da lei. A disciplina militar, se dependesse de alguns, seria implementada em toda sociedade, que seria transformada numa espécie de quartel.

Enquanto esse sonho não se realiza, os valores militares penetram fortemente nas consciências particulares daqueles que ingressam na corporação, isso por aquilo que convencionamos chamar de processo de socialização. Onde, “Todo indivíduo, ao fazer parte do grupo, perde muito de sua individualidade, de seus valores pessoais e passa a raciocinar com o grupo, numa espécie de mente coletiva. Tal fato é tão mais forte quanto maior for a identificação do indivíduo com o grupo”. (Mendes, 1996: p. 27)

Outro fato que merece destaque é que nas Polícias Militares foi criado, a partir de 1979, um sistema particular de justiça para que a própria instituição julgue seus policiais envolvidos em crimes militares. Os resultados práticos da justiça militar são a impunidade dos policiais militares que se envolvem em qualquer espécie de crime, pois a legislação é falha ao diferenciar os crimes militares dos civis, fato que possibilita à Justiça Militar considerar praticamente todos os crimes cometidos por policiais militares como sendo de caráter militar. A Justiça Militar é amplamente criticada por seu aspecto corporativista, principalmente quando se trata de oficiais. Não seria incorreto afirmar que isso gera um certo consentimento e impunidade dos PMs envolvidos em crimes, ou

seja, a Justiça Militar acaba não servindo de freio ao comportamento violento dos policiais militares.

CONCLUSÃO

Nesta parte final deste trabalho gostaríamos apenas de registrar como as várias partes desta monografia podem ser pensadas como um todo. Um dos fios condutores que pode nos auxiliar nessa tarefa é a questão dos valores constitutivos de nossa cultura. Tomando como referência a perspectiva damattiana de “pessoa” e seus corolários: relações pessoais, hierarquia social, entre outros, podemos perceber, ao longo da dissertação, como esses valores acabam influenciando as relações tanto dentro como fora dos quartéis e Academia de Polícia Militar. Nesse sentido, podemos afirmar que ocorre uma inflexão de valores típicos de uma instituição moderna a outros característicos de organizações ou sociedades tradicionais. No caso da relação entre equipe dirigente e internos, percebe-se que, principalmente, os membros do primeiro grupo recorrem às suas respectivas patentes para imporem obediência aos seus subordinados. Outro aspecto a ser registrado é que esse fio condutor nos conduz e nos possibilita compreender o comportamento e as práticas policiais dos chamados *praças velhos*, isto porque tais policiais são os que melhor incorporam os valores característicos de uma face da sociedade brasileira. Nas relações entre polícia e comunidade, esse fio condutor nos possibilita compreender as artimanhas e tretas dos *praças velhos* a fim de tirarem para si alguma vantagem.

Outro fio condutor que nos permite ter uma visão geral desta dissertação é o conceito goffmaniano de mortificação do *self*. O conceito de mortificação do *self* é central neste trabalho e está disseminado no corpo de toda dissertação. Uma das principais vantagens de se conceber a Polícia Militar como uma instituição total é poder perceber como as interações entre equipe dirigente e internos são travadas, bem como descortinar como e com quais recursos o primeiro grupo mortifica o *self* do segundo. O aparato institucional da Polícia Militar dispõe de vários recursos, bem como concede ampla liberdade de ação para que os oficiais tenham sucesso na mortificação do *self* dos internos, principalmente dos alunos soldados.

As relações entre oficiais e praças são marcadas por hostilidades e arbitrariedades, sendo a humilhação verbal o recurso mais utilizado pelos participantes dos quadros superiores da instituição. A estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar não apenas deixa de inibir as práticas de abuso de autoridade dos superiores para com os subordinados como, em alguns casos, acaba por incentivá-las. Isso se deve, sobretudo pelo fato de ser a equipe dirigente a responsável pelo julgamento das infrações disciplinares de todo quadro de funcionários da instituição, demonstrando, muitas vezes, parcialidade e corporativismo para com os superiores, em detrimento dos subordinados. O policial militar que se encontra nas posições mais baixas na escala hierárquica aprende desde os primeiros dias de seu ingresso na instituição a obedecer as ordens, vontades e desejos dos superiores, bem como a não revidar as humilhações sofridas. Tudo isso faz parte de uma aprendizagem não formalizada, mas que não pode passar despercebida, sobretudo pelos alunos soldados. O novo integrante da Polícia Militar aprende, também, desde cedo, a representar o civil de forma pejorativa. As constantes interações entre superiores e subordinados faz com que os policiais construam uma visão hierarquizada das pessoas, estando o civil numa posição inferior à do militar, já que este último é portador de autoridade, enquanto aquele não. Essa visão hierarquizada, colocando o civil em desvantagem em relação ao militar, é o primeiro passo para a truculência policial militar, isto porque eles esperam que os civis se comportem como se fossem seus subordinados.

Dessa forma, a partir de um fio condutor, como o caso do conceito de mortificação do *self*, podemos passar de um a outros temas, estabelecendo vínculos e relações entre tópicos e assuntos que aparentemente não estão diretamente ligados.

Ao tomarmos alguns fios condutores como possíveis referenciais para uma interpretação mais global de nosso trabalho, não podemos descartar o fato de que muitos desses fios se cruzam e entrecruzam, formando uma teia de significados não pouco importantes para a compreensão sociológica.

Talvez a interpretação mais significativa deste trabalho seja aquilo que até mesmo boa parte alunos soldados percebe haver no processo de formação. Isto é, que o tipo de socialização imposta pela equipe dirigente sobre eles na APM traz conseqüências negativas no trato destes para com a comunidade.

No entanto, a equipe dirigente, desejosa de “mostrar serviço”¹⁵ à sociedade, coloca seus internos numa apreensão muito grande, sobretudo às vésperas dos finais de semana, quando as escalas de serviço são divulgadas. Isso porque a carga de trabalho para os alunos do CFP é razoavelmente grande, sobretudo a partir do terceiro mês do curso de formação, quando eles começam a executar serviços externos. Nos primeiros meses, eles trabalham apenas internamente, tirando serviços de Guarda do Quartel ou fazendo faxina. Na óptica dos alunos soldados os serviços internos são mais desgastantes e cansativos do que os externos, além do fato de não ser trabalho de polícia, argumentam. Os serviços internos, seja na Guarda ou na faxina tornam-se desgastantes porque o aluno dorme muito pouco no dia em que se encontra escalado. O cansaço dos alunos pode ser facilmente percebido pelos cochilos dos mesmos em sala de aula, no dia seguinte.

No entanto, nem o cansaço e o sono abatem os internos da Academia de Polícia Militar que se inspiram nas atitudes dos *praças velhos*. Vejamos um exemplo. Trata-se do caso do aluno soldado¹⁶ que se encontrava de Sentinela da Guarda, das duas às quatro da madrugada, quando veio um sono muito forte e ele dormiu uns trinta ou quarenta minutos na posição de descansar. O Cadete de Dia¹⁷ aproximou-se devagar, observou, voltou e gritou o nome do aluno em voz alta. O aluno estava com a mão no rosto e continuou assim, enquanto o cadete gritava seu nome outra vez e ele pensava consigo mesmo como iria sair daquela situação embaraçosa. O cadete gritou novamente o seu nome, então ele estendeu sua mão em direção ao cadete e fez sinal com sua mão para ele esperar um pouco, só depois ele levantou o rosto e, após alguns instantes, fez o sinal do Pai Nosso e olhou para o cadete. Então, o cadete disse: e agora, heim! Como eu vou te punir? Você estava rezando.

Este exemplo mostra claramente que o aluno demonstrou esperteza sobre-humana para escapar de uma situação contrária à sua pessoa. Mesmo com pouco tempo de serviço, poderíamos dizer que este aluno incorporou tão bem o papel de *praça velho* que nem mesmo parecia ser uma atitude de um novato.

¹⁵ Nesse sentido, ver Heloísa Fernandes, 1979: p. 185.

¹⁶ Esta estória foi contada em sala de aula pelo próprio autor dessa façanha. Trata-se do aluno soldado Fabrício.

¹⁷ A função de Cadete de Dia é exercida pelos alunos oficiais do 3º ano, os quais cumprem escala e se revezam na função. Na ausência de oficiais, que apenas cumprem expediente, o Cadete de Dia é a autoridade máxima dentro da Academia.

Dessa forma, a socialização policial militar, não apenas durante o curso de formação, obriga os internos a serem espertos, para que numa espécie de negociação entre estrutura e ação, a primeira possa permanecer e resistir às mudanças ocorridas na sociedade como um todo.

Por fim, gostaríamos de salientar apenas que a sobrecarga de trabalho, sem o devido reconhecimento, ao menos na óptica dos internos, somados a um tratamento marcado por humilhações e hostilidades, por parte da equipe dirigente, cria indignações e revoltas nos praças como um todo e nos alunos soldados em específico. Tais contrariedades acabam sendo descontadas, de uma forma ou de outra, nos civis, que são, sob as lentes do militarismo, representados negativamente.

Dessa forma, chegamos à conclusão que, mesmo não intencionalmente, a socialização imposta aos indivíduos que estão ingressando na Polícia Militar contribui para o aumento das taxas sociais de violência policial militar. Com isso, porém, não estamos afirmando que a violência seja a marca registrada de todos os policiais militares do Estado de Goiás.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. "Sob o Signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar". In: *Sociologias*. Porto Alegre: UFRGS; ano 3, nº 5, jan / jul 2001. (p. 214 – 237)

BERGER, Peter L. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. 15ª edição. Petrópolis: vozes, 1995, (col. Antropologia, vol. 1), 202 p.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. "Socialização: como ser membro da sociedade". In: FORACCHI, M.M., MARTINS, J.S. *Sociologia e Sociedade* (leituras de introdução à sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 1980. (p. 200 – 214)

BRETAS, Marcos Luiz. "Observações sobre a falência dos modelos policiais". In: *Tempo Social; Rev. Soc. USP*, São Paulo, vol. 9, nº 1, maio de 1997, (p. 79 – 94).

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. "A Cultura Policial e o Policial Civil Carioca". In: PANDOLFI et all (orgs). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: ed FGV, 1999. (149 – 163)

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: paz e terra, 1999. 530 p. (vol. 2)

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990. 176 p.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil Brasil?*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 126 p.

_____. *A Casa & a Rua*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163 p.

_____. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DA SILVA, Telma Camargo. "'Soldado é Superior ao Tempo': da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre. Ano 4, nº 9. P. 119-143, outubro de 1998.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992. 168 p.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.

FERNANDES, Heloisa. *Os Militares como Categoria Social*. São Paulo: Global ed., 1979. 267 p.

_____. *Política e Segurança*. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1973. 260 p.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 262 p.

GERTH, H & MILLS, W (org). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 233 p.

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974 (col. Debates Psicologia, v. 91).

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 224 p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volva, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1997. 128 p.

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 178p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares". In: DAMATTA, Roberto et all. *Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Escritos Indignados: Polícia, Prisões e Política no Estado Autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIFIOTIS, Theophilos. "A Denúncia da Violência Policial na Imprensa de São Paulo: o leitor-modelo do caso da polícia militar na Favela Naval (Diadema)". In: OLIVEIRA, D. D. de; SANTOS, S. A. dos; BRITO e SILVA, V. G. (orgs.). *Violência Policial: tolerância zero? Goiânia: ed da UFG; Brasília: MNDH, 2001. (151 – 174).*

SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: editora UnB, 2000. 276 p.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e Violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ; editora FGV, 2000. 368 p.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 10ª edição. São Paulo: Pioneira, 1996. 233 p.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora da UNB: 3ª ed. 1998. (Vol. 1, 464 p.)

MONOGRAFIAS DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – CAO:

ALVES, João Batista. *A Polícia Militar e a Violência Urbana*. 1988. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1988.

ANJOS, Aimar Pereira dos. *A Imagem da Polícia Militar Perante a Sociedade: técnicas de atuação com a imprensa*. 1996. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1996.

BRITO, José Caetano de Brito. *A Evolução Histórica da PM de Goiás – uma proposta bibliográfica*. 1991. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1991.

CALAÇO, Genes-Mar Pereira. *Reflexões Sobre a Instrução na Polícia Militar (funcionalidade do sistema)*. 1994. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1994.

CASTRO NETO, Eloi Bezerra de. *Punições Disciplinares e sua Processualidade: interpretação – aplicação e recursos*. 1997. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1997.

FIGUEIREDO, Ubaldo Souza de. *O Perfil Social do Policial Militar do Estado de Goiás*. 1996. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1996.

GONÇALVES, Romeu José. *Ordem Unida da PMGO: proposta*. 1991. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1991.

MASCARENHAS, Vivicandas Alves. *Elogio e Punição: reflexos no comportamento profissional e social do PM*. 1989. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1989.

MENDES, Sérgio. *A Truculência do PM no Trato com o Público*. 1996. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1996.

NUNES, Silvio Vasconcelos. *A Formação Única do Policial*. 1999. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA, Aldo Divino Alves de. *Unificação das Polícias Cíveis e Militares e Suas Possíveis Conseqüências*. 1994. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1994.

OLIVEIRA, José Lino de. *Reestruturação da Justiça Militar Estadual*. 1996. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1996.

PEREIRA FILHO, José. *A Violência nas Ações Policiais Militares*. 1988. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1988.

POWROSNEK, Luiz et all. *A Moral e a Disciplina*, dois fatores preponderantes para a boa formação do policial militar. 1990. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1990.

QUEIROZ, Marciano Basílio. *Chefia e Liderança: enfoque na PM*. 1989. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1989.

RAMOS, João de Souza; MEIRELES, Virmondos Gonçalves. *A Disciplina na PMGO e seus Reflexos no Desempenho Operacional*. 2000. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 2000.

REGO, Luis Carlos Bucar. *Violência Urbana*. 1988. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1988.

ROMANOWSK, Richard Felix. *Manual de Ordem Unida – a pé*. 1992. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1992.

SÁ, Antônio Tadeu Cícero de. *Os reflexos da impunidade no aumento da criminalidade*. 1989. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1989.

SILVA, Francisco César Alves da; SOUZA, Ruberliro Rodrigues de Souza. *Graus Hierárquicos na Polícia Militar: adequação – simplificação*. 1997. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1997.

SOUZA, João Rodrigues de. *Chefia e Liderança na PM*. 1989. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1989.

SOUZA, Lourenides Alves de. *Recrutamento e Seleção na Polícia Militar de Goiás*. 1989. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) - Academia de Polícia Militar, Goiânia, 1989.

ANEXO

Entrevista com o aluno soldado Estevão 08/02/2002

Local – Restaurante no Setor Universitário

Qual foi o seu último emprego antes de entrar na polícia?

Bom, eu trabalhava no ramo de autopeças de veículos automotores. Eu era entregador de peças, logo depois eu fui representante. Eu estava empregado, carteira assinada.

Qual o motivo de seu ingresso na polícia?

Bom, foram dois motivos. O principal é que não tinha aquela estabilidade, porque meus patrões tinham muitas controvérsias. Eu ganhava bem mais do que eu ganho aqui na polícia, depois que eu passei a ser representante. O meu serviço era bem menos estressante, só que eu tinha esse medo de a qualquer momento a firma se desfazer ou coisa assim e eu ficar desempregado. E o outro motivo foi a questão que meu pai me deu muito incentivo.

(...)¹⁸

Você consegue descrever o que você sentiu nos primeiros dias de Academia, já que você veio do mundo civil? Quais os sentimentos...?

Bem, esses sentimentos é bem parecido com os de todo mundo, todos nós somos humanos e não adianta o cara vir falar que já foi militar, já esteve no Exército, nas Forças Armadas e não sente. Claro, vai sentir menos, mas eu vim do mundo civil, como muita gente também, a gente sentiu bastante, uma tremenda dificuldade, uma

¹⁸ Aqui, decidimos suprimir uma pequena parte da entrevista, com a finalidade de preservar a identidade do aluno.

diferença de tratamento. Você tá sujeito a um regulamento onde você passou anos e anos de sua vida tendo que obedecer e dizer sim senhor só para seu pai e para sua mãe, sabe, às vezes tem gente que não falava nem isso e aí tudo isso muda lá dentro. Você é humilhado, às vezes você é taxado, você paga pelos erros das outras pessoas, então a gente sente muito isso, muito cobrado e, além de tudo, o serviço aqui é muito estressante e a gente têm que estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Essa diferença de tratamento... Qual seria a característica fundamental dela?

Bem, é do próprio Regulamento, da própria escola em si. A própria questão administrativa da escola impõe isso, tanto é que na formação em Goiânia existe duas escolas e a gente percebe que são duas escolas diferentes, infelizmente eu estou nesta aí onde o pessoal encontra mais dificuldade.

Qual sua definição de militarismo?

É ordem. Ordem e obediência, eu não diria nem a base que é a disciplina e a hierarquia, é ordem e obediência, porque eu digo mais pela questão do subordinalismo, você está sendo subordinado não só a um superior, mas sim às condições que envolvem você o tempo todo. Você é subordinado a tudo e a todo mundo e aí é complicado, por mais que você manda em alguém, alguém ainda vai mandar em você, então eu acho que não é por aí. Porque o pessoal distorce as coisas, a ordem gira em torno da humilhação, não precisava disso, muitas coisas deveriam ser mudadas.

Você poderia falar sobre experiências de humilhação durante o curso?

Eu não diria experiências, eu poderia definir para você coisas desnecessárias para o aprendizado e a instrução do policial militar. Porque o policial militar, não adianta eles virem com histórias de que o policial militar tem que suportar para que na vida lá na

sociedade saber se portar em todas e quaisquer situações e não é bem por aí, pelo contrário. Já houve casos, muitos casos comprovados que o policial que é formado dessa forma e assim que ele sai, ele sai revoltado e quer descontar na sociedade. Ele quer fazer com a sociedade o mesmo tratamento que ele teve e não podia ser assim. Na escola onde ele deveria aprender coisas que ele não aprende, coisas por exemplo que ele trabalha diretamente com a lei, o tempo todo, mas o policial não aprende a lei, não aprende a lidar com a lei, a usar isso o tempo todo no seu trabalho, entende! e aprende outras coisas que não precisavam, entende! e ele acaba descontando na sociedade.

Pelas suas experiências, você já se sente um militar?

Bem, o militarismo ele é distorcido, né! Nas Forças Armadas eles dizem que é diferente daqui. Aqui cobram coisas que lá não cobram e lá cobram coisas que aqui não cobram, mas a gente se sente militar sim pelo fato de que, onde eu acredito que isso é militarismo. É a questão de você ver o outro lado da coisa, da moeda, da coisa, onde quem impõe a ordem, tem a “autoridade”, deve dar o exemplo e isso reflete diretamente na vida da gente.

Como é a relação com os oficiais e alunos oficiais?

Bem, é o seguinte. O que acontece é que os alunos oficiais diz que as missões e instruções vem de cima, na maioria das vezes é, mas na maioria das vezes também não é. Então a nossa relação não é muito boa. A questão de você ser hierarquicamente superior ao outro, isso causa um problema pessoal, onde quem manda não entende o problema de quem obedece. Você pode muito bem comandar, seguir a hierarquia, sem precisar de rebaixar ninguém, como até eu disse muitas vezes, sem humilhar ninguém, agora isso não acontece, acontece muito pelo contrário, o cara se sente com o poder, como dizia, eu acho que é o Salmo 52 que se você quer conhecer bem a pessoa dê poder a ela, entende!, é onde o pessoal põe as

manguinhas de fora e você percebe quem é amigo seu e quem não é. Quem te considera, pelo menos, um colega e quem não é, e essa relação não é muito boa porque são duas coisas diferentes, tanto dentro da instituição, principalmente dentro da instituição, praças é uma coisa, oficiais são outra e, como eu disse a você, tinha aluno, principalmente aluno soldado com os alunos oficiais, a diferença é muito grande, tanto de tratamento dos oficiais com a gente, quanto deles com a gente. O tratamento é muito diferente. Você pediu um exemplo e eu não me lembrei no momento, quando você perguntou da minha questão, de humilhação de coisas que eu sofro lá dentro. Vou dar um exemplo sim. Pediram para a gente fazer um trabalho no campo de futebol, é um trabalho muito estressante, você distribuir terras numa área muito grande, carregar terras dentro de materiais, porque lá não tem materiais e eles querem que você faça as coisas bem feitas, mas não tem material para você fazer. A gente fazia com a mão mesmo, tudo ali, eu não acho que é indigno, entende, mas que o pessoal tenha respeito, né! mas, tudo bem, a gente fez o trabalho da maneira que eles quiseram, fizemos tudo. Então colocam você das oito horas da manhã até as três da tarde, mal você podia beber água e quando termina o serviço. O pessoal terminou demais, esgotando para poder almoçar, porque só ia almoçar depois que terminasse. Assim que sentaram todo mundo, num lugar onde estava tudo molhado, para a gente poder sentar lá, para você ouvir sabe o quê? Falar assim “eu não vou dizer obrigado a vocês, porque vocês não fizeram mais do que a obrigação, se vocês quiserem almoçar vá no rancho, eu acho que sobrou um resto lá, entende!, é difícil, é difícil você escutar isso, principalmente quando você sai do mundo civil por opção sua, não porque você precisa, entende!, é difícil. Essa falta de reconhecimento, de incentivo, eu acho que a coisa caminha não é na pressão, não é no empurro, é no incentivo. Você saber incentivar, as pessoas fazem as coisas muito mais bem feita, muito melhor, prova disso é que existe alguns, são pouquíssimos, de dez um, alunos oficiais, cadetes, que ao comandar o serviço – têm também entre os oficiais, que são uma minoria – que na hora do serviço, além deles agirem com naturalidade, tratam a gente com respeito e o serviço, além de ser muito mais rápido,

ele é bem feito, entende!, onde há o incentivo há a força de vontade e onde não há, há o maltrato, há a humilhação, há tudo isso aí.

Como você vê a questão da hierarquia e da disciplina que são os pilares da Polícia Militar?

Eu percebo que no militarismo isso tem que existir mesmo senão, diria eu, se eu fosse um sargento, um tenente, jamais eu queria que isso acabasse. Por que? Porque eu tenho subordinados. Agora eu sou aluno soldado, ninguém é subordinado a mim, mas mesmo assim eu tenho essa visão ampla da coisa que eu vou chegar lá, eu posso, vou chegar lá, mas, eu acredito que têm que existir, mas é como eu frisei muitas vezes, o respeito, você trate o seu subordinado como se fosse você, como você quisesse ser tratado, trate bem e peça para fazer o serviço com educação, se mesmo assim escorregarem com você, você escorrega com ele, mas dê a chance, dê o crédito. Eu acredito que deve existir sim, mas não como existe hoje. Hoje existe essa falta de respeito, entendeu, a pessoa não te trata como você merece ser tratada. Você chamar uma pessoa de sim senhor, não senhor, para mim, não tira a minha dignidade, mas tira minha dignidade a partir do momento que você escuta que você é um animal, escuta que você é o resto dos restos, entendeu!, que você não é nem o xixi do cachorro é coisa que a gente escuta quase todos os dias, entendeu, isso é difícil.

Como você percebe a questão das punições e elogios? São bem distribuídos?

O meu tempo de polícia é muito pouco, às vezes mais do que os outros alunos soldados, mas eu vejo essa necessidade. As punições é que são demais, os elogios são bem menores. Eu acho que devia haver uma diversificação maior, da mesma forma que você poderia ser punido, deveria existir no nosso Regulamento outras formas de se elogiar o policial, porque na verdade, a maneira como eles encaram as coisas é como se fosse obrigação sua, eu concordo, você é pago, faz o serviço! Só que nem todos fazem um bom serviço, então aqueles que fazem um bom serviço, que não entendem os oficiais, o pessoal lá de cima, que não é só uma obrigação, ele fez aquilo porque ele gosta, ele fez com gosto. Eu não entendo só como uma

obrigação. Eu acho que deveria existir mais possibilidades dentro do regulamento de se elogiar mais, incentivar mais o policial militar, incentivar para que ele faça um trabalho cada vez maior, entende!

Na sua visão, o tratamento recebido na Academia reflete no tratamento com os civis?

A relação com os civis é boa demais. No curso, a gente tem muita aula teórica, muita teoria e pouca prática, então a prática que você tem, você sai despreparado, você vê disciplinas escolares dispensáveis, entendeu? Dispensáveis em partes porque tem disciplinas que estão no planejamento do curso e você não vê, como por exemplo, gerenciamento de risco, o próprio armamento, para você já ter a habilitação de andar armado, você obter aulas práticas de tiro, operações especiais, matérias que você vai ver e vai lidar diretamente com a sociedade. Agora eles dão prioridade, só de psicologia nós temos oito matérias, desde o fundamento até o não sei o quê da psicologia e o policial, não vem dizer que isto vai acalmar o policial, isso não tem nada a ver. É comprovado, de todo jeito, que o tratamento vai refletir na sociedade, que além de todas as sanções que a gente suporta e que é sofrido dentro do curso, ele vai dispor isso. Além da falta de preparo que a própria escola deixa de dar ao aluno, essas condições, é muita pouca prática e com pouca prática ele vai fazer besteira. Quando ele sair um profissional o que ele aprendeu? Muita teoria e pouca prática, na prática ele não aprendeu muita coisa e sai na rua, é um profissional de Segurança Pública e aí? Vai fazer o quê? Vai encarar o cidadão, vai fazer um serviço daqueles, vai fazer besteira, é complicado. Teria que rever esse plano de formação.

E como é a relação com os civis? Você já teve experiências?

No último carnaval eu trabalhei em Caldas Novas, o civil te vê como um outro profissional, porque ele não sabe que você é um aluno, tá lá é um policial. No tratamento com o civil você se sente bem, porque ali você já está fardado, você se sente diferente. Você está desempenhando uma tarefa que não é, você pega um rapaz comum, põe nele uma farda, ele não vai fazer o mesmo serviço que você. Por mais que você seja mal preparado, ele não vai fazer o mesmo serviço que você e têm também a sua habilitação para poder tirar o serviço.

Qual é a diferença? Por que você se sente diferente?

Você se sente diferente pelo serviço que a gente faz. Você está ali, o pessoal está se divertindo, a relação é essa entre o mundo civil e você. O pessoal está se divertindo e você resguardando ali a ordem pública. A relação que tem é essa, você está ali para coibir e tal, por mais que você esteja preparado você está ali para isso. A relação é essa, você olha assim, você queria estar é lá, se divertindo e você pega e pensa: pô, eu tô na polícia? O pessoal está ali pulando, se divertindo, às vezes você sente até aquele remorso, aquela vontade de estar ali, mas eu tenho certeza que não é só comigo. A relação se dá devido a isso daí.

Qual a sua visão a respeito do bandido?

Eu vejo que nem todos são culpados. Eu acho que o que acontece, você tem que ver a origem dos problemas. Tem muito marginal, muito cara que é meliante, o agressor da sociedade, rapaz novo, rapaz de 20 anos, nem procura saber o porque que ele está ali. Eu vejo aquele agressor, se tiver a oportunidade de puxar a ficha dele, de conhecer, você vai perceber que desde os 7 anos ele não tinha mãe, não tinha pai, a irmã foi estuprada, teve problemas familiares, não tinha casa para morar. Morou na rua desde pequeno, teve que sobreviver, tem que sobreviver, a própria sociedade não lhe dá condições tanto de trabalho como de educação, então os problemas surgem ali. O culpado é ele? Não é, é o meio em que ele vive, mas nem todos são

assim, às vezes a gente têm a oportunidade de estar vendo a vida, as condições e acaba seguindo por esse lado por falta de vergonha, por falta de .. nem sei o que é que é, mas a maioria das vezes o problema vem desde pequeno.

Na sua visão, qual a saída para diminuir a criminalidade?

Essa pergunta é difícil, mas eu imagino que mesmo assim a questão está na educação, desde o momento em que a criança nasce, uma educação bem elevada para a criança. Os problemas surgem e se agravam na medida em que a pessoa cresce e vive aqueles problemas da sociedade. O cara encontra muitos problemas da sociedade e acha aquilo como se fosse um abrigo. Eu acho que na solução das coisas deveria ter uma educação mais abrangente, uma educação até mesmo de trânsito maior, ter um planejamento familiar, entende, você dar condições básicas para o pai de família trabalhar e cuidar de seus filhos, para fazer com que ele não se sinta na necessidade de roubar, está na família, na educação e na organização familiar. Acho que deveria priorizar a família, a família brasileira deveria ter mais condição, uma família precisa de esgoto, aquele apoio do governo de se preocupar pessoalmente com cada família, entende? Aquele pai de família desempregado, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo outro, é o que está faltando. Têm três filhos, está desempregado, ou têm só a mãe.

Vocês tiveram no início do curso uma espécie de um “rala” lá em Senador Canedo. Você tem alguma coisa a falar, algo que você sentiu?

Não, porque eu não participei, eu estava baixado. O pessoal falou alguma coisa? O pessoal achou muito diferente. O pessoal achou que não seria daquela forma, não seria mesmo. O pessoal ficou assustado. Muita gente achou ruim demais aquela situação e queria até pedir baixa, achou que aquilo seria freqüente e não iriam agüentar. Superaram os próprios limites e estão aí até hoje. O pessoal ficou surpreso e não agradou muito não, não gostaram muito não. Para alguns foi divertido,

principalmente para quem já esteve nas Forças Armadas, acharam divertido. Eram só provinhas, coisas assim, aquilo outro. O difícil mesmo foi na preparação, muita física, muita correria, muitos exercícios, mas as próprias provas em si não foram difíceis, não porque eu não participei, mas pelo que o pessoal comentou.

Você gostaria de fazer algumas considerações finais?

Eu pediria que o curso em si tinha que mudar a relação, a relação que há com a gente. Pôxa, você daqui a um mês, um mês e pouquinho você já é um profissional. Deveria tratar você de uma forma diferente durante o curso. Deveria mudar a maneira como eles enxergam a gente. Eles enxergam a gente como um nada. A gente não reclama do serviço, todo serviço que é escabroso, dificultoso vai para o aluno soldado. Pegou fogo lá no Centro Administrativo, quem foi tirar o pó lá de dentro, aquele tanto de coisa, então é tipo assim, isso não têm nada a ver. Eu quero dizer para você o seguinte: na escola, para você sair um bom profissional, além de mudar a questão da disciplina, tem que mudar o tratamento dos superiores para com os subordinados. Para mudar para melhor está faltando muita coisa. O pessoal têm que enxergar o aluno como um ser que vai entrar na viatura com você. O tenente, o oficial, o cadete vai entrar na viatura com você amanhã e quando estiver trocando tiro lá, entendeu, a munição dele vai e acaba ou precisa do soldado, o soldado olhar para ele e lembrar “esse cara merece” eu vou colocar meu peito lá, porque, caso contrário, ele não vai colocar o peito e é perigoso ele dar um tiro no oficial lá e falar que foi o bandido, é verdade!